



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

O DOI-CODI carioca:

Memória e cotidiano no "Castelo do Terror"

APRESENTADA POR

RAFAELLA LÚCIA DE AZEVEDO FERREIRA BETTAMIO

ORIENTADOR(A) ACADÊMICO(A): PROF.^a DR.^a MARLY SILVA DA MOTTA

Rio de Janeiro, Março de 2012

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

ORIENTADOR(A) ACADÊMICO(A): PROF.^a DR.^a MARLY SILVA DA MOTTA

RAFAELLA LÚCIA DE AZEVEDO FERREIRA BETTAMIO

O DOI-CODI carioca:

Memória e cotidiano no "Castelo do Terror"

Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Rio de Janeiro, Março de 2012

Bettamio, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira
O DOI-CODI carioca: memória e cotidiano no "Castelo do Terror" /
Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira Bettamio. – 2012.
218 f.
Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em
História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Marly Silva da Motta.
Inclui bibliografia.

1. Prisioneiros políticos. 2. Brasil - História - 1964-1985.
I. Motta, Marly Silva da. II. Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em
História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 981.063



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

RAFAELLA LÚCIA DE AZEVEDO FERREIRA BETTAMIO

**ENTRE O PASSADO E O PRESENTE:
AS MEMÓRIAS DO “CASTELO DO TERROR”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 21/03/2012

Aprovada em: 21/03/2012

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Marly Silva da Motta
Orientador (a)

Américo Oscar Guichard Freire

Luís Reznik

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Marly Silva da Motta, por sua orientação zelosa; pelo apoio e pelos inúmeros ensinamentos. Com sua ajuda consegui ultrapassar muitas dificuldades e penetrar com segurança no universo dessa pesquisa.

Ao Professor Américo Freire, de quem tive o prazer de ser aluna durante o mestrado, agradeço pelas aulas; pela bibliografia sobre o período militar que muito me ajudou na elaboração dessa análise; pelas críticas construtivas elaboradas durante o exame de qualificação e pela participação na banca examinadora dessa dissertação.

Ao Professor Luís Reznik agradeço por ter integrado a banca do exame de qualificação; fazer parte da presente banca examinadora e também pelas valiosas sugestões, indicações bibliográficas e comentários, incorporados ao estudo e à redação final desse trabalho.

À Professora Dulce Pandolfi agradeço por sua generosidade em aceitar ser, de certa forma, *sujeito e objeto* desta pesquisa desde seu nascimento, durante a minha graduação em História pela UNIRIO, quando permitiu que eu lhe entrevistasse e que seu depoimento servisse de fonte para minha monografia de fim de curso, cuja banca examinadora contou com sua participação. Também lhe agradeço por durante o mestrado continuar acompanhando de perto esta pesquisa, participando da banca do exame de qualificação, quando trouxe muitas considerações e sugestões produtivas a este trabalho, e da banca examinadora final desta dissertação.

À Professora Icléia Thiesen agradeço pela credibilidade e incentivo que vem injetando na minha face de pesquisadora desde o tempo em que fui sua aluna, ainda durante a graduação.

Aos ex-prisioneiros políticos entrevistados, Antônio Leite de Carvalho; Dulce Pandolfi; Fernando Palha Freire; Padre Mário Prigol; Ana Batista e Cecília Coimbra, agradeço por me confiarem suas narrativas e me deixarem penetrar em parte de suas memórias.

À Fundação Biblioteca Nacional, onde muito me orgulho de trabalhar, agradeço por incentivar a minha qualificação enquanto pesquisadora, permitindo que eu cursasse o mestrado e me licenciasse nos últimos meses para me dedicar a esta dissertação de corpo e alma.

Ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ) agradeço por me autorizar a consultar o arquivo da instituição e por me receber afetosamente durante diversas reuniões, onde pude conhecer alguns de seus integrantes, tais como Ana Batista e Cecília Coimbra, a quem tive o prazer de entrevistar.

Aos amigos João Cerineu e Alejandra Estevez agradeço a contribuição fundamental que efetuaram sobre este trabalho, sendo os responsáveis por me apresentar aos ex-prisioneiros políticos Antônio e Padre Mário.

Agradeço aos meus irmãos Rodrigo, Renata e Melissa: ao Rodrigo por despertar em mim a vontade e a coragem de seguir a profissão de historiadora; à Renata por me apoiar e ouvir sobre minha pesquisa atentamente, mesmo quando eu repetia as mesmas histórias diversas vezes; e, principalmente, à Melissa que muito me ajudou na composição do “abstract” desse trabalho com o seu inglês simplesmente perfeito.

Aos amigos queridos que a Biblioteca Nacional me deu de presente, companheiros de jornada que me fazem melhorar a cada dia como profissional e que me acompanharam durante todo o processo do mestrado, me apoiando no que foi preciso e me ajudando a superar os obstáculos do dia-a-dia. Agradeço especialmente à Lia Jordão pelo companheirismo diário; ao Francisco Madureira pelo auxílio na edição final dessa dissertação; e à Regina Santiago pela amizade e disposição sem igual em ler minuciosamente este trabalho, apontando sugestões que indiscutivelmente tornaram o texto mais claro.

Às amigas Manuela, Joana e Letícia agradeço por estarem sempre comigo nas alegrias e nas tristezas, compartilhando conquistas e derrotas desde os tempos em que juntas frequentávamos as festas juninas da PE.

Aos amigos do curso de História da UNIRIO agradeço pelas trocas intelectuais; pelos incontáveis momentos divertidos; pela camaradagem e por essa amizade de dez anos de história.

Aos meus pais sou e serei eternamente grata pelo carinho; pelo apoio e por sempre estarem ao meu lado durante todos esses anos.

Aos meus sogros, Eliana Lasmar e Luiz Fernando Arieira, agradeço por estarem sempre por perto, dispostos a estenderem a mão quando preciso.

E, por fim, meus agradecimentos especiais a Raul Cordeiro, meu companheiro de todas as horas, o engenheiro mais humano que eu já conheci. Agradeço-lhe por tudo que temos vivido juntos; por nosso cantinho; por nossas conversas; por nosso convívio de todo dia; por nosso amor; pelo tanto e tão pouco que enfeita cada momento da minha vida, me completa e me faz uma pessoa mais feliz!

Também neste lugar pode-se sobreviver, e por isso é preciso querer sobreviver, para contar, para testemunhar; e que para viver é importante esforçarmo-nos para salvar pelo menos o esqueleto, os pilares, a forma da nossa civilização [...]

(Levi, 2001: 40)

Resumo

O objetivo dessa dissertação é analisar a memória de seis ex-prisioneiros políticos do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro (DOI-CODI/RJ), entrevistados recentemente, entre os anos de 2002 e 2004, sobre o cotidiano vivido nessa instituição em 1970. Naquele ano, dentro do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), os DOI-CODI haviam sido criados e distribuídos por todas as Regiões Militares do país, tornando-se a principal instituição de repressão aos opositores políticos que optaram pela luta armada como forma de derrotar a ditadura militar brasileira. Assim, as narrativas desses seis ex-prisioneiros são, além de fontes essenciais, o principal objeto de estudo deste trabalho. Através delas, torna-se possível acessar aspectos cruciais para a caracterização do cotidiano vivido pelos presos em um desses órgãos, — o DOI-CODI do Rio de Janeiro —, uma vez que esse passado se liga ao presente por meio de suas memórias. Diante disso, a fim de melhor entender tais memórias, a formação e a atuação dos DOI-CODI também são aqui analisadas, colocando as narrativas dos ex-prisioneiros políticos entrevistados em diálogo com uma bibliografia especialmente selecionada, além de uma fonte a respeito do DOI feita por um de seus agentes quando este órgão ainda estava em atividade, em 1978. Para que a essas memórias seja aplicada uma crítica efetiva, necessária a todo trabalho histórico, o estudo se debruça ainda sobre as interferências que o presente exerce na construção que fazem com relação ao passado vivido no DOI-CODI/RJ, com o objetivo de esclarecer as bases sobre as quais são construídas cerca de trinta anos depois.

Palavras-chave: Ex-prisioneiros políticos – Memória – DOI-CODI – Cotidiano – Ditadura militar.

Abstract

The objective of this thesis is to analyze the memory of six former political prisoners of the *Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro*, or *DOI-CODI/RJ* (Detachment of Information Operations Center-Internal Defense Operations Center of Rio de Janeiro), recently interviewed between 2002 and 2004, about their everyday living in that institution, in 1970. At that year, in the *Sistema de Segurança Interna*, or *SISSEGIN* (Internal Security System), the DOI-CODI had been created and distributed by all the country's military regions, becoming the repression leading institution of political opponents who opted for armed struggle as a way to defeat Brazil's military dictatorship. Thus, these six former prisoners narratives are, not only essential sources, but the main study object of this paper. Through them, it becomes possible to access crucial aspects for the characterization of the daily lived by prisoners in one of these agencies - the *DOI-CODI* in Rio de Janeiro -, since this past connects to present through their memories. Therefore, in order to understand such memories, the training and the performance of the *DOI-CODI* are also analyzed here, placing the narratives of the interviewed former political prisoners in dialogue with a specially selected bibliography, and a source about *DOI* made by one of its agents, when that agency was still active, in 1978. In order to be applied to these memories an effective critique, necessary to all historical work, the study still focuses on the interferences that the present exerts on the construction that make in relation to the past lived in DOI-CODI/RJ, in order to clarify the basis on which are built at about thirty years later.

Key-Words: Former political prisoners – Memory – DOI/CODI – daily Life – Military dictatorship.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos | 05 |
| Resumo | 09 |
| <i>Abstract</i> | 10 |
| Introdução | 13 |
| Capítulo 1: Os DOI-CODI: formação e atuação | 28 |
| 1. Debate Histórico | 35 |
| 1.1. O papel da ESG para o Sistema de Segurança Nacional | 35 |
| 1.2. Os conceitos <i>legalidade autoritária</i> e <i>cizânia militar</i> | 39 |
| 1.3. A montagem e o funcionamento do SISSEGIN | 47 |
| 2. O DOI-CODI por ele mesmo | 57 |
| 3. O DOI-CODI pelos prisioneiros | 75 |
| Capítulo 2: Os presos políticos e suas organizações | 85 |
| 1. A rede de entrevistas | 91 |
| 1.1. Os sujeitos e suas trajetórias | 97 |
| 1.2. <i>A nova esquerda</i> brasileira | 122 |
| Capítulo 3: O espaço e o cotidiano do DOI-CODI carioca | 136 |
| 1. O que sofre e o que resiste | 137 |
| 2. Uma cartografia possível do “Castelo do Terror” | 142 |

| | |
|--|-----|
| 3. Memórias de um cotidiano | 154 |
| 3.1. O interrogatório e a tortura | 156 |
| 3.2. O dia-a-dia no cárcere | 184 |
| Conclusão | 199 |
| Fontes | 205 |
| 1. Arquivo/Documentos Pessoais | 205 |
| 2. Documentos Institucionais | 205 |
| 3. Fonte Cinematográfica | 205 |
| 4. Fontes Orais | 205 |
| 5. Fontes Visuais | 206 |
| 6. Periódicos | 206 |
| Bibliografia | 207 |
| 1. Bibliografia digital | 213 |
| Anexo I: Glossário de Siglas | 215 |
| Anexo II: A Hierarquia do Exército Brasileiro | 218 |

Introdução

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu...

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá ...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira prá lá...

Chico Buarque
(*Roda Viva*, 1968)

Vivi bons momentos no 1º Batalhão da Polícia do Exército. Era adolescente e os momentos aos quais me refiro foram vividos durante o final de uma década democrática, a de 1990. Mal sabia sobre a ditadura militar e muito menos que aquele Batalhão, situado tão próximo à minha casa, na Tijuca, havia sediado um centro de tortura. O nome DOI-CODI, nunca tinha ouvido falar. Para mim e para todos os adolescentes da Tijuca, o 1º BPE era um Batalhão convencional do Exército que tinha um grande pátio utilizado todos os anos para a melhor festa junina da região, a “festa junina da PE”. Logo, para nós, a principal característica da PE era o fato de, durante os meses de junho, abrir as portas do seu pátio para torná-lo “ponto de encontro” de muitos jovens estudantes. Quanta ironia!

Já no terceiro período da faculdade de História da UNIRIO, no primeiro semestre de 2002, descobri o que aquele prédio havia sido durante a ditadura militar. Soube, inclusive, que ele era tombado pelo antigo Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC) da Prefeitura justamente por representar a memória de muitos ex-prisioneiros políticos que ali haviam sido torturados e mortos. Fiquei perplexa. Como nunca ninguém havia me dito isso? Como os professores de História da minha escola, localizada no mesmo bairro, não haviam destacado esse fato? Por que essa parte da História não era amplamente divulgada? Eu, que sempre gostei de História, não à toa escolhi fazer dela minha formação e profissão, me senti instigada a revelar as memórias dos presos políticos que por lá passaram. A partir dessa descoberta, mais do que uma “nova” face do 1º BPE, eu havia me deparado com outra revelação: o meu tema de pesquisa.

A partir de um amigo do curso de História, no final de 2002, cheguei ao meu primeiro entrevistado e, daí em diante, teci uma rede de entrevistas. No final de 2004, havia reunido seis entrevistados: três homens e três mulheres, todos ex-prisioneiros

políticos que passaram pelo DOI-CODI/RJ durante o mesmo ano de 1970. Essa pesquisa resultou em minha monografia, apresentada em 2005 como requisito para a conclusão do curso de História da UNIRIO, *O Castelo do terror: memória e tortura no espaço prisional (1970-1974)*.¹

Não abandonei o tema. Ao contrário: resolvi aprofundá-lo no mestrado em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, onde ingressei em março de 2010. Nessa dissertação, que representa a fase conclusiva do mestrado, trabalho com os depoimentos dos mesmos seis ex-prisioneiros do DOI-CODI/RJ de 1970, colhidos entre os anos de 2002 e 2004. Aqui, o objetivo mais amplo é se inserir no conjunto de estudos que reflete sobre a construção de uma determinada memória a respeito da ditadura militar.

Analisar a memória de ex-prisioneiros políticos, a fim de entender como essas foram construídas já em tempos democráticos e o que trazem em benefício da caracterização daquele passado é o objetivo principal desta dissertação. Assim sendo, alguns aspectos específicos merecem ser destacados.

O primeiro deles é que as entrevistas foram concedidas entre os anos 2002 e 2004, ou seja, o passado ditatorial foi recuperado já em tempos democráticos. Ao mesmo tempo, considerou-se que esses depoimentos são fontes essenciais para atingir o objetivo aqui traçado, já que a metodologia de *história oral* é a mais adequada para analisar os aspectos subjetivos e repletos de detalhes que correspondem ao rigoroso dia-a-dia de quem esteve preso em um organismo repressor. Logo, é fácil concluir que as fontes que permitiram a elaboração deste estudo não poderiam ser encontradas em documentação oficial.

¹ *O Castelo do terror: memória e cotidiano de ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI carioca (1970-1979)*, monografia de fim de curso de bacharelado e licenciatura plena em História da UNIRIO, orientada pela Prof^a. Dr^a. Icléia Thiesen e apresentada em abril de 2005.

Instituídos por todo o território brasileiro a partir de 1970, os DOI-CODI tornaram-se referência-chave na memória sobre a tortura e a repressão praticada pela ditadura militar. A partir disso, nota-se que o trabalho desenvolvido com as memórias de ex-prisioneiros de uma de suas sedes, a do Rio de Janeiro, é uma das escassas possibilidades existentes de se acessar esse passado ainda tão presente.

Esse objeto de estudo representa um grande desafio. Afinal, está inserido entre duas temporalidades recentes – quando a experiência prisional foi efetivamente vivida, em 1970, e quando ela foi narrada pelos então ex-prisioneiros políticos, entre 2002 e 2004. Por isso mesmo, lançou-se mão do aparato teórico do que se convencionou chamar de *história do tempo presente*. A partir dos anos 1980, durante o processo de renovação da história política, a valorização de uma história das representações e a compreensão dos usos políticos do passado pelo presente acarretou uma reavaliação das relações estabelecidas entre história e memória que permitiu à historiografia fazer novas reflexões sobre as relações entre passado e presente.² Diante dessa percepção, nasceu na França o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), fundado por François Bédarida, consolidando a *história do tempo presente* como portadora da especificidade de conviver com testemunhos vivos, colocando sob seu foco principal os depoimentos orais.³

A história oral é, portanto, a metodologia principal desta dissertação e, por conseguinte, os depoimentos dos ex-prisioneiros políticos dela decorrentes são aqui tratados com todo o rigor necessário à pesquisa histórica. Afinal, apesar de ser demasiadamente criticada por ser uma metodologia apoiada na memória, o que a tornaria capaz de produzir representações e não reconstituições do real, entende-se que

² Para mais informações sobre o surgimento da história do tempo presente na historiografia, ver: Remond, 1996 e Ferreira, dez. 2002: 314-332.

³ Para mais informações sobre os fundamentos da história do tempo presente, ver: Bédarida, 2006: 219-229.

as narrativas orais devem ser submetidas ao crivo da crítica histórica tal como deve ocorrer com todas as outras fontes. Os documentos, orais ou escritos, têm uma razão de ser, pois foram feitos por alguém, com determinada visão, estimulado por algum motivo e/ou intenção e, por isso, nunca serão capazes de representar a realidade pura e absoluta dos fatos. Portanto, qualquer fonte, caso não seja bem contextualizada e analisada, possibilita que a pesquisa caia em armadilhas e reconstrua um passado que nunca existiu, conforme bem elucidado por Michael Pollak:

[...] se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim, não há diferença fundamental entre fonte escrita e oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. (Pollak, 1992: 207-208)

A história oral é de grande valia à *história do tempo presente*, contribuindo para que o estudo da história recente – por natureza, mais inacabada do que qualquer outra história (Bédarida, 2006: 229) – seja incentivado, desafiando as dificuldades relacionadas ao acesso a fontes documentais de períodos pouco distantes. Além disso, a história oral traz outro diferencial aqui destacado: através da fala, torna-se possível evidenciar uma carga subjetiva, tornando acessível um tipo de informação capaz de enriquecer a análise histórica e que não seria obtido por meio de fontes escritas oficiais. Assim, mesmo que uma experiência relatada não seja em si mesma um fato, de certa forma pode vir a sê-lo, já que traz à tona o verdadeiro sentimento de alguém perante uma situação, e esse sentimento é um fato que só pode ser alcançado mediante às memórias trazidas pelos relatos (Portelli, 1996: 59-72).

Os usos que os ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ fazem de seu passado prisional é um dos principais aspectos aqui ressaltados. Para tanto, o conceito de *presente do passado*, de Robert Frank (1999), é utilizado ao longo deste trabalho como

ferramenta para destacar as influências que o *presente de suas narrativas* exerce sobre a maneira pela qual é *revivido o passado* vivenciado no DOI-CODI/RJ.

Desde que haviam passado pelo DOI-CODI carioca, em 1970, em plena ditadura militar, a chamada “lei de anistia” já havia sido instituída no país em 1979, que, entre outras providências, anistiava *todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes* (lei n.º 6683/1979); a ditadura militar havia terminado com a eleição indireta de um presidente civil em 1985; a Assembleia Nacional Constituinte havia sido instalada em 1987 e a Constituição da República Federativa do Brasil, a chamada “constituição cidadã”, havia sido promulgada no ano seguinte e, finalmente, o primeiro presidente civil eleito pelo voto direto após a ditadura militar havia tomado posse em 1990, completando a transição política do país, ou seja, tornando a ditadura uma memória do passado e a democracia o momento presente. Democracia esta que, na época em que os depoimentos foram concedidos, apresentava ainda mais sinais de seu fortalecimento e consolidação, já que o Brasil havia elegido para presidente o sociólogo e professor da USP Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o ex-operário e líder sindical Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ambos perseguidos políticos durante o período ditatorial.

Com relação à situação dos que sofreram danos decorrentes da política repressiva promovida pela ditadura militar, desde 1995, estava em curso o reconhecimento pelo Estado brasileiro dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura e a indenização as suas famílias (lei n.º 9.140/95). Além disso, a reparação financeira aos males sofridos por aqueles que ficaram presos ou foram perseguidos na época também estava em voga desde 2002 (lei n.º 10.559/02). A demanda desta lei, principalmente no caso daqueles que passavam pelo processo de solicitação, é um elemento a ser levado

em conta na maneira pela qual os entrevistados construíram suas narrativas. Afinal, o procedimento necessário à concessão da reparação incluía a construção de um memorial sobre as mazelas a que os requerentes haviam sido submetidos pelo Estado durante a ditadura militar.

Dessa forma, as narrativas significavam também para os ex-prisioneiros políticos um meio de conseguirem apoio da sociedade em favor da ampliação desse reconhecimento iniciado pelo Estado brasileiro. Através de suas narrativas, poderiam contribuir para que suas memórias fossem encampadas pela história. Logo, pode-se dizer que, no sentido atribuído por Michael Pollak (1992), esses depoimentos foram concedidos sob o horizonte de contribuir com o *trabalho de enquadramento da memória* nacional sobre a ditadura militar brasileira, já que esta até hoje não está consolidada.

Finalmente, verifica-se que ainda ocorre uma disputa pela memória da ditadura militar, onde de um lado estão os que sofreram o peso da mão forte da ditadura e de outro os militares que argumentam que os “anos de chumbo” devem ser relegados ao passado. Como exemplo, a declaração dada, em outubro de 2004, ao jornal *O Globo* por um representante do Exército em resposta à publicação de supostas fotos pelas quais o jornalista Vladimir Herzog⁴ aparece sendo humilhado na prisão:

As medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e de desencadear ações criminosas [...] sentiu-se a necessidade da criação de uma estrutura, com vistas a apoiar, em operação e inteligência, as atividades necessárias para desestruturar os movimentos radicais e ilegais. [...] Mesmo sem qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu

⁴ Vladimir Herzog era integrante do PCB e diretor da TV Cultura quando foi preso em outubro de 1975 no DOI-CODI/SP, onde, dias depois, foi morto sob torturas. Para mais informações sobre o caso Vladimir Herzog e seus sucessivos encadeamentos, ver: Moraes, 2006.

naquele período histórico, considera-se ação pequena reavivar revanchismos ou estimular discussões estéreis sobre conjunturas passadas, que a nada conduzem. (Camarotti, 19 out. 2004: 12)

Essa disputa travada entre a lembrança e o esquecimento pode ser notada através da batalha em torno do prédio que serviu de sede ao DOI-CODI/RJ, o 1º BPE. Essa foi iniciada nos primeiros anos da década de 1990, por meio de uma tentativa do Exército de vender o edifício. Sabendo da situação, um conjunto de moradores dos arredores buscou impedir a venda, solicitando o tombamento de todo o espaço ocupado pelo quartel à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, alegando a sua importância para a memória política do país. Essa atitude é evidenciada em um manifesto contendo 236 assinaturas em defesa da preservação do prédio, que serviu como documento de abertura para o processo de tombamento do edifício na Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro:

O Exército brasileiro, alegando falta de recursos para seu programa de construção de quartéis em outros estados, pretende vender o imóvel onde está o 1º BPE. Trata-se de um imóvel altamente valorizado pela ampla infraestrutura urbana [...] Acontece que o valor que o Exército quer faturar foi criado a partir de obras e investimentos custeados com os impostos e taxas que pagamos, todos nós, há mais de um século. O Exército não contribuiu em nada para isso, e agora quer se apropriar desse valor para investir sabe-se lá aonde. [...] consideramos que o prédio do Batalhão da PE está indissolúvelmente cravado na história, nas tradições, na estética e na paisagem local [...] Sabemos que o Batalhão da PE foi sede do DOI-CODI na época da ditadura militar e que ali estiveram presos e foram torturados muitos companheiros nossos, tendo inclusive alguns sido dados como “desaparecidos”. Também por esta razão, o prédio está ligado à memória política desse país [...] Queremos na área um centro cultural, com teatro e museu à memória da luta pela liberdade, com parque e jardins. Esses são os

anseios da comunidade e não outros” (Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992).⁵

Além desse documento, outras solicitações de preservação do prédio foram enviadas à Câmara Municipal por Associações de Moradores da Tijuca e bairros vizinhos. Enfim, em 29 de março de 1993, no primeiro mandato do então prefeito César Maia, o processo de tombamento do 1º Batalhão da Polícia do Exército foi finalizado. No entanto, a ideia de tirá-lo do Exército a fim de tornar o espaço um centro cultural que contivesse um museu da *memória da luta pela liberdade* não se concretizou, pois, após o tombamento, o Exército não deixou o local, onde permanece até os dias atuais, sinalizando que não tem interesse em que o edifício se torne efetivamente um *lugar de memória*, tal como o conceito criado por Pierre Nora (1993).

No prédio do 1º BPE se encontram os três sentidos atribuídos por Nora como característicos a um *lugar de memória*: o material, o simbólico e o funcional (Nora, 1993: 21). O sentido material, no caso, é o próprio espaço físico, que ainda se conserva no mesmo local sem grandes intervenções; o simbólico é o que o espaço representa para uma parte da sociedade carioca como marco memorial de um passado que não se deve esquecer; e o funcional é a memória da ditadura militar ali preservada por meio do tombamento do edifício. Logo, querendo ou não, o prédio do 1º BPE é um *lugar de memória*, já que naquele espaço físico, ou seja, material, se encontram uma função e uma representação simbólicas ligadas à memória da ditadura militar.

A disputa em torno dessa memória parece aos poucos caminhar cada vez mais para o lado dos ex-presos e perseguidos políticos. Recentemente, além das leis

⁵ Este documento, que deu início ao referido processo no ano de 1992, hoje se encontra arquivado na Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, antigo Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC), junto ao restante da documentação que compôs o processo N.º 12/004336/92 e originou a lei municipal n.º 1954 de 29/03/93.

reparadoras citadas acima, um grande obstáculo foi ultrapassado para que os crimes ocorridos durante a ditadura militar sejam apurados e desvendados. Em outubro de 2011, a *Comissão da Verdade* foi enfim aprovada pelo Congresso Nacional e, em novembro do mesmo ano, a lei que a institui sancionada pela Presidente Dilma Rousseff. Nesse contexto, esta dissertação, ao estudar as memórias de seis ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ, relaciona-se com essa atualidade, cumprindo um papel social relevante.

O ofício do historiador, que pressupõe trilhar caminhos e fazer escolhas, significando, por exemplo, atribuir significado às palavras, às fontes e à bibliografia escolhidas, norteou a seleção e os critérios aqui estipulados. Conforme apontado por Reinhart Koselleck (2006: 167), é impossível que o ponto de vista do historiador deixe de influenciar na representação que faz dos fatos. Assim, cabe deixar claro que este trabalho foi movido pelo interesse que as memórias dos ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ despertaram em mim. Vale dizer que essa dissertação é avessa ao postulado científico da total imparcialidade, no sentido de neutralidade, apartidarismo ou abstenção, seguindo orientação de Manoel Salgado Guimarães (2008):

Ao historiador de ofício seria exigido cada vez mais uma escrita submetida aos ditames dos afetos, sejam eles derivados de engajamentos políticos específicos, de crenças particulares ou mesmo derivados de um convite à individualidade do historiador. Este seria instado a mostrar-se através de seu texto, postura bastante diversa daquela que o obrigava a esconder-se por trás da pesquisa científica (Guimarães, 2008: 17)

O **primeiro capítulo** tem por objetivo analisar a formação e atuação dos DOI-CODI, que, a partir de 1970, passaram a integrar o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), se espalharam por todas as Regiões Militares do Brasil e se tornaram a principal instituição de repressão aos opositores políticos da ditadura militar. Afinal, a

partir do entendimento sobre a criação e o funcionamento dessa instituição se pretende criar as condições necessárias para analisar as memórias dos seis ex-prisioneiros políticos sobre uma de suas sedes, o DOI-CODI/RJ, uma vez que a passagem por esse espaço prisional é aqui entendida como um elo fundamental entre essas memórias. Assim, optou-se por estruturar este capítulo por meio de três frentes: 1) o debate historiográfico; 2) a monografia *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Exército Brasileiro, Histórico papel de combate à subversão: situação atual e perspectiva*, escrita, em 1978, pelo então coronel de cavalaria Freddie Perdigão Pereira; 3) os depoimentos orais de seis ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI do Rio de Janeiro, concedidos entre os anos de 2002 e 2004.

A primeira frente de estudo se concentra em analisar a formação e a atuação dos DOI-CODI à luz da historiografia. Nela apresentam-se autores e conceitos selecionados a fim de elucidar algumas questões levantadas: Qual o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) para a formação do Sistema de Segurança Nacional e dos DOI-CODI? Como a praxe ditatorial em respaldar atitudes arbitrárias por meio de leis compulsoriamente promulgadas, ou seja, através da *legalidade autoritária*, conforme nomenclatura utilizada por Anthony Pereira (2010), gerou as bases para a criação do SISSEGIN e dos DOI-CODI? Como os conflitos internos gerados no seio da instituição militar que ocasionaram dissidências, as *cizânias militares*, tal como conceituado por João Roberto Martins Filho (1993), influenciaram os rumos da ditadura e a construção de seu aparato de segurança interna? De que maneira a montagem e o funcionamento do SISSEGIN e dos DOI-CODI foram organizados e constituídos?

Já a segunda e a terceira frentes de estudo deste capítulo servem para analisar as visões de atores que, de uma forma ou de outra, viveram os DOI-CODI. Na segunda, a análise sobre a formação e a atuação dos DOI-CODI debruça-se sobre a visão de um de

seus agentes, através da fonte *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Exército Brasileiro, Histórico papel de combate à subversão*, escrita pelo coronel de cavalaria Freddie Perdigão Pereira, apontado por ex-prisioneiros políticos com um dos torturadores do DOI do Rio de Janeiro. Trata-se de uma monografia que o referido coronel apresentou à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) em 1978, quando os DOI-CODI, apesar de atuantes, já sofriam certa diminuição de suas atividades. O trabalho em cima desse documento se direciona no sentido de analisar dados representativos do poder coercitivo dos DOI-CODI do início dos anos 1970 e de descrever os afazeres de cada uma de suas seções, a fim de contribuir para o entendimento sobre o funcionamento interno deste órgão. Por fim, na terceira frente, a análise é efetuada por meio das memórias dos seis ex-prisioneiros entrevistados entre os anos de 2002 e 2004, objeto central dessa dissertação. Dessa forma, procura-se aqui responder como eles percebiam a formação e a atuação do DOI-CODI/RJ e, ao entrelaçar aspectos de suas memórias com a historiografia e a visão do coronel Pereira, se aproximar do que vinha a ser o aparato de segurança interna de 1970 cujos DOI-CODI eram parte essencial.

O **segundo capítulo** é construído com a proposta de analisar de que forma e sob quais influências foram construídas e narradas as memórias dos seis ex-prisioneiros políticos, entrevistados entre os anos de 2002 e 2004. Parte-se aqui do pressuposto de que cada uma de suas memórias foi formada e influenciada por idiossincrasias relativas a vivências pessoais, personalidades e outros aspectos individuais que merecem ser analisados de forma a viabilizar o entendimento lógico da construção dessas memórias. Dessa forma, busca-se relativizar uma memória coletiva que aparentemente é comum a todos os ex-prisioneiros políticos que passaram por algum DOI-CODI. O aspecto coletivo dessas memórias, no entanto, não é abandonado. As memórias individuais aqui

trabalhadas não estão isoladas, e, constantemente, tomam por referência pontos externos ao sujeito, se apoiando em percepções recebidas de determinada memória coletiva de um grupo e também pela memória histórica de seu país (Halbwachs, 2004: 57-59).

Diante disso, a capacidade de intervenção que o presente exerce sobre as memórias do passado (Frank, 1999) toma um aspecto central nesse momento da análise, o que torna importante considerar aqui não só o contexto histórico que rodeava os entrevistados no momento de suas narrativas (2002-2004), como também a forma como a rede de entrevistados foi desenhada e as condições em que essas foram realizadas. Assim, este segundo capítulo trata, primeiramente, dessas condições que viabilizaram e, de certa forma, influíram nas entrevistas para, em seguida, analisar as trajetórias de vida de cada um dos entrevistados e, por fim, baseando-se em algumas referências sobre o tema, traçar um panorama sobre as organizações de esquerda das quais faziam parte ou com que se relacionavam no momento de suas prisões.

Finalmente, o **terceiro capítulo** visa analisar efetivamente a memória como material para a história. Assim, conforme elucidado por Fernando Catroga (2010), ao buscar entender a escrita da história como um rito de memória, no sentido de lutar contra o esquecimento e contra a corrosão do tempo, tal como ocorre em um “gesto de sepultura”, a história é aqui escrita de forma a contribuir para que seja possível caracterizar um passado que não mais existe: o do cotidiano do DOI-CODI/RJ de 1970.

Antes dessa caracterização, a partir dos detalhes trazidos nos depoimentos sobre o espaço interno do prédio do 1º BPE conjugados à observação minuciosa de sua fachada que até hoje ainda permanece preservada, faz-se possível uma cartografia espacial do local que sediou o DOI-CODI/RJ. Afinal, esse entendimento da disposição espacial do referido edifício está totalmente interligado com o cotidiano ali vivido por seus prisioneiros, logo, é aqui entendido como essencial para a presente análise. Feita esta

cartografia, parte-se então para a caracterização do cotidiano vivido no DOI-CODI/RJ de 1970. Para tanto, além da análise dos seis depoimentos, a formação e a atuação dos DOI-CODI, a constituição da rede de entrevistas, a trajetória dos entrevistados e suas organizações de esquerda, estudadas nos capítulos anteriores são incorporadas ao estudo. A partir disso, vários aspectos do cotidiano prisional são abordados, tais como: o interrogatório e a tortura; os primeiros momentos na prisão; as formas de resistência; os encontros e as relações entre os presos nas celas; as formas de lidar com o tempo; as roupas e as refeições.

No decorrer dos três capítulos dessa dissertação, faz-se constante referência a siglas relativas ao tema em abordagem e à hierarquia das patentes do Exército. Diante disso, ao final de todo o texto apresentado, na parte dos anexos, encontra-se o *Glossário de siglas (Anexo I)* e a tabela *A hierarquia do Exército Brasileiro (Anexo II)*.

A partir dessa configuração geral, pretende-se responder às questões acima pontuadas a fim de corroborar algumas hipóteses aqui levantadas:

- 1) A formação e a atuação do aparato de segurança interna, que abrangia o DOI-CODI/RJ, tiveram por base: as teses sobre segurança nacional montadas pela ESG, anos antes da ditadura militar; a promulgação de uma legislação arbitrária condescendente a abusos de poder gerada a partir dos primeiros anos do governo militar; bem como a tentativa de solucionar impasses ocasionados por disputas que vinham ocorrendo no seio do Exército e, por conseguinte, ameaçavam sua unidade institucional;
- 2) O peso do presente (2002/04) teve um papel decisivo na maneira pela qual os entrevistados construíram a narrativa sobre o período (1970) em que estiveram presos no DOI-CODI/RJ;
- 3) As organizações de esquerda e as ações em que os ex-presos políticos

estiveram envolvidos antes de suas prisões influenciaram diretamente no grau de violência do cotidiano a que foram submetidos no DOI-CODI/RJ.

Capítulo: 1 – Os DOI-CODI: formação e atuação

Se no teu distrito
Tem farta sessão
De afogamento, chicote
Garrote e punção
A lei tem caprichos
O que hoje é banal
Um dia vai dar no jornal

Se manchas as praças
Com teus esquadrões
Sangrando ativistas
Cambistas, turistas, peões
A lei abre os olhos
A lei tem pudor
E espeta o seu próprio inspetor

Chico Buarque
(*Hino da repressão*, 1985)

A partir de 1970, os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações–Centro de Operações de Defesa Interna), parte integrante do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), passariam a ser a principal instituição na repressão aos opositores da ditadura militar brasileira. Seis desses opositores, aprisionados no DOI-CODI do Rio de Janeiro em meio ao primeiro ano de sua existência, têm na passagem por esse espaço prisional um elo fundamental entre suas memórias. Como essas memórias são o objeto de estudo da presente dissertação, para melhor entendê-las, primeiramente, torna-se de extrema importância lançar um olhar mais apurado sobre como foram construídos e de que forma atuavam os DOI-CODI. Logo, a análise sobre a criação e o funcionamento dessa instituição é o objetivo desse primeiro capítulo.

Esta análise se estrutura a partir de três frentes distintas: 1) o debate historiográfico; 2) a monografia *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Exército Brasileiro, Histórico papel de combate à subversão: situação atual e perspectiva*, escrita, em 1978, pelo então coronel de cavalaria Freddie Perdigão Pereira; 3) os depoimentos orais de seis ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI do Rio de Janeiro, concedidos entre os anos de 2002 e 2004.

Como dito, a primeira frente de estudo analisa a formação e a atuação dos DOI-CODI à luz da historiografia. Autores e conceitos foram selecionados tendo em vista questões significativas para analisar a formação e a atuação dos DOI-CODI: 1) o papel da ESG para a criação do Sistema de Segurança Nacional; 2) os conceitos de *legalidade autoritária e cizânia militar*; 3) a montagem e o funcionamento do SISSEGIN.

Para abordar o papel da ESG na construção do Sistema de Segurança Nacional, parte-se da tese de Maria Helena Moreira Alves (2005), em que a autora defende a ideia de que a institucionalização do *Estado de Segurança Nacional*, no Brasil, se fez a partir do papel determinante da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN), construída pela

Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos 1950. Entende-se que este destacado papel da ideologia *esguiana* para a formação do Sistema de Segurança Nacional da ditadura militar brasileira teve ligação direta com a formação e a atuação dos DOI-CODI. Afinal, com a DSN surge o conceito de *segurança interna*, que serve como base para a montagem do aparelho repressivo ditatorial, no qual os DOI-CODI, duas décadas depois, seriam inseridos.

Os conceitos de *legalidade autoritária e cizânia militar* são aqui utilizados como ferramentas elucidativas por auxiliarem na análise de como, durante os primeiros anos de ditadura militar, a imperativa forma de legislar o país e as crises que, por disputas políticas, ameaçaram a unidade institucional militar foram essenciais para a formação e atuação dos DOI-CODI.

Nesse sentido, a *legalidade autoritária*, assim designada por Anthony Pereira (2010), é aqui utilizada para destacar de que forma a preocupação da ditadura militar brasileira em respaldar legalmente seus atos, ainda que arbitrariamente, propiciou um respaldo legal à repressão política e, por conseguinte, aos DOI-CODI. Logo, este conceito serve para iluminar o entendimento de que a formação de um aparato de segurança interna forte, centralizado e violento como os DOI-CODI foi possibilitado, respaldado e sustentado no Brasil por um significativo amparo legal. A ditadura militar, através dessa preocupação legal atípica a um regime de cunho totalitário, reiterava sua imagem de *regime democrático de exceção* perante a sociedade e, ao mesmo tempo, possibilitava a criação de um dos maiores organismos repressores que uma ditadura da América Latina já havia criado, os DOI-CODI.

Outro conceito necessário para entender a construção do cenário legal que propiciaria a formação e atuação dos DOI-CODI é o de *cizânia militar*, elaborado por Martins Filho em sua tese de doutorado *A dinâmica militar das crises políticas na*

ditadura (1964-1969), de 1993, em que o autor destaca os conflitos internos no seio militar que acabariam resultando em dissidências. Ao analisar esses conflitos como fator decisivo para a compreensão dos rumos da ditadura, Martins Filho apresenta uma abordagem diferente da maioria dos estudiosos sobre o tema. Ao invés de partir de uma suposta dicotomia entre dois grupos estanques, divididos rigidamente entre a *linha dura* e os *castelistas*, apresenta uma visão mais fluida de grupos militares que oscilavam na forma de agir: o *palácio*, representando os militares de altas patentes, ocupantes de cargos políticos; e a *caserna*, militares de patentes médias que trabalhavam nas instituições militares. Esta abordagem é crucial para o presente trabalho, uma vez que a base da formação e da atuação dos DOI-CODI estava diretamente relacionada às *cizânias militares* e seus decorrentes acontecimentos políticos. Afinal, apesar dos DOI-CODI serem uma instituição composta por militares das mais diversas posições hierárquicas, a sua formação e atuação foram estruturadas a partir, principalmente, de reivindicações da *caserna*, que, com a implantação dos DOI-CODI, passou a ter poderes políticos extraordinários, já que se tornava responsável pelas ações de prisões, apreensões e interrogatórios dos perseguidos políticos.

Finalmente, para analisar a formação do Sistema de Segurança Interna, o SISSEGIN, composto, entre outros, pelos DOI-CODI, partimos da análise feita por Carlos Fico em sua obra *Como eles agiam*, de 2001. Ao ter acesso a documentos sigilosos sobre a formação do SISSEGIN e a regulamentação operacional dos DOI-CODI, Fico caracteriza, de forma inédita na historiografia, a formação e o funcionamento de ambos os órgãos, sendo, portanto, um referencial historiográfico indispensável à minha pesquisa.

Ainda no que toca à formação do SISSEGIN e dos DOI-CODI também é de grande valia a tese exposta por Maria Celina D'Araújo em *Os anos de Chumbo: a*

memória militar sobre a repressão (1994) de que, assim como em qualquer instituição militar, era alto o grau de hierarquia e coordenação presente nos DOI-CODI; o que não impedia, no entanto, que houvesse brechas para uma perda de controle institucional. Logo, uma das peculiaridades da atuação dos DOI-CODI, entendido pela a autora como uma espécie de sofisticação da repressão, era a convivência da obediência hierárquica militar com a falta de controle sobre algumas ações, deixando que procedimentos não regulamentares, tais como a tortura, pudessem ser efetivados com recorrência.

A segunda e a terceira frentes de estudo do presente capítulo analisam as visões de atores que, de uma forma ou de outra, viveram em algum dos DOI-CODI. Portanto, diferentes do debate historiográfico, que tem particular distanciamento analítico do objeto e preza por se aproximar da imparcialidade, e também diferentes entre si, essas fontes são influenciadas por seus atores/narradores e pelas épocas em que foram construídas.

Na segunda frente, pode-se dizer que a formação e a atuação dos DOI-CODI são analisadas a partir dos próprios DOI-CODI, já que nessa etapa debruça-se sobre o estudo *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Exército Brasileiro, Histórico papel de combate à subversão*, de um de seus agentes diretos, o coronel de cavalaria Freddie Perdigão Pereira. Conhecido entre os presos políticos do DOI do Rio de Janeiro do início dos anos 1970 como o torturador de codinome “Nagib”, coronel Pereira apresentou a referida monografia à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) em 1978, quando os DOI-CODI, apesar de atuantes, já estavam em decadência. Tratava-se de uma época em que o presidente Ernesto Geisel comandava a abertura política “lenta, gradual e segura” do país, e vinha diminuindo o poder delegado aos DOI-CODI, que passavam a ter o seu pessoal reduzido e suas ações apenas voltadas à espionagem e não mais ao combate direto de opositores políticos, já que, devido às

inúmeras denúncias sobre violações aos Direitos Humanos no Brasil, era forte o desgaste que a ditadura sofria perante a comunidade internacional. Em meio a esse cenário, o coronel em questão construiu tal monografia motivado a, por um lado, provar a importância e a necessidade do trabalho de repressão feito nos DOI-CODI e assim tentar reverter a redução de suas atividades e, por outro, conseguir uma promoção na carreira militar, visto que a ECEME é uma escola destinada à preparação de oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior. A partir disso, essa monografia apresenta dados representativos do poder coercitivo dos DOI do início dos anos 1970, bem como a descrição dos afazeres de cada uma de suas seções, o que traz uma forte contribuição para a análise aqui traçada.

Por fim, na terceira e última frente, a análise da formação e a atuação dos DOI-CODI é efetuada por meio de outro tipo de fonte, que tem por base a memória: os depoimentos orais de seis ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI do Rio de Janeiro, a mim fornecidos entre os anos de 2002 e 2004. Como essas entrevistas foram concedidas durante a passagem dos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ex-perseguidos políticos da ditadura militar, que, entre seus feitos à frente da política brasileira, agiram no sentido de reparar danos sofridos pelos perseguidos políticos daquele período, esse presente nelas imprimiu fortes influências. Afinal, trata-se de memórias sobre o passado vivido em uma das instituições de repressão mais violentas da época, o DOI-CODI/RJ, construídas a partir de um presente em que já vigorava a lei n.º 9.140, de 1995, que reconhecia mortos e desaparecidos pela ditadura militar e indenizava suas famílias, e havia sido aprovada a lei n.º 10.559, de 2002, que reparava financeiramente aqueles que tivessem sofrido perseguição ou maus tratos dentro de instituições do Estado durante o período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988.

Percebe-se claramente a ideia de *presente do passado*, de Robert Frank (1999), como um dos principais aspectos críticos aqui aplicados a essas memórias. Afinal, o fato de, durante o período em que se deram as entrevistas, conhecidos opositores à ditadura militar estarem à frente do governo brasileiro e grande número de ex-prisioneiros políticos, inclusive os entrevistados, buscarem se beneficiar da lei n.º 10.559/02 faz com que o presente seja aqui considerado o elemento organizador dessas memórias.

Essa perspectiva de *presente do passado* é, portanto, um dos elementos críticos aplicados a essas memórias, que sobre elas trabalham a fim de aqui torná-las objeto da história. Dessa forma, percebe-se na presente análise a perspectiva elucidada por Pierre Nora (1993), ao diferir o trabalho da memória do trabalho da história. Afinal, o que os diferencia são justamente os aspectos fluidos da memória, tais como as emoções e as influências conjunturais a que está a todo tempo submetida, que aqui são minimizados pelos aspectos críticos, objetivos e analíticos peculiares à história.

1. Debate Historiográfico

1.1. O papel da ESG para o Sistema de Segurança Nacional

O golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964, quando o presidente João Goulart foi deposto e se instalou um regime militar no país, teria sido precedido por uma elaborada desestabilização política que, de acordo com Maria Helena Moreira Alves (2005), envolveu tanto corporações multinacionais, o governo dos Estados Unidos, quanto o capital brasileiro associado-dependente e os militares brasileiros, destacando-se entre esses um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Essa “conspiração” foi efetivada anos antes, ainda no início dos anos 1950, por instituições civis, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), sob a coordenação da ESG. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), ministrada pela mesma Escola, era a justificativa ideológica perfeita para a tomada do poder e para o autoritarismo como uma forma de governo.

Um dos criadores dessa doutrina, Golbery do Couto e Silva era, desde 1952, adjunto do Departamento de Estudos da ESG, estabelecimento subordinado ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), criado em 1948 com a assistência de consultores franceses e norte-americanos a fim de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da Segurança Nacional. Dentro da ESG, Golbery encontrou condições favoráveis para impulsionar teses que defenderiam o êxito de um projeto global de desenvolvimento, em cujas tarefas o Estado deveria se associar à iniciativa privada através do apoio intermediário de uma elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de “objetivos nacionais permanentes”, garantindo, assim, a Segurança Nacional. Essas teses vieram, posteriormente, a constituir a base do programa da ESG,

passando a ser conhecidas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN sustentava ainda, em meio à Guerra Fria, o posicionamento do Brasil ao lado do Ocidente, logo, em confronto com o bloco soviético, considerando a preservação da segurança o fator fundamental de promoção do desenvolvimento. Previa, dessa forma, a possível supressão de alguns valores definidores da ordem democrática, devido à necessidade de uma progressiva centralização de poderes.

Para Moreira Alves, o grande feito do “complexo ESG/IPES/IBAD” foi a criação, antes do golpe de 1964, de uma rede de informações e de uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ambas coordenadas por Golbery, para nortear o que viria a ser um Estado efetivamente centralizado. Essa tese é sustentada ao se notar que o general Castelo Branco, como primeiro presidente do Estado ditatorial brasileiro, compôs seus ministérios quase totalmente com membros e colaboradores do complexo ESG/IPES/IBAD. A DSN passou então a ser utilizada para moldar as estruturas de Estado, impor formas específicas de controle para a sociedade civil e delinear um projeto de governo para o Brasil. Assim, com destaque para a segurança interna, ameaçada pelo comunismo, a Doutrina de Segurança Nacional passou a induzir ao abuso de poder, a prisões arbitrárias, à tortura e à censura à imprensa e às artes, de forma geral.

É interessante perceber que a formulação da DSN, feita pela ESG em colaboração com o IPES e o IBAD ao longo de 25 anos, tinha como base uma teoria de guerra que nortearia a atuação repressora do governo militar. A partir do *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*, e dos escritos de Golbery do Couto e Silva em *Conjuntura Política Nacional: o poder executivo & a geopolítica do Brasil*, Moreira Alves destaca os tipos de guerra apresentados pela Doutrina: *guerra total*; *guerra limitada* ou *localizada*; *guerra revolucionária* ou *insurrecional*; *guerra indireta* ou *ideológica*.

De acordo com estes parâmetros, a teoria da *guerra total* baseava-se na estratégia militar da Guerra Fria, deixando de ser estritamente militar para ser também econômica, financeira, política, psicológica e científica, atingindo o mundo de forma global. Logo, como as potências envolvidas não podiam travar uma guerra ativa, pois existia a possibilidade de uma destruição completa e universal, a *guerra total* passou a assumir diversas formas. Ela se desdinhava em *guerras limitadas ou localizadas*, pelas quais as duas superpotências mediam suas respectivas capacidades de controlar territórios. Além disso, havia as guerras declaradas, consideradas clássicas, e as não-declaradas, que correspondiam às formas de *guerra revolucionária* ou *insurrecional*.

Essas guerras não-declaradas, ou não-clássicas, representavam uma guerra de agressão indireta. A *insurrecional* é caracterizada como um conflito interno em que parte da população armada busca a deposição do governo. Já a *guerra revolucionária* não envolve necessariamente o emprego da força armada, mas significa um conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado normalmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação. A *guerra revolucionária* se referia, portanto, à infiltração comunista internacional, associada ao bloco soviético. Neste tipo de guerra, a *guerra ideológica* substituía a convencional, entendida como o enfrentamento direto entre Estados em suas fronteiras geográficas. A característica principal da *guerra revolucionária*, de acordo com o Manual Básico da ESG, era o envolvimento da população do país-alvo por meio da conquista ideológica:

[...] abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do país-alvo é utilizado como combatente. (Alves, 2005: 45)

Como a *guerra revolucionária* recrutava seus combatentes secretamente, toda a população tornava-se suspeita e, portanto, deveria ser cuidadosamente controlada para que os ditos “inimigos internos” pudessem ser neutralizados. A partir desse entendimento de guerra revolucionária que, segundo a ESG, assombrava o país, cria-se a necessidade de um planejamento de Segurança Nacional adaptado a essa conjuntura e, por conseguinte, de um eficiente e centralizado aparato de informações internas.

A partir disso, a Constituição de 1967 criou o Conselho de Segurança Nacional, órgão da Presidência da República responsável por supervisionar a defesa da segurança interna, e, principalmente, modificou o significado de Segurança Nacional que, desde a Constituição de 1946, era associado à agressão externa, ou seja, à defesa das fronteiras territoriais. A ameaça à Segurança Nacional passava então a ser oficialmente definida mais como uma ameaça às fronteiras ideológicas do que às territoriais. Portanto, ao criar o Conselho de Segurança Nacional e mudar o entendimento sobre a Segurança Nacional, a Constituição de 1967 abria o caminho necessário à adaptação à teoria de segurança interna estipulada anos antes pela ESG.

Esta teoria de *segurança interna* dotou, então, o Estado de justificativa para controlar e reprimir a população em geral. O caráter oculto da ameaça interna tornou praticamente impossível se estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos militares e, por isso mesmo, fragilizou a defesa dos direitos humanos no país. Afinal, todo cidadão passava a ser culpado até que fosse provada a sua inocência. Por meio desse pensamento, a raiz dos abusos de poder perpetrados pelo Estado se estruturou. Por isso, defende-se aqui que a institucionalização dessa crença no *inimigo interno*, criada pela ESG antes mesmo do golpe civil-militar, estimulou a ditadura a nortear o desenvolvimento das suas estruturas defensivas, da sua articulada rede de informações políticas, e ainda do seu aparato repressivo de controle armado, onde os DOI-CODI, a

partir de 1970, também estariam inseridos.

1.2. Os conceitos: *legalidade autoritária* e *cizânia militar*

Essa crença no *inimigo interno*, criada pela ESG, norteou a Segurança Nacional durante a ditadura militar, que se substanciou através da alta *legalidade autoritária* e das medidas criadas pelo governo como forma de conter as *cizânias militares*. Esses três fatores juntos contribuíram para consolidação dos DOI-CODI por todo país, respaldando a atuação altamente autoritária e violenta desses órgãos.

A partir disso, o conceito de *legalidade autoritária*, construído pelo cientista político norte-americano Anthony Pereira (2010), ajuda a evidenciar como a existência de laços entre o autoritarismo e o estado de direito do regime militar no Brasil ajudou na configuração de uma instituição como o DOI-CODI. Afinal, a *legalidade autoritária* identifica as coexistências entre o autoritarismo ditatorial e a continuidade das instituições jurídicas anteriores ao Golpe, bem como entre o autoritarismo ditatorial e a prática de elaboração de leis, ainda que também autoritárias.

Percebe-se assim que o Brasil obteve um alto grau de *legalidade autoritária*, na medida em que a legislação foi amplamente arbitrada pelo Poder Executivo como forma de legalizar arbitrariedades políticas e suprimir direitos da população. Assim, foi construída uma sustentação jurídica e política necessária à formação de um aparato de segurança cada vez mais forte e centralizado, que garantiu a formação e a atuação dos DOI-CODI.

Afinal, a *legalidade autoritária* vivenciada no Brasil se baseava na confecção pelo Poder Executivo de leis publicadas em meios de comunicação oficiais a fim de respaldar arbitrariedades. A partir dessas leis, instrumento associado ao sistema democrático, o governo militar centralizava e reforçava o seu poder ditatorial, tornando

nebuloso o sistema em vigor naquele momento no Brasil. Ou seja, apesar da existência de uma ditadura militar consolidada, havia integração entre as Forças Armadas e o Poder Judiciário – que norteava os seus julgamentos pelas novas leis arbitrárias, legitimando-as –, bem como a manutenção do Congresso em funcionamento na maior parte do tempo. Dessa forma, a *legalidade autoritária* era um elo entre o autoritarismo ditatorial e o estado de direito, conseguindo fazer parecer por algum tempo que o país vivenciava um sistema democrático excepcional. A prática da *legalidade autoritária*, na forma de atos institucionais, da Constituição de 1967 e de leis de Segurança Nacional, por exemplo, forneceu os suportes legais necessários à construção do SISSEGIN e à formação e à atuação dos DOI-CODI.

Além disso, essa praxe da ditadura de agir por meio de leis arbitrárias, na maior parte das vezes, se relaciona com as *cizânias militares*, provocadas no seio dessa instituição como reflexos de acontecimentos políticos. Afinal, grande parte das leis autoritárias foram artifícios usados como forma de acalmar os ânimos na *caserna*, formada por militares de médias e baixas patentes que reivindicavam mais poder político. Assim, para conter a oposição política e também as reivindicações de poder da *caserna* desenharam-se leis arbitrárias capazes de suportar um organismo de repressão onde esses militares trabalhariam com certa autonomia, tal como viriam a ser os DOI-CODI. Logo, percebe-se aqui que, juntamente com a *legalidade autoritária*, a leitura dos encaminhamentos político-militares feita por João Roberto Martins Filho (1993), sob a luz de conceitos como o de *cizânias militares*, baseadas em dissidências militares internas entre o *palácio* e a *caserna*, também ilumina o entendimento sobre a formação e a atuação dos DOI-CODI.

Tais encaminhamentos políticos militares têm início no dia 9 de abril, dez dias após o golpe civil-militar de 1964, e ainda antes da posse de Castelo Branco, em 15 de

abril, quando o Comando Supremo da Revolução baixou um ato institucional, posteriormente conhecido como AI-1, que conferia aos militares o poder de punição a crimes de cidadãos contra o Estado, seu patrimônio e contra a ordem política e social. No entanto, o AI-1 previa também a possibilidade de passar este poder para as mãos do novo presidente da República dois meses após a sua posse, colocando oficialmente o Poder Executivo acima dos demais. Assim, Costa e Silva, integrante do Comando e futuro ministro da Guerra, fez expedir, um pouco antes da posse de Castelo Branco, em complemento ao AI-1, o Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 9 e a Portaria n.º 1, que davam continuidade ao poder de punição dos militares, mesmo depois da posse de Castelo Branco. Com isso, foram criadas as condições para que coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães⁶ continuassem agindo na caça ao “inimigo interno”.

O Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 9 estabelecia que os militares encarregados de inquéritos e processos (de suspensões de direitos políticos, cassações de mandatos etc.) poderiam delegar atribuições referentes a investigações, bem como requisitar inquéritos ou sindicâncias instituídas por outras esferas. Já a Portaria n.º 1 determinava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apuração de crimes praticados contra o Estado e a ordem política social.

No entanto, no dia 15 de junho de 1964, juntamente com o término da validade do AI-1, acabaria também o prazo dos militares cassarem mandatos e suspenderem direitos políticos. Tais militares requisitaram que o poder a eles concedido não fosse cessado, o que foi negado pelo então presidente Castelo. A partir disso, a insatisfação desses militares acabou por causar o surgimento de uma primeira e considerável discórdia interna à instituição militar, uma primeira *cizânia militar*. A partir dessa situação de conflito, surge então a chamada *linha dura*, que se formou através do eco que um

⁶ Para mais informações sobre a hierarquia militar do Exército, ver Anexo II.

conjunto de pressões da jovem oficialidade, nessa fase inicial da ditadura, encontrou em meio a alguns “herdeiros civis” do regime e em setores da hierarquia militar. Dessa forma, a *linha dura* foi formada por grupos heterogêneos, de composição variável e ideologia difusa.

Logo, assim como Martins Filho e diferentemente da interpretação de grande parte dos historiadores, acredita-se que, mesmo em termos ideológicos, a *linha dura* estava longe de ser um grupo homogêneo, tendo por denominador comum apenas duas características:

Em primeiro lugar, as reivindicações de maior rigor na “depuração” do sistema político; em segundo lugar, as expectativas de influenciar diretamente o processo de tomadas de decisões do governo militar. Tanto em um como em outro aspecto, suas ações provocariam problemas para o governo de Castelo Branco. (Martins Filho, 1993: 61)

Portanto, o governo Castelo Branco logo teve que se deparar com a questão da participação política do conjunto da categoria militar no regime ditatorial. Sem atribuir ao presidente uma visão mais liberal – diferentemente daqueles que interpretam as medidas mais “duras” de Castelo como resultado das pressões da *linha dura* –, pondera-se aqui que, por parte do governo, o redirecionamento de objetivos iniciais era recorrente sempre que a situação exigia uma reavaliação. Dessa forma, percebe-se que os rumos políticos escolhidos pela ditadura tinham como finalidade a preservação da hierarquia e da aparente homogeneidade da instituição castrense, o que demandava a contenção das instabilidades internas.

A partir dessa perspectiva, destaca-se o caráter flutuante dos conflitos internos ao regime, decorrentes da incompatibilidade de interesses políticos entre os militares de altas patentes que possuíam cargos no governo ditatorial, representados

metaforicamente pelo *palácio*, e militares de médias e baixas patentes que eram responsáveis por serviços internos, a *caserna*. Nesse sentido, evidencia-se, por exemplo, que, após ser retirado da *caserna* o poder de cassação de mandatos e de suspensão de direitos políticos, as derrotas dos candidatos aliados ao regime ditatorial nas eleições para governador nos estados da Guanabara e de Minas Gerais, em outubro de 1965, ocasionou uma forte divergência entre o *palácio* e a *caserna*, resultando uma instabilidade castrense, que desembocou em mais uma *cizânia militar*. Diante disso, na tentativa de apaziguar a instabilidade militar e, por conseguinte, os ânimos da *caserna*, no fim desse mesmo mês, Castelo Branco decretaria o AI-2⁷, com vigência prevista até 15 de março de 1967.

Afinal, através desse Ato, a *caserna* além de passar a influir no âmbito da política, começava a ganhar poderes extras. Nele se estabelecia a possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos de parlamentares; imposição da eleição indireta para a Presidência da República; permissão para o presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional e das demais casas legislativas; extinção de partidos políticos; delegação ao presidente da República do poder de legislar por decretos-leis; estabelecimento de foro especial militar para civis acusados de crimes contra a Segurança Nacional ou as instituições militares; suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade (dos juízes) e de estabilidade (dos servidores públicos); ampliação de 11 para 16 ministros do Supremo Tribunal Federal (Ato Institucional N.º2, 27 out. 1965).

Com a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e demissão de funcionários públicos, a *caserna* conseguia alguma interferência nos assuntos políticos e, com a decretação de foro militar especial para civis acusados de crimes contra a

⁷ Para mais informações sobre o AI-2, ver: BRASIL. Ato Institucional N.º2, de 27 de outubro de 1965.

Segurança Nacional ou instituições militares, começava a ganhar um espaço próprio e, aos poucos, formar um grupo disposto a agir por sua conta, sem maiores considerações pelas normas legais, tendendo a fazer valer suas ideias pela força. A futura comunidade de segurança começava então a ser desenhada e a formar o caráter e a atuação dos futuros membros de seus órgãos. A montagem do sistema de segurança interna, em que os DOI-CODI seriam inseridos, iria, a partir das primeiras leis, das desavenças internas e da deflagração dos primeiros Atos Institucionais, se tornando viável.

Entretanto, mesmo após o AI-2 a crise no regime castrense continuava. A *caserna*, ansiosa por mais espaço político, começava a se organizar para a ascensão de outra força ao governo, se articulando em torno do então ministro da Guerra, o general Costa e Silva. A desunião hierárquica provocada pela disputa sucessória se configurava, naquele momento, como um importante fator da crise do regime militar. Em meio a este clima de tensão, Castelo Branco e seus partidários, os ditos *castelistas*, se preocupavam com a “institucionalização da revolução”. Diante dessa configuração, a “revolução castelista”, de fato, acabou sendo implantada pelo presidente e os pilares de seu processo foram a Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967.

A Carta de 1967 incorporou boa parte das medidas autoritárias estabelecidas pelos atos institucionais. Entre essas, as que instituíam que *toda pessoa natural ou jurídica* seria *responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei*, e que o foro militar, previsto no AI-2 por limitado período de tempo, ficaria definitivamente estendido aos civis por tempo indeterminado, nos casos de crimes contra a Segurança Nacional. Já a Lei de Segurança Nacional, reflexo também do caráter “duro” do final do governo Castelo, transformava em legislação a Doutrina de Segurança Nacional da ESG, legalizando a concepção de “guerra interna” e de “subversão” dois dias antes da chegada de Costa e Silva ao poder presidencial. Essas últimas medidas do governo de

Castelo merecem aqui destaque por significarem um impulso à criação de um setor voltado para a repressão política, seara em que os DOI-CODI atuariam anos à frente.

Assim, em meio a um clima anti-castelista, em 15 de março de 1967, Costa e Silva assume o governo militar, prometendo inclusive uma maior humanização da política. Entretanto, com a eclosão de protestos de rua contra a violência ditatorial, o novo presidente logo retomaria o aspecto “revolucionário” do regime militar e decretaria o Ato Institucional N.º5 (AI-5).⁸ Afinal, a partir dos discursos do deputado Márcio Moreira Alves, evocando os brasileiros a não comparecerem ao tradicional desfile do dia sete de setembro daquele ano de 1968, Costa e Silva e o *palácio* passaram a ser extremamente pressionados pela *caserna* a reagir. A recusa da Câmara dos Deputados em abrir um processo para cassação do então deputado foi a justificativa necessária para que o presidente convocasse a cúpula do aparelho militar e os juristas palacianos para darem forma ao AI-5, vindo a decretá-lo na noite do dia 13 de dezembro de 1968.

Percebe-se que a conjuntura de 1968, iniciado com os protestos estudantis de massa, tornou, pela primeira vez desde o golpe de 1964, momentaneamente unificado o movimento de repúdio de expressivos setores sociais ao avanço da repressão militar. Este fato que, a princípio, pode fazer crer ter estimulado uma desunião militar, parece ter sido um fator adicional de união das Forças Armadas. As tensões internas à instituição, portanto, foram neste momento colocadas em suspenso e a situação militar, diante da ofensiva da oposição, teria criado uma espécie de *unidade de crise*. Porém, esta *unidade de crise* das Forças Armadas rapidamente se fragmentou, trazendo à tona novamente, em meados de 1968, um variado e complexo conjunto de tensões no campo militar. Esta *unidade*, no entanto, voltaria a existir em torno da decretação do AI-5, após

⁸ Para mais informações sobre o AI-5, ver: BRASIL. Ato Institucional N.º5, de 13 de dezembro de 1968.

a derrota na votação no Congresso e quando as pressões da *caserna* em prol da militarização do governo se voltaram para o *palácio*.

Nesse momento, os generais do governo se sentiram muito mais ameaçados do que na já mencionada instabilidade gerada pelas derrotas nas eleições para governador de 1965. O fato da oficialidade rebelde de então não ter um porta-voz em postos de comando, como era na época Costa e Silva, e por isso parecer mais difusa, a tornava mais ameaçadora à integridade da instituição militar. Assim, a explicação para, juntamente com a *caserna*, os generais cobrarem do Ministro do Exército uma imediata tomada de decisão em favor da “Revolução” estava, portanto, na busca pela permanência de uma unidade das Forças Armadas. Dessa forma, momentos antes do AI-5, a *unidade da crise* novamente se formou, só que dessa vez por motivos inerentes unicamente à própria instituição militar (Martins Filho, 1993: 158-174).

O AI-5 foi, até então, a maior expressão legal do autoritarismo da ditadura militar e construiu uma base essencial para que, em 1970, surgissem os DOI-CODI. Afinal, além de não estabelecer um prazo final para sua vigência, inovando em relação aos demais Atos Institucionais, o AI-5 tornou legal a suspensão da garantia de “habeas corpus”, *nos casos de crimes políticos contra a Segurança Nacional*. Logo, a partir desse Ato, foram estabelecidas as condições necessárias para a institucionalização dos sistemas de segurança e de informações, bem como o surgimento da Comissão Geral de Investigações (CGI), na tentativa de combate à corrupção. O sistema de segurança esboçado naquele momento buscava o aperfeiçoamento sob a égide da “guerra revolucionária”, mencionada no preâmbulo do próprio AI-5:

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos

por processos subversivos e de guerra revolucionária. (Ato Institucional n.º 5, 13 dez. 1968)

Logo, as *cizânias militares* e a legislação a elas relacionada contribuíram para a formação do cenário propício à institucionalização do aparato de repressão. Aparato este que, a partir do AI-5, foi se estruturando em três grandes sistemas: o SISNI, Sistema Nacional de Informações, a CGI, Comissão Geral de Investigações, e o SISSEGIN, Sistema de Segurança Interna. Este, ao ser criado, abria espaço para a repressão política centralizada e institucionalizada dos DOI-CODI.

1.3. A montagem e o funcionamento do SISSEGIN

Ao longo dos anos 70, os DOI-CODI passariam a ser os principais órgãos de atuação do SISSEGIN e um dos pontos centrais do aparelho de repressão brasileiro. Ao seu lado, em outras esferas de competência, estavam os órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e os da Comissão Geral de Investigação (CGI). Cada um desses sistemas possuía uma competência específica: o SISNI era responsável por buscar as informações necessárias à manutenção do regime de Segurança Nacional, procurando desvendar quem eram os opositores ao governo, os chamados “inimigos internos”, enquanto a CGI buscava o combate à corrupção no serviço público. Já o SISSEGIN operava, de forma centralizada, tanto na investigação quanto na apreensão dos mesmos “inimigos internos”.

Para a análise do SISSEGIN, vale-se aqui do trabalho de Carlos Fico, *Como eles agiam* (2001), feito com base no acervo da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, inclusive nos documentos sigilosos. Afinal, nesse estudo, Fico revela em detalhes o que nenhum outro historiador havia conseguido até então, a

formação e o funcionamento das comunidades de informações e de segurança da ditadura militar brasileira.

A partir disso, destaca-se aqui que a estrutura e o funcionamento do SISSEGIN foram instituídos e regulamentados por meio de decretos sigilosos. O mesmo padrão de regulamentação foi seguido pela Operação Bandeirantes (Oban), instituição informal criada em São Paulo em julho de 1969, bem como pelos DOI-CODI, instituídos no primeiro semestre de 1970, formalizando a experiência da Oban e espalhando-a por todas as Regiões Militares do Brasil. Já que é através dessas Regiões que o Exército divide geograficamente sua administração sobre o território brasileiro, foi também por meio delas que partiu, durante parte da ditadura militar, as responsabilidades territoriais dos DOI-CODI. Logo, o DOI-CODI do Rio de Janeiro ficava responsável pelos crimes políticos ocorridos na Primeira Região, ou seja, nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

A justificativa para esse sigilo dos atos que regiam o SISSEGIN e os DOI-CODI estava na maior mobilidade e autonomia de ação que o segredo traria para a atuação repressora desses organismos. Dessa forma, a repressão podia agir sem grandes limitações, não esbarrando em questões externas às decisões militares, tais como os Direitos Humanos Universais de 1948.

No entanto, é também evidente a importância que alguns atos legais não-sigilosos tiveram para a construção do cenário que sustentaria a atuação do SISSEGIN e dos DOI-CODI. É o caso, por exemplo, da adoção do foro especial para crimes políticos, que, a partir do AI-2 e da subsequente incorporação dessa medida pela Constituição de 1967, passaram a ser julgados pelos tribunais militares, e a suspensão de garantias individuais, tal como o *habeas corpus*, feita pelo AI-5 de dezembro de 1968. Afinal, não seria eficaz para a atuação desses órgãos repressores que seus prisioneiros políticos,

através do *habeas corpus*, pudessem ser imediatamente soltos pela Justiça ou que pudessem ser julgados por tribunais civis, correndo o risco do juiz responsável pela causa não estar totalmente articulado aos princípios impostos pela Doutrina de Segurança Nacional.

Dessa forma, até o AI-5 foram levantadas as bases legais para que um Sistema de Segurança Nacional centralizado, combativo e violento fosse institucionalizado. Por outro lado, a partir do AI-5, para ter a autonomia e a mobilidade que se julgavam necessárias, a organização desse Sistema de Segurança Nacional foi sigilosa. Ou seja, a reestruturação do sistema repressivo, com os seus novos órgãos e o detalhamento de suas funções internas, não foi publicada oficialmente por nenhum tipo de legislação. A operacionalidade da segurança interna foi regida por diretrizes secretas e o SISSEGIN instituído por decretos sigilosos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), aprovados pelo Presidente da República.

Por isso mesmo, uma das primeiras medidas para o estabelecimento do SISSEGIN e, posteriormente, dos DOI-CODI foi o fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional, cujas competências foram ampliadas por atualização na legislação, operada em janeiro de 1968. No ano seguinte, em julho, a *Diretriz para a Política de Segurança Interna* foi instituída secretamente a fim de consolidar o SISSEGIN e adotar nacionalmente o padrão da Oban (Operação Bandeirante). No entanto, somente em 1970, durante a vigência do governo Médici, o modelo da Oban foi adaptado, transformado em DOI-CODI e, de fato, instituído por todas as Regiões Militares do país.

A Oban foi secretamente instituída em 1º de julho de 1969, no quartel do II Exército em São Paulo. No intuito de combater de forma mais organizada e eficaz a esquerda armada, a Oban usava de sua “ilegalidade oficial” para agir contra os

“inimigos internos”, sem precisar adequar seus métodos de trabalho aos Direitos Humanos. A Oban criava uma estrutura nova que coordenava e integrava os diversos órgãos de repressão política – entre eles as 2ª seções da Polícia Militar, Exército e Marinha de São Paulo, responsáveis pelas investigações de crimes políticos nessas instituições – que operavam de forma desordenada e ineficaz contra a esquerda armada em aparente ascensão. O funcionamento da Oban se dava por meio de um trabalho coordenado de diversas instâncias, conforme apresenta Fico no seguinte trecho:

O funcionamento da Oban supunha um trabalho coordenado de diversas instâncias. Toda quarta-feira era feita uma reunião no quartel-general do II Exército, na qual eram discutidas e avaliadas as ações da guerrilha da semana. Participavam dessas reuniões o chefe da 2ª Seção do II Exército, o comandante da Oban, major Waldyr Coelho, um representante da 2ª Seção do II Exército, o oficial chefe da 2ª Seção do Distrito Naval, o chefe da 2ª Seção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, um representante da Polícia Federal, um representante da Divisão da Ordem Social e outro da Ordem Política, ambos do DOPS. (Fico, 2001: 117)

Além dos meios militar e policial, a Oban também era sustentada pelo empresarial, financeiro e parte das autoridades civis paulistas da época, conforme indica trecho do artigo da historiadora Mariana Joffily para a revista *Caros Amigos*:

O ato que celebrou a criação da Oban foi organizado com pompa, coquetéis e salgadinhos e contou com a presença das principais autoridades políticas de São Paulo: o governador Roberto de Abreu Sodré, o prefeito Paulo Maluf, o comandante do II Exército (atual Regional Sudeste), general José Canavarro Pereira, entre outros. Também acorreram à cerimônia figuras proeminentes da elite paulista, oriundas dos meios empresarial e financeiro: Luiz Macedo Quentel, Antonio Delfim Netto, Gastão Vidigal, Paulo Sawaya e Henning Albert Boilesen. Parte do setor empresarial paulista e das multinacionais – com representação em São Paulo – acreditava que as ações guerrilheiras colocavam em risco a boa conduta dos negócios e concorreu

para o apoio financeiro e material. As autoridades da cidade colaboraram com infra-estrutura, incluindo a cessão de partes das dependências da 36ª delegacia de polícia, situada na Rua Tutóia (Vila Mariana), para a acomodação do novo órgão repressivo. (Joffily, 14 set. 2009)

Percebe-se, portanto, que muitos empresários de São Paulo ajudaram a financiar a Oban. Entre outros gastos, esse financiamento era destinado à capacitação de seus agentes e à compra de equipamentos de tortura novos, entre eles uma máquina de choques elétricos, nomeada de “Pianola Boilesen” em homenagem a Henning Albert Boilesen, então presidente da empresa Ultragás e um dos empresários à frente desse tipo de investimento na Oban. Boilesen, assim como os demais empresários envolvidos financeiramente com a Oban, por desacreditar nas instituições do Estado que até então eram responsáveis pelo combate à esquerda armada e por ter interesses reais nesse combate, optou por capitalizar a Oban. Afinal, uma instituição extra-oficial, de ação coordenada e com grande investimento teria autonomia e capacidade para neutralizar os grupos da esquerda armada que vinham causando prejuízos a seus negócios, tais como assaltos e atentados. Justamente devido a essa relação que tinha com a Oban, Boilesen foi assassinado posteriormente, em 1971, por militantes da esquerda armada.⁹

Percebe-se, portanto, que a Oban tinha caráter paramilitar e unia a iniciativa privada ao Estado a fim de que o poder de polícia deste fosse fortalecido. Sua criação empregou, portanto, um novo tipo de atuação militar, em que o combate ao “inimigo interno” contaria com uma forte autonomia de ação, respaldada pelo sigilo dos decretos regulamentares e pelo financiamento do empresariado. A Oban se consagrava como um poderoso e promissor modelo de repressão.

No entanto, o envolvimento de oficiais das Forças Armadas, policiais e empresários com a repressão poderia assumir proporções que fugissem ao controle

⁹ Para mais informações sobre Henning Albert Boilesen e a relação do empresariado com a Oban, ver o filme documentário *Cidadão Boilesen* (Brasil, 2009).

militar e configurassem algumas vezes conflitos de interesses. Assim, com o sucesso das ações da Oban no combate aos opositores armados, os militares optaram por ampliar o seu modelo para todo o Brasil, desde que incorporasse algumas reformulações que assegurassem o total controle militar. Surgiriam então os DOI-CODI.

Os DOI-CODI eram, portanto, a institucionalização e a sofisticação do modelo da Oban. Afinal, eles coordenavam todas as demais Forças e Polícias sob o comando do Exército e estavam espalhados por todas as Regiões Militares do país. Eram a nova estrutura do SISSEGIN, implantada por diretrizes secretas que o Conselho de Segurança Nacional havia formulado. Tais diretrizes estabeleceram que, para cada um dos comandos militares, haveria um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos, sob responsabilidade do comandante do Exército respectivo, denominado comandante da “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou assim dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais.

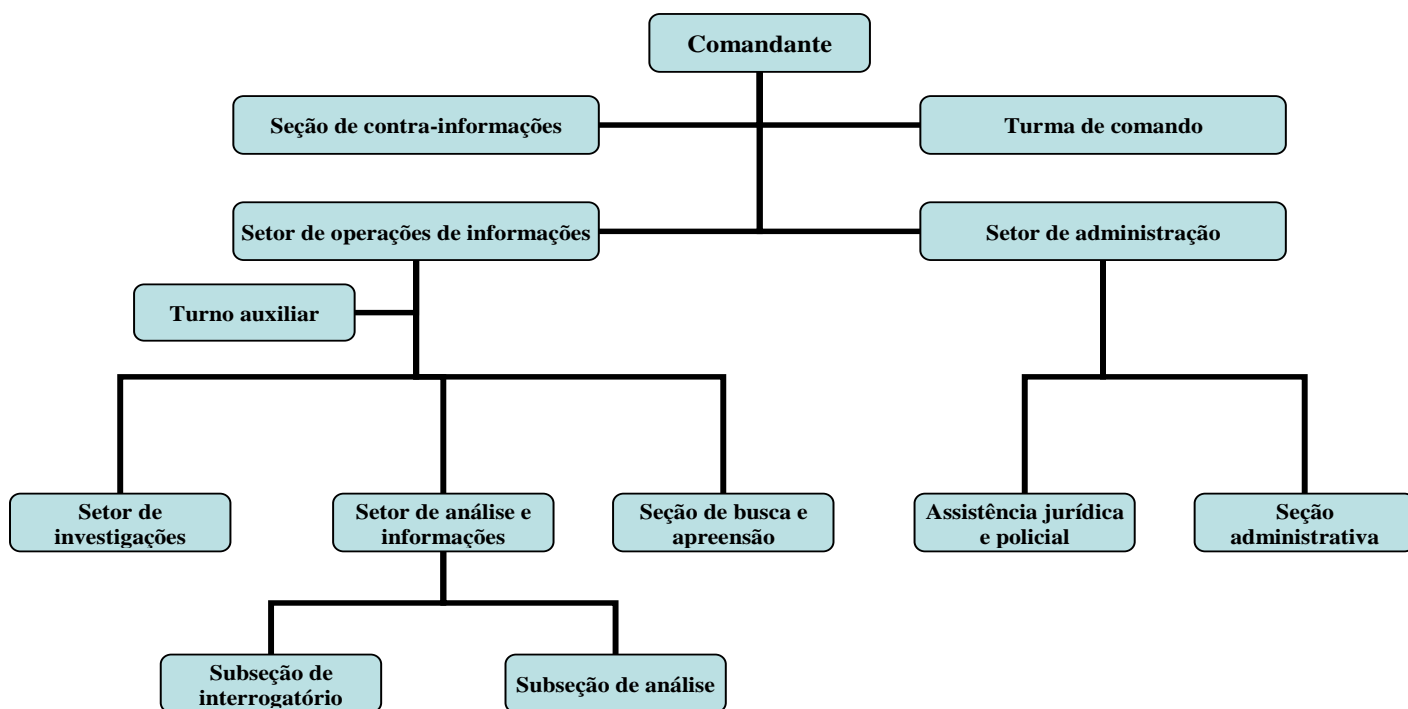
Aos Conselhos de Defesa Interna (CONDI) cabia assessorar os comandantes das ZDI e também facilitar a esses comandantes a coordenação de ações e a necessária cooperação por parte das mais altas autoridades civis e militares, com sede nas respectivas áreas de responsabilidade. Logo, os CONDI podiam ser integrados por governadores ou seus representantes, assim como comandantes das Forças Navais e Aéreas, comandantes subordinados, secretários de segurança e comandantes das demais Polícias ou outras autoridades, conforme o comandante da respectiva ZDI julgasse necessário. Tinham como área de jurisdição territorial as Regiões Militares cujas sedes se localizam em São Paulo, Rio de Janeiro (1º BPE), Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. No entanto, segundo Fico, os CONDI não tiveram

funcionamento significativo.

Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) eram órgãos de planejamento e coordenação das medidas de defesa interna, dirigidos pelo chefe do Estado-Maior do Exército da Região e compostos por representantes de todas as Forças, bem como da divisão local de ordem política e social, das Polícias Civil, Militar, Federal e da agência local do Serviço Nacional de Informações (SNI). Entre suas funções estavam o planejamento, o controle e a execução das medidas de defesa interna, a coordenação dos meios utilizados para esta execução e a ligação com todos os escalões envolvidos, devendo possibilitar a conjugação de esforços do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do SNI, do Polícia Federal e das Secretarias de Segurança Pública.

Já os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) tinham uma estruturação interna típica, composta por setores especializados em operações externas, informações, contra-informações, interrogatórios e análises, além de assessoria jurídica e policial e setores administrativos. O trabalho nesses destacamentos era ininterrupto. Utilizavam, regularmente, dois regimes de trabalho: um de expediente regular (das 8 às 18 horas) e outro através de plantões de 24 horas por 48 de folga. Abaixo, visualiza-se a estrutura orgânica dos DOI, que sintetiza suas funções e sua hierarquia institucional (FICO: 2001, 123-125):

DOI do Exército



No organograma acima nota-se que os DOI eram divididos por setores, seções e subseções. Esses são caracterizados por Fico de acordo com suas funções e composições e também pelo coronel Freddie Perdigão Pereira em sua monografia, que é analisada na segunda frente do estudo aqui traçado. Percebe-se que essa caracterização feita por Fico e por Pereira é muito próxima, uma vez que eles utilizam os mesmos termos e palavras para descrever o trabalho ou a formação de determinado setor ou seção. Diante disso, torna-se evidente que ambos os trabalhos se basearam no mesmo documento, que, apesar de não ser citado na monografia de Pereira, é referenciado por Fico como “*Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. Documento classificado como ‘secreto’ [1974?] Capítulo 2*”. Entretanto, enquanto o Sistema de Segurança Nacional como um todo é o foco da pesquisa de Fico, o DOI é o objeto de Pereira, o que, por conseguinte, o faz apresentar de forma mais detalhada a composição de cada uma de suas partes integrantes. Logo, optou-se aqui por tratar da estrutura interna dos DOI na

próxima frente de estudo, durante a análise da monografia de Pereira, onde trabalharemos com os DOI-CODI sob o ponto de vista de um de seus agentes ainda durante a ditadura.

Com relação à atuação dos DOI-CODI dentro do SISSEGIN, Maria Celina D'Araújo em *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão* (1994) apresenta grandes contribuições para a presente pesquisa, uma vez que em sua obra analisa, por meio de depoimentos inéditos de militares, a atuação dos órgãos de informação e repressão política durante a ditadura militar.

Partindo dessa abordagem de D'Araújo, destaca-se que, diferentemente do que acontecia na Oban, cada um dos DOI-CODI tinha por comandante-geral o chefe do Estado-Maior do Exército de sua respectiva Região Militar e seu financiamento contava com recursos orçamentários regulares do governo. Logo, os DOI-CODI não estabeleciam uma ligação direta com o capital privado, que, entretanto, ainda podia investir de forma indireta na repressão, por meio de doações de máquinas e serviços. Dessa forma, os DOI-CODI tinham uma maior independência financeira que, junto com a centralização hierárquica que também os caracterizava, permitia que suas investigações e ações procedessem de forma ainda mais eficiente. Afinal, esses atributos evitavam que suas operações estivessem suscetíveis à duplicidade de tarefas, a competições e a conflitos de interesses, maximizando os seus resultados e tornando-os uma espécie de sofisticação da repressão.

Além disso, percebe-se que essa sofisticação dos DOI-CODI também era formada pelo proposital distanciamento ali mantido entre os militares do governo e os agentes desses órgãos de repressão. Afinal, a ditadura, ao mesmo tempo em que sancionava a tortura nos seus “porões”, estrategicamente negava a sua existência perante a sociedade. Assim, esse cenário, que isentava os governantes e os demais militares relacionados ao

poder político do país de qualquer ligação com a tortura, se mantinha através da seguinte configuração: de um lado, o torturador – que não montou a máquina e jamais efetuaria a tortura num salão do quartel do Exército se temesse a reação de seus comandantes –, e, de outro, o seu superior, responsável pela ordem pública e beneficiário direto do poder político – que sancionava as máquinas, mas não tocava nos presos.

Dessa forma, os DOI, responsáveis por ações que englobavam as prisões e os interrogatórios dos presos políticos, eram instituições que prezavam por não ser externamente identificadas por seus métodos violentos. O sistema funcional dos DOI era então complexo e informal, de modo que, por mais que neles existissem hierarquia e coordenação, as brechas para que a falta de controle se propagasse eram amplas, a fim de que os métodos não regulamentares, tais como as torturas, pudessem ser desempenhados com a eficiência e a recorrência necessárias, sem serem relacionados diretamente a um comando.

Diante disso, justifica-se que, conforme apurado por Maria Celina D’Araújo, a versão oficial dos militares ainda possa ser a de que a tortura jamais resultou de qualquer ordem ou orientação superior. E, mesmo quando chega a ser admitida, apareça como exceção, como abuso ou excesso de poucos. Entretanto, torna-se aqui evidente a incoerência dessa versão militar. Afinal, verifica-se que, assim como em todos os organismos militares, nos DOI também existiam uma forte hierarquia a ser cumprida, onde, apesar de uma estrutura complexa, qualquer ação deveria ser remetida a um superior, o que sugere que a questão da responsabilidade sempre poderia ser resgatada. Logo, se militares reconhecem que existiram “excessos” na época e, mesmo assim, os chefes imediatos de tais infratores não tomaram as devidas providências, encontra-se nos DOI então uma forte incongruência com relação ao princípio militar de

responsabilização do chefe-superior. Portanto, diante dessa constatação de como eram tratados os torturadores nos DOI, percebe-se que, apesar de velada, em geral, a tortura era um procedimento ali consentido.

2. O DOI-CODI por ele mesmo

A análise até agora feita por meio da historiografia cede aqui lugar para se concentrar sobre uma fonte específica, pela qual a formação e a atuação dos DOI-CODI são vistas por um ângulo mais próximo, a partir do olhar de um de seus agentes enquanto a instituição ainda estava em atividade. Trata-se do trabalho *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Exército Brasileiro, Histórico papel de combate à subversão: situação atual e perspectivas*, apresentado em 1978 à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) pelo então coronel de cavalaria Freddie Perdigão Pereira¹⁰, posteriormente apontado por ex-prisioneiros políticos como o torturador “Nagib” do DOI carioca do início dos anos 1970.

A referida fonte é uma espécie de trabalho final da ECEME, estabelecimento de ensino tradicional do Exército brasileiro, situado no bairro da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, cuja missão é *a preparação de oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, comando, chefia, direção e assessoramento dos mais elevados escalões da Força Terrestre*.¹¹ Logo, é fruto de uma espécie de preparação que o coronel Pereira estava se submetendo a fim de ocupar algum cargo de chefia dentro do Exército.

Escrita durante a ditadura militar, enquanto os DOI-CODI ainda estavam em funcionamento, embora em menor atividade, devido à propagação de denúncias sobre

¹⁰ Para mais informações sobre a hierarquia militar do Exército, ver Anexo II.

¹¹ ESCOLA de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) [acesso em 29 jan. 2012]. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/>

torturas e mortes ocasionadas dentro do Destacamento, a monografia permite trabalhar diretamente com a visão de um dos agentes do DOI-CODI ainda no “calor da hora”, como se costuma dizer. O tema abordado é a atuação dos DOI durante o seu período de maior efetividade, de 1970 a 1973, provavelmente como uma tentativa de fortalecer a instituição e reforçar o seu poder, trazendo à tona os “velhos tempos” de grande atividade.

Em 1978, momento em que a monografia foi escrita, o DOI-CODI havia diminuído suas atividades de repressão, se restringindo apenas ao papel de investigação. Como indica o referido coronel no seguinte trecho:

Fruto principalmente do trabalho anônimo e incansável dos DOI, o terrorismo no Brasil foi praticamente aniquilado. Em função disso, tais órgãos foram e continuam sendo alvo de uma das mais virulentas campanhas difamatórias que a imprensa brasileira e internacional já desencadearam contra uma instituição. E os DOI, que surgiram no fragor da luta e com estrutura adaptada para enfrentar a ação direta no combate aberto, reformulam a sua atuação [...] O efetivo elevado trabalhando atualmente na Seção de Investigações pode dar ideia do tipo de trabalho que ora é desenvolvido nos DOI com prioridade absoluta. Trata-se do levantamento total das organizações atuantes, a partir da vigilância permanente e cerrada sobre os elementos já identificados. [...] o trabalho nos DOI deixou de ter aquele caráter de combate de peito aberto, tantas vezes levado a efeito por seus pioneiros. Transformou-se o DOI atual numa verdadeira agência de informações, onde impera o trabalho frio e calculado do analista, a técnica sofisticada de aparelhagem eletrônica, substituindo a coragem pessoal de seus elementos.

Os DOI/CODI são e sempre serão as sentinelas atentas e vigilantes de nossa liberdade. (Pereira, 1978: 28-35)

Essa mudança promovida nos DOI se relaciona diretamente com o momento vivido pelo Brasil em 1978. Existia então uma incompatibilidade entre a distensão

política “lenta, gradual e segura”, comandada pelo Presidente Ernesto Geisel a fim de abrir o país e instalar futuramente uma democracia, e as denúncias sobre torturas e mortes que continuavam a ocorrer dentro dos DOI-CODI e eram com frequência noticiadas pelos jornais do Brasil e do mundo. Assim, com o intuito de reverter este cenário desfavorável, Geisel optou por exonerar, em 1976, o comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Melo; afastar do governo no ano seguinte o então ministro do Exército, o general Sílvio Frota – visto por muitos agentes dos DOI como uma liderança contra a distensão política e o enfraquecimento das operações repressoras, e apoiado como eventual candidato à Presidência da República – e, de forma geral, diminuir a atuação dos DOI-CODI no combate direto à “subversão”, concentrando suas atividades apenas na investigação.

Esta atitude, logicamente, causou resistência entre muitos integrantes dos DOI-CODI, que tentavam provar a necessidade da atuação repressora da instituição para a proteção da Segurança Nacional. Essas tentativas incluíam muitas ações forjadas pelos próprios agentes dos DOI como atentados a bomba em bancas de jornal, instituições que lutavam contra a ditadura – como a sede da OAB no Rio de Janeiro atacada em agosto de 1980, quando morreu a secretária Lyda Monteiro – e shows populares – como a tentativa frustrada de ataque a bomba de dois agentes do DOI do Rio de Janeiro, em maio de 1980, no show em homenagem ao dia do trabalhador no Riocentro.

Outro aspecto dessa fonte que merece também ser aqui destacado são as circunstâncias pessoais que impulsionaram a sua confecção. Afinal, se a função da ECEME é preparar militares para ocupar cargos de chefia dentro do Exército, certamente a monografia foi um requisito necessário para que o coronel Pereira se preparasse para uma promoção na carreira militar. Partindo dessa informação e juntando-a ao dado que Elio Gaspari apresenta na obra *A Ditadura Escancarada* (2002:

184), de que foi oferecido ao mesmo coronel, no início de 1980, o posto de general de brigada, percebe-se que, de fato essa preparação de Pereira lhe gerou frutos. Porém, de acordo com Gaspari, para ser general de brigada ele teria que aceitar comandar uma tropa em uma unidade militar de São Paulo, o que não lhe agradou. Preferiu então a opção de ir para a reserva e, ao mesmo tempo, permanecer como contratado em um cargo na seção de operações do SNI do Rio de Janeiro, recebendo no total uma receita superior à de general de Exército. Essa situação, tal como o tema escolhido para sua monografia, é mais uma evidência do apreço que coronel Pereira tinha pelo ofício investigativo que outrora exerceu nos DOI. Diante de sua progressão profissional e do esvaziamento que os DOI vinham sofrendo, o SNI¹² se tornava uma opção atraente, pois, além de ser uma instituição que investigava elementos que ameaçavam a Segurança Nacional, estava diretamente ligada ao alto esquadrão do Exército, círculo de que Pereira fazia parte nesse momento.

Com relação à monografia desse coronel, muitos pontos interessantes são destacados. Entre eles o detalhamento estrutural dos DOI-CODI.

Internamente, os CODI eram subdivididos entre três centrais, 1- *Central de Informações*; 2- *Central de Operações*; 3- *Central de Assuntos Cíveis*. O comando principal era da 1- *Central de Informações*, que coordenava as investigações locais, e era chefiada pelo dirigente do CODI, ou seja, pelo chefe do Estado-Maior do Exército da área, que deveria ser um general do Exército. Este reunia em sua equipe um representante local do alto escalão da Aeronáutica, da Marinha, do SNI e do Departamento de Polícia Federal, o diretor do DOPS e o Comandante do DOI daquela jurisdição, além do chefe da 2ª Seção da Polícia Militar, responsável pela parte de informações relativas a crimes políticos. Já a 2- *Central de Operações* e a 3- *de*

¹² Para mais informações sobre a formação do SNI, ver: Antunes, 2002.

Assuntos Cíveis davam suporte à equipe da 1- *de Informações* e, para tanto, também congregavam em suas equipes representantes das três Forças, sendo um representante do Exército da Região Militar correspondente, responsável por ocupar o cargo de chefe, além de um representante credenciado da Polícia Civil, da Polícia Militar local e de outros órgãos, quando fosse necessário para contribuir com alguma análise específica.

O CODI de cada Região Militar tinha por função centralizar as informações de caráter “subversivo” e repassá-las ao DOI correspondente para que as operações de informações fossem realizadas de forma concentrada, através desse único órgão e, por conseguinte, sob um único comando. Assim evitava-se que vários órgãos de informação, ligados a uma das três Forças ou às Polícias, realizassem suas operações independentemente de qualquer coordenação ou planejamento global, o que poderia acabar prejudicando as ações contra seus “inimigos internos”.

Afinal, de acordo com as informações levantadas por Pereira em sua monografia, antes dos DOI-CODI serem institucionalizados, não foram poucas as vezes que um desses órgãos prejudicou a atuação de outro. Em diversos momentos, enquanto um estava realizando uma vigilância sobre determinados elementos “subversivos”, por exemplo, outro, sem saber da ação do primeiro, prendia dois ou três desses elementos. Dessa forma, os demais membros da mesma organização, ao saberem da prisão de seus companheiros, não retornavam à área sob vigília e evitavam ser presos. Também em várias ocasiões, a documentação apreendida por determinado órgão de segurança ficava em seu poder e não era encaminhada para outros escalões para ser analisada. Com essas informações “encostadas”, as ações armadas de organizações de esquerda que ali estavam indicadas prosseguiam normalmente sem impedimentos.

Percebe-se, portanto, como a centralização de informações e de ações de segurança interna implantada pelos DOI-CODI conduziu a resultados positivos para a

repressão. Não é à toa que, conforme analisado anteriormente a partir da tese de Maria Celina D'Araújo, os DOI-CODI são aqui entendidos como a sofisticação da repressão, já que os CODI passaram a concentrar e coordenar as informações e, através dos DOI, a executar de forma concentrada as operações de informações.

Órgãos operacionais dos CODI, os Destacamentos de Operações de Informações, os DOI, eram destinados ao trabalho de combate direto ao “inimigo interno”. Para tanto, conforme analisado a partir da monografia de Pereira e da já referida obra de Fico¹³, os DOI dividiam-se basicamente entre: 1- *Setor de operações de informações* e 2- *Setor de administração*. Tais setores estavam diretamente subordinados ao comandante do Destacamento daquela Região Militar, que normalmente deveria ser um tenente-coronel com vivência na área de informações. Essa patente de tenente-coronel compunha o círculo hierárquico de oficiais e a hierarquia de oficiais superiores¹⁴, ou seja, pertencia ao âmbito de convivência desses oficiais e, portanto, era considerado um deles. Isto significa que os comandantes dos DOI estavam um degrau abaixo do último âmbito hierárquico do Exército, o dos oficiais-generais, círculo referente aos chefes dos CODI, que deveriam possuir a patente de general de Exército.

Chefiado pelo subcomandante do DOI, o 1- *Setor de Operações de Informações* tinha diretamente subordinado a ele: 1.1- *Setor de Investigação*; 1.2- *Setor de Análise e Informações* e 1.3- *Seção de Busca e Apreensão*. Já o 2- *Setor de administração* se subdividia em: 2.1- *Assessoria Jurídica e Policial* e 2.2- *Seção administrativa*.

Ao 1.1- *Setor de Investigação* cabia, fundamentalmente, a realização de investigações com a finalidade de identificar e localizar “elementos subversivos” a fim de repassar as informações para que os agentes da 1.3- *Seção de Busca e Apreensão* prendessem os suspeitos e localizassem os seus “aparelhos” (termo designado para

¹³ Para visualizar o organograma dos DOI, voltar à página 54.

¹⁴ Para mais informações sobre os círculos hierárquicos e a hierarquia militar do Exército, ver Anexo II.

definir o local em que ficavam escondidos os integrantes dos grupos de esquerda que viviam na clandestinidade). A chefia e a subchefia do 1.1- *Setor de Investigação* era privativa de oficiais do Exército e seus integrantes não deveriam ser identificados pelos elementos a serem presos a fim de que a eficiência da ação fosse garantida, uma vez que as suas identificações poderiam ocasionar a fuga dos suspeitos. No entanto, quando a situação exigia, os integrantes desse setor poderiam efetuar prisões, neutralizar “aparelhos” e apreender material “subversivo”. Esse 1.1- *Setor de Investigação* agia por meio de diversas *turmas de investigação*, compostas cada uma por um agente, um auxiliar e um carro, normalmente da marca Volkswagen.

O 1.2- *Setor de Análise e Informações* tinha por função fornecer ao comandante do DOI e aos demais setores, seções e subseções informações, estudos e conclusões sobre as organizações “subversivo-terroristas” que atuavam na área. Esse setor era composto por um chefe, sem patente ou círculo hierárquico pré-determinados, pela 1.2.1- *Subseção de análise* e pela 1.2.2- *Subseção de interrogatório*.

A 1.2.1- *Subseção de análise* também não exigia de forma predeterminada a patente ou o círculo hierárquico de quem a chefiasse. Tinha por função analisar os depoimentos prestados pelos presos daquele DOI; analisar o material das organizações “terroristas” que havia sido recolhido pelas *turmas* da 1.3- *Seção de Busca e Apreensão*; fornecer subsídios ao chefe do 1- *Setor de Operações de Informações* e à equipe da 1.2.2- *Subseção de interrogatório*; manter para cada organização de esquerda uma pasta com o seu histórico, relação de nomes e codinomes, relação de ações e uma espécie de álbum, contendo as fichas de qualificação, fotografia, atuação e situação de cada um de seus elementos; e, por fim, organizar, atualizar e manter o arquivo geral contendo o dossiê de cada elemento fichado.

Já a 1.2.2- *Subseção de interrogatório* era responsável pelo interrogatório e, por conseguinte, pela aplicação de torturas nos presos a fim de fazê-los falar o que sabiam. Seu chefe deveria ser um oficial do Exército de nível de capitão, ou seja, deveria pertencer ao círculo hierárquico de oficiais, mas não ao meio de oficiais superiores e sim ao de oficiais intermediários. No entanto, a partir do ano de 1971, era preferível que ele tivesse o curso B1 da Escola Nacional de Informações (EsNI). Este curso era uma espécie de especialização em informações e segurança interna ministrada pela EsNI, escola que havia sido criada pelo SNI durante o ano de 1971 e era a este subordinada. Como a 1.2.2- *Subseção de interrogatório* trabalhava ininterruptamente durante 24 horas, ela se dividia em três *turmas de interrogatório preliminar*, cada uma chefiada também por um capitão do Exército com o curso B1 da EsNI. Essas *turmas* eram compostas por seis agentes cada e, além disso, subordinada ao chefe de cada uma delas existia uma *turma auxiliar*, encarregada da carceragem e da datilografia de documentos.

Já a 1.3- *Seção de Busca e Apreensão* tinha por ofício efetuar prisões, “cobrir pontos” (preparar uma emboscada para prender os militantes esquerdistas no momento em que se encontravam em algum ponto anteriormente combinado), neutralizar “aparelhos”, apreender material “subversivo”, coletar dados que possibilitassem o levantamento de elementos “subversivos”, conduzir presos ao DOPS, auditorias, hospitais etc. O chefe deveria ser um oficial do Exército, sem predeterminação de patente militar, e sua equipe se dividia em três grupamentos “A,B e C”. Cada um deles era composto por quatro *turmas de busca e apreensão* que tinham cerca de três ou cinco agentes e possuíam cada uma um carro espaçoso, muitas vezes dos modelos C14, Opala ou Kombi, equipado com rádio. Além disso, a 1.3- *Seção de Busca e Apreensão* também era composta por quatro *turmas de coletas de dados*, que tinham por missão reunir informações sobre os “subversivos” em universidades, colégios etc. Cada uma

dessas *turmas* era constituída por dois elementos: um oficial da PM da região ou um delegado de polícia e um motorista que, normalmente, dirigia um carro de marca Volkswagen com rádio.

Ligada ao 2- *Setor de administração*, a 2.2- *Seção administrativa* garantia o apoio logístico ao DOI, ou seja, organizava o pedido de gêneros alimentícios, bem como outros utensílios e equipamentos necessários. Esta seção não tinha nenhum tipo de exigência de patente ou círculo hierárquico para o cargo de chefe. Já a 2.1- *Assessoria Jurídica e Policial* era chefiada por um delegado de polícia e tinha por missão assessorar o Comandante do DOI em assuntos judiciais, elaborar a documentação formal e legal referente ao material apreendido e às confissões dos prisioneiros e controlar a menagem dos presos que fossem liberados.

A menagem, estipulada pelo Código Processual Militar, criado pelo decreto-lei 1.002, de outubro de 1969, era uma espécie de prisão cautelar concedida ao militar ou ao civil que tivesse praticado um crime de cunho militar com previsão de pena privativa de liberdade. O local de cumprimento da menagem era a cidade onde residisse o suspeito no momento do crime ou a sede do órgão que tivesse investigando a sua ação. Como, a partir do AI-5, os suspeitos de crimes políticos passaram a ser julgados pela Justiça Militar e o instituto do *habeas corpus* foi suprimido, através da menagem os suspeitos detidos poderiam ser levados à sede do DOI-CODI da respectiva Região Militar. Afinal, era neste órgão que as investigações sobre os crimes políticos de determinada área se concentravam. A menagem tinha por fundamento evitar o convívio do acusado, até o seu julgamento em primeira instância, com pessoas que já estivessem condenadas. Dessa forma, a validade da menagem terminava a partir da abertura de um processo condenatório contra o suspeito, quando então este seria transferido para uma Delegacia de Polícia, tal como o DOPS, por exemplo, para ser enfim julgado e poder, se

fosse o caso, cumprir sua pena em um presídio convencional. Porém, até isso acontecer, caso fosse enquadrado como um possível criminoso político, esse suspeito poderia ficar detido no DOI correspondente por até trinta dias, podendo sua prisão ainda ser prorrogada por mais sessenta dias.

A menagem era então um respaldo legal tanto para o isolamento do preso político nos quartéis que sediavam os DOI, quanto, se fosse o caso, para o acompanhamento de sua vida em liberdade até o dia de seu julgamento. Caso fosse diagnosticado pelos agentes do respectivo DOI que o suspeito já tivesse concedido todas as informações que tinha e não representasse perigo à Segurança Nacional, a instituição poderia solicitar ao juiz a sua liberação a fim de que a sua menagem fosse cumprida em liberdade. Quando isto ocorria, o suspeito deveria ficar na mesma cidade que havia sido preso até o seu julgamento em primeira instância.

Diante dos organogramas dos CODI e dos DOI aqui traçados, evidencia-se que existiam diferenças nas patentes hierárquicas dos chefes de cada um desses órgãos. Enquanto o chefe dos CODI era o chefe de Estado-Maior do Exército de cada Região Militar, ou seja, um general de Exército que, por conseguinte, pertencia ao círculo hierárquico de oficiais-generais, localizado no topo da hierarquia militar, o chefe de cada DOI era um tenente-coronel, patente que se insere no círculo hierárquico de oficiais superiores, ou seja, imediatamente abaixo do de oficiais-generais. Assim, como os DOI eram o braço operacional dos CODI, ou seja, a eles subordinados, o fato de seus chefes estarem obrigatoriamente no círculo hierárquico abaixo dos dirigentes dos CODI leva a crer que dentro dos DOI-CODI havia, de fato, um respeito à hierarquia militar.

Este respeito já foi aqui destacado por meio da análise historiográfica baseada na tese Maria Celina D'Araújo (1994), que defende a ideia de que o princípio da obediência hierárquica, apesar de velado, existia nos DOI-CODI, logo, como a tortura

fazia parte de suas ações, ela era consentida. Afinal, se lá existiam chefias e nelas a hierarquia militar era minimamente respeitada, isso sinaliza que as ações eram comandadas por chefes que tinham o consentimento de seus chefes diretos para darem tal ordem. Portanto, a tortura impetrada pelas *turmas de interrogatório preliminar* era consentida pelo capitão que as chefiava, pelo capitão que comandava a respectiva *Subseção de Interrogatório* a que elas estavam subordinadas, pelo chefe do *Setor de Análise e Informações* que chefiava o chefe dessa *Subseção de Interrogatório*, pelo subcomandante do DOI que era responsável pelo *Setor de Operações de Informações* a que o *Setor de Análise e Informações* estava vinculado, pelo tenente-coronel que comandava o DOI e estava hierarquicamente acima do chefe do *Setor de Análise e Informações* e pelo general do Exército que dirigia o CODI e tinha o comandante do DOI a ele subordinado. Logo, o DOI-CODI foi construído de forma tão centralizada que a maioria das ações feitas por algum de seus integrantes passava por toda a cadeia hierárquica nele envolvida.

Assim, se torna mais uma vez evidente que a tortura como método de interrogatório, quando utilizada pelos agentes do DOI, era consentida por seus superiores e não um fenômeno isolado ou mesmo “excesso de poucos”, como muitos militares costumam argumentar. Esta argumentação, que aparentemente encontra fundamento no alto grau de autonomia e independência que os DOI possuíam, é derrubada quando se evidencia que estes eram autônomos e independentes apenas em relação a batalhões e outras instituições militares. Afinal, os DOI foram programados para atuar a par das subordinações pré-existentes em outros órgãos, podendo congregarem agentes de instâncias militares, polícias e Forças diferentes entre si, mas sem deixar de respeitar a hierarquia do Exército inserida em seu interior, tendo por direção máxima o Chefe de Estado-Maior do Exército.

Outro ponto interessante que a caracterização do organograma dos DOI ajuda a revelar é o fato do cargo de chefe da *Subseção de Interrogatório* ser privativo de um oficial do Exército de nível de capitão, ou seja, que deveria pertencer ao círculo hierárquico de oficiais intermediários, excluindo-se das atividades afeitas à posição de membros do círculo hierárquico dos oficiais superiores e dos oficiais-generais, onde se encontravam os homens que governavam o país. Logo, por trás dessa condição de chefia, havia a tentativa de manter a responsabilidade direta dos atos proferidos nessa *Subseção* longe do círculo de oficiais superiores ou de oficiais-generais, instâncias máximas na hierarquia do Exército. Dessa forma, as torturas executadas durante os interrogatórios não seriam relacionadas aos ocupantes das altas patentes do Exército, que, durante a ditadura, eram os que estavam à frente do governo brasileiro. Essa medida era, portanto, para dissociar a imagem dos governantes com o que ocorria nos porões.

No entanto, é notável que indiretamente o governo ditatorial apoiasse as torturas que as *turmas de interrogatório preliminar* executavam nos DOI-CODI, uma vez que, obviamente, os governantes tinham conhecimento sobre a determinação de que os agentes dessas *turmas* e os chefes da *Subseção de interrogatório* deveriam ter, preferencialmente, uma espécie de especialização em informações e segurança ministrada pela EsNI. Nesta escola – ligada ao SNI, que era composto pelas mais altas patentes do Exército e diretamente ligado ao alto escalão do governo – os alunos, provavelmente, recebiam instruções sobre os métodos de tortura a serem aplicados durante o serviço.

Além disso, o fato do chefe e dos demais componentes da *Subseção de interrogatório* serem ligados ao círculo de oficiais intermediários do Exército também vai ao encontro da análise historiográfica sobre a formação e atuação dos DOI-CODI

aqui apresentada a partir dos conceitos de Martins Filho de *cizânia militar*, *palácio* e *caserna*. Afinal, a *caserna* era composta por militares de médias e baixas patentes que durante os primeiros anos da ditadura lutaram internamente por atuarem no combate ao “inimigo interno” a fim de terem uma maior participação na política, o que ocasionou algumas *cizânias militares*. Foi justamente por temer o resultado dessas *cizânias* que o *palácio*, formado pelos militares de altas patentes que possuíam cargos no governo, aos poucos, cedeu esses poderes à *caserna* e assim o aparato de segurança nacional foi sendo instituído e, dentro dele, o SISSEGIN e os DOI-CODI. Logo, como é na *Subseção de interrogatório*, e também na *Seção de busca e apreensão*, onde a atuação de interrogar, torturar e prender traz os poderes políticos extras que a *caserna* historicamente reivindicava, percebe-se que a utilização de seus militares para compor essas equipes era mais uma forma de manter a unidade militar, contendo possíveis *cizânias*.

Essa perspectiva torna-se completa quando se identifica que, no momento em que tais atribuições passaram a ser retiradas dos militares da *caserna*, essas *cizânias* não mais puderam ser contidas. Afinal, conforme já evidenciado anteriormente, quando, a partir do governo de Geisel, as atividades de busca, apreensão e interrogatório dos DOI foram sendo abolidas, a *caserna* passou a reagir, posicionando-se contrária à cúpula do governo, que defendia a abertura política, passando a apoiar a candidatura presidencial de militares que defendessem a continuidade de tais atribuições aos DOI e até mesmo forjando situações terroristas, tais como os diversos ataques a bomba que ocorreram na época como forma de endossar a necessidade das atuações repressivas desenvolvidas pelos DOI.

A monografia do coronel Pereira, aqui analisada, pode também ser vista como mais uma dessas reações da *caserna*. Afinal, durante toda a escrita de Pereira há uma

necessidade de comprovar a eficiência dos DOI na atividade de proteger a segurança interna do país. Percebe-se, assim, que Pereira, apesar de ser coronel e, por conseguinte, já estar entre os oficiais superiores, nesse momento ainda se via ligado de alguma forma aos DOI. Talvez porque a história de sua carreira militar estivesse totalmente relacionada com as atividades que ele lá desempenhou e, por isso, acreditasse que enquanto tais atividades continuassem sendo desenvolvidas, o seu trabalho também continuaria a ser reconhecidamente importante.

Os setores, seções e subseções do DOI normalmente seguiam a configuração aqui exposta, porém, nota-se que suas equipes não eram fixas, ou seja, poderiam variar de acordo com as necessidades das operações que surgissem. Os DOI foram, assim, concebidos como organismos instáveis, pois, dependendo da gravidade e da quantidade de ações armadas que deveriam ser reprimidas, o número de agentes poderia aumentar ou diminuir. Dessa forma, os DOI se adaptavam a diversas circunstâncias a fim de combater com eficiência o “terrorismo” e a “subversão”.

Grande parte dessa necessidade de adaptação vinha da sobrevalorização da guerrilha urbana entre os militares ligados a organismos de repressão. Uma vez que, ao verem a forma organizada e ousada com que a esquerda armada montava suas ações, sentiram que a estrutura repressiva da época anterior à experiência da Oban e ao surgimento dos DOI não estava preparada para combatê-las e, diante disso, interpretaram tais ações esquerdistas como uma forte ameaça ao país. Afinal, as instituições responsáveis pela repressão direta, como, por exemplo, os DOPS, estavam engessadas por corporações fixas que combatiam as referidas ações de forma pouco efetiva, reprimindo-as sem a centralização e a grandiosidade necessárias:

A todos estes atos de banditismo [fazendo referência a assaltos a banco, a sequestros de embaixadores e outras ações efetuadas pela esquerda armada

entre os anos de 1969 e 1970], a nossa Polícia Civil e a Polícia Militar assistiam sem nada poder fazer. Várias radiopatrulhas foram incendiadas e os poucos soldados que ousavam enfrentar os terroristas eram impiedosamente mortos. Por que isso acontecia? Porque as nossas polícias foram surpreendidas e não estavam preparadas para um novo tipo de luta que surgia, a guerrilha urbana. (Pereira, 1978: 10)

Então, para conter a guerrilha urbana, surgiu a necessidade de um órgão de repressão centralizado e de estrutura maleável, que tornasse possível e prático reprimir determinada ação armada de acordo com a sua grandiosidade, aumentando e diminuindo o corpo funcional conforme o esforço exigido. Em meio a esta concepção de repressão, a estrutura dos DOI foi criada, tornando a repressão política mais combativa e, conseqüentemente, aumentando a sua eficiência.

Com tamanha flexibilidade os DOI movimentavam pessoal e material variável com grande mobilidade e agilidade. Essa destacada autonomia dos DOI era travada, portanto, em benefício de um aproveitamento máximo de suas ações, já que eram órgãos *destinados ao combate direto às organizações subversivo-terroristas* e sua missão era *desmontar toda a estrutura de pessoal e de material destas organizações, bem como impedir a sua reorganização* (Pereira, 1978: 22).

A utilização de codinomes pelos integrantes das *turmas de interrogatório preliminar* era outra face dessa autonomia de trabalho dos DOI. Esse costume era um benefício de proteção para a instituição e também para tais militares. Afinal, como muitos deles possivelmente aplicavam torturas nos presos durante os interrogatórios, o sigilo com relação aos seus nomes verdadeiros poderia inviabilizar posteriores denúncias e, por conseguinte, fortes indícios de que nos DOI a tortura era uma prática institucionalizada.

Além disso, essa mesma autonomia também permitia que seus agentes, para não serem reconhecidos pelos “inimigos” durante uma ação de prisão, por exemplo, não

trabalhassem de farda e usassem trajes civis, o que seria impensável em qualquer quartel militar:

Como norma de segurança, para o trabalho diário, é obrigatório o uso de traje civil (esporte ou social) de acordo com a missão a desempenhar. Mesmo os oficiais e os comandantes de seção devem, de preferência, usar trajes esporte para se confundirem com a maioria dos integrantes do DOI. (Pereira, 1978: 25)

Os cabelos longos eram outra característica que, apesar de imprópria entre as demais instituições militares, a autonomia dos DOI imprimia a seus agentes, conforme evidenciado no seguinte trecho: *o cabelo deve ter o tamanho, normalmente, usado pela maioria da população, sendo proibido o cabelo com corte do “tipo militar”* (Pereira, 1978: 25). Percebe-se, portanto, que, junto aos trajes civis, os cabelos maiores completavam o visual que os militares dos DOI precisavam ter para que evitassem ser facilmente reconhecidos nas ruas. Dessa forma, tentavam minimizar os riscos de serem percebidos durante uma operação de investigação ou minutos antes de efetuarem uma ação de prisão. Porém, apesar da utilização dessas características não usuais ser em benefício das funções que exerciam nos DOI, esses militares muitas vezes não eram compreendidos por aqueles que, nas palavras de Pereira, não possuíam uma *mentalidade de informações* e, por conta disso, viam no uso do cabelo grande um ato de indisciplina. Essa incompatibilidade de interpretações, portanto, gerava alguns transtornos para os agentes dos DOI que, mesmo condecorados pela eficiência de seus serviços de informações, às vezes, passavam por alguns constrangimentos:

Já aconteceu o fato de um oficial ou sargento de um DOI necessitar comparecer a sua Unidade Militar a fim de tratar qualquer problema pessoal ou mesmo de um assunto de serviço. Estes elementos eram barrados à entrada de seus quartéis e recebiam ordem dos comandantes para

regressarem, cortarem o cabelo e a barba e se apresentarem fardados, ou com a posse de um documento de identidade assinado pelo Comandante do Exército, autorizando o uso do traje civil e o porte de arma. Este procedimento, por parte de algumas autoridades militares, dá a entender que os elementos do Serviço de Informações são indisciplinados, desenquadrados e sem espírito militar. Entretanto é necessário frisar que a realidade é que, por exemplo, no DOI-CODI do II Exército [DOI-CODI/SP] em três anos 90 componentes foram condecorados com a medalha do pacificador com palma. (Pereira, 1978: 26)

A medalha do pacificador com palma é, em tempo de paz, a mais alta condecoração concedida pelo Comandante do Exército aos militares e civis brasileiros que, no exercício de sua função ou no cumprimento de missões de caráter militar, tenham se destacado por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida. Portanto, muitas vezes, os agentes dos DOI que exerciam a função de prender integrantes de uma organização muito procurada, de “desmontar aparelhos” de destacada importância investigativa ou mesmo de conseguir informações cruciais durante interrogatórios eram condecorados pelo Comandante do respectivo Exército pelo serviço prestado à pátria. Logo, percebe-se que, mesmo existindo os constrangimentos institucionais anteriormente citados, os oficiais envolvidos nos DOI eram prestigiados por seus serviços e se sentiam valorizados e incentivados a designá-los com rapidez e eficiência.

A partir disso, evidencia-se mais uma vez que a tortura nos DOI era consentida pelos militares superiores e até mesmo incentivada, pois, através do “auxílio” que prestava aos interrogatórios, as informações poderiam ser mais fácil e rapidamente conseguidas e grande quantidade de suspeitos presos, “aparelhos desmontados” e materiais “subversivos” recolhidos. Como a presteza desse serviço era almejada tanto pelos agentes dos DOI, interessados no destaque e no reconhecimento militar, quanto

por seus superiores, que vislumbravam neutralizar o quanto antes a ameaça que o “inimigo interno” representava para o governo ditatorial, a tortura parecia ser nos DOI um meio que se justificava pelos fins.

Assim, a centralização, a flexibilidade, a autonomia e o consentimento/incentivo à tortura pautavam o “eficiente” serviço de repressão dos DOI, conforme se pode apurar a partir dos dados do DOI-CODI/SP levantados até 30 de junho de 1972 e apresentados na monografia do coronel Pereira:

Subversivos terroristas levantados no Brasil: 4.400

Quedas impostas pelos órgãos de segurança no território nacional: 2.800

Quedas impostas pelos órgãos de segurança do II Exército (inclusive DOI-CODI): 1600

Quedas impostas pelo DOI-CODI do II Exército: 1.400

Quedas impostas pelos outros órgãos de segurança da área do II Exército: 200

Período de 23 de janeiro de 1969 a 30 de junho de 1972

Subversivo-terroristas que fizeram curso de guerrilha no exterior: 340

Subversivo-terroristas que fizeram curso de guerrilha em Cuba: 240

Situação dos 4.400 subversivo-terroristas levantados:

Foragidos: 1600

Liberados: 900

Mortos em combate: 100

Presos: 1490

Banidos: 140

Estes resultados vêm demonstrar a eficiência operacional do destacamento neste tipo de guerra especial. Não é à toa que os inimigos assim reconhecem ao destacamento esta assertiva encontrada na revista Times e no panfleto Quinzenal (maio de 76), distribuídos recentemente:

“São Paulo criou a mais eficiente e admirável máquina repressiva vista até hoje no mundo – a Operação Bandeirantes, que começou como uma aliança temporária entre a polícia local, as várias seções de inteligência das três forças armadas e o SNI.” (Pereira, 1978: 27).

Entretanto, esse perigoso poder excepcional dos DOI-CODI tomou proporções grandiosas. Em meados dos anos 1970, mais especificamente após o fim da guerrilha do Araguaia, no início de 1974, as organizações clandestinas armadas estavam derrotadas e, em contrapartida, os DOI-CODI se encontravam em pleno vapor, com sua atuação e seu aparato institucional ampliado e especializado. Tornou-se, dessa forma, indispensável para a sobrevivência do SISSEGIN encontrar novos “inimigos internos”. O foco de ameaça passou, então, a ser o envolvimento de elementos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida pelo governo, e a atuação repressiva dos DOI-CODI encontrou argumentos para continuar em atividade. Porém, como a declarada “guerra interna” havia se esgotado e o país já se preparava para dar lugar a um futuro democrático, o poder de ação dos DOI-CODI começou a parecer abusivo e negativo ao regime. Diante disso, muitas foram as tentativas da *caserna* e dos demais militares a ela relacionados de provar a importância e a necessidade dos DOI-CODI para a defesa do país, entre elas, a monografia aqui analisada. No entanto, tais tentativas não conseguiram evitar que esses órgãos sofressem, num primeiro momento, a redução de suas atividades e, no início da década de 1980, a extinção.

3. O DOI-CODI pelos prisioneiros

Enfim, na última frente de estudo deste capítulo, a análise sobre a formação e a atuação dos DOI-CODI recai sobre a memória de seis de seus ex-prisioneiros políticos. Vale lembrar que estes estiveram detidos no DOI-CODI do Rio de Janeiro durante o segundo semestre do ano de 1970 e suas memórias foram narradas recentemente, entre os anos de 2002 e 2004, quando foram por mim entrevistados. Assim, o trabalho sobre esses depoimentos aqui se concentra na interpretação que fazem, a partir da construção

de suas memórias, sobre a formação e a atuação dos DOI-CODI e em como suas perspectivas dialogam com a frente historiográfica e com a monografia do coronel Pereira, abordadas anteriormente.

Como o objetivo aqui traçado é analisar as diversas maneiras pelas quais a historiografia, o coronel Pereira e os presos veem a formação e a atuação dos DOI-CODI, optou-se por apresentar as trajetórias dos entrevistados no próximo capítulo. Essas, junto com o conteúdo aqui levantado, constroem as bases para a análise travada na parte final da presente dissertação, onde se aborda, a partir de um estudo mais concentrado nas memórias dos ex-prisioneiros entrevistados, o cotidiano do DOI-CODI/RJ.

Entretanto, a fim de utilizar essas memórias para a abordagem dialética aqui desenhada, não pode ser dispensada a aplicação de um olhar crítico, típico a análises históricas, problematizando-as de forma a perceber suas lacunas e modificações decorrentes do tempo. Tais memórias são inconscientemente fluidas, pois estão diretamente ligadas a emoções, além de sofrerem muitas influências do momento em que são narradas, conforme bem elucida Pierre Nora (1993):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (Nora, 1993: 9)

É, portanto, imprescindível para este estudo perceber que, por trás dessa fluidez das memórias dos depoimentos dos ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ age um

elemento fundamental: o presente. Logo, a feliz expressão de Robert Frank (1999), o *presente do passado*, elucida a análise de forma a colocar em destaque a forte influência que a temporalidade vivida no momento em que as entrevistas foram concedidas tem para a construção de suas narrativas:

Trata-se de fontes que estão marcadas pelo próprio presente, inerentes a ele, qualquer que seja a época: os depoimentos de testemunhas vivas, as fontes orais. Aí há a contemporaneidade intrínseca entre o historiador e o ator. (Frank, 1999: 103)

Por isso, é aqui crucial considerar o momento das entrevistas. Afinal, entre 2002 e 2004, o Brasil já vivia uma democracia consolidada, onde antigos opositores à ditadura militar se encontravam no poder. Fernando Henrique Cardoso, exilado no Chile até o ano de 1968 e, na década de 1970, apoiador convicto do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), havia sido presidente do Brasil entre os anos de 1995 e 2002. Já Lula, ex-líder sindical, que havia comandado algumas das mais importantes greves na virada das décadas de 1970 para 1980, venceu a campanha presidencial em 2002 e se tornou, no ano seguinte, o primeiro ex-operário a presidir o país. Além disso, as pastas ministeriais de seu governo foram formadas por antigos opositores à ditadura, tal como o ex-líder do movimento estudantil, José Dirceu, e, a partir de 2005, por Dilma Rousseff, ex-militante de duas das organizações de esquerda que optaram na época pela luta armada, o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Logo, pode-se dizer que, com relação à memória política, de vencidos nos anos de chumbo da ditadura, os depoentes se transformaram em vencedores nos tempos democráticos e, obviamente, a leitura do passado de prisão e tortura foi iluminada por esse presente.

Ressalte-se, ainda, que os depoimentos se vinculavam à implantação da Comissão de Anistia por meio da Lei nº 10559/02, que atribuía ao Estado a função de anistiar e reparar financeiramente todos os cidadãos que tivessem vivenciado quaisquer atos de exceção, incluindo torturas, prisões arbitrárias, demissões e transferências por razões políticas, ocorridas durante o período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Afinal, a reparação só poderia ser concedida pela Comissão de Anistia após a análise de um requerimento contendo as memórias das vítimas sobre o período em questão, escritas individualmente. Como, na época, alguns dos depoentes já haviam construído suas memórias prisionais para compor o referido requerimento, este deve ser considerado como um importante fator de influência sobre as narrativas de suas entrevistas.

Em contraste com o que foi apresentado a partir da abordagem historiográfica e da monografia do coronel Pereira, Fernando Palha Freire, um dos ex-prisioneiros do DOI-CODI/RJ, destaca a importância da contribuição inicial dada pelos policiais civis do DOPS para a utilização da violência em favor da extração de informações. Afinal, por mais que os órgãos de repressão anteriores à criação dos DOI-CODI não estivessem devidamente preparados para combater as ações efetuadas pela esquerda armada, seus agentes, de fato, haviam acumulado uma experiência em interrogatórios. Esta, num primeiro momento, era importante, uma vez que os militares até então concentravam sua formação sobre a atuação na guerra declarada, não possuindo as malícias necessárias aos interrogatórios:

[...] a Polícia Civil tinha os caras mais preparados pra tortura mesmo... Porque já vinham há muitos anos, já tinham a prática da tortura. O militar batia de frente, ele era capaz de te matar, mas ele ainda não tinha, digamos o seguinte, a essência da tortura. Por exemplo, um coronel virou pro cara e disse assim: - “O senhor é um comunista”, aí ele disse assim: - “E o senhor é

uma besta”. Ele matou o cara, quer dizer, matou sem colher o que queria. Um policial civil poderia até matar o cara, mas antes colhia o que queria, eles tinham a prática da tortura. Depois, os militares se aperfeiçoaram [...] (Freire, 28 jun. 2004)

No entanto, indo ao encontro do que foi abordado pelas outras duas frentes de estudo aqui traçadas, Cecília Coimbra, também ex-prisioneira do DOI-CODI/RJ, evidencia a eficiência desse órgão com relação à investigação. A partir de uma situação específica de sua prisão, ela percebe como o nível de organização do serviço de informações dos DOI era superior ao do DOPS:

Fomos presos, eu e meu marido, e levados para o DOPS em agosto de 1970 [...] quando deram vistoria lá em casa, encontraram um documento que, por ironia do destino, era sobre segurança [...] Eu fiquei dois dias e meio no DOPS sendo interrogada sobre o tal documento que nem eu nem o Novaes falávamos, dizíamos que não sabíamos de onde era. Dois dias e meio depois, quando nós fomos para o DOI-CODI, logo eles identificaram de onde era o documento. Para você ver o nível de competência do serviço de informações do DOI-CODI comparado ao do DOPS. O DOPS era “merdinha” comparado com a eficiência do DOI-CODI. (Coimbra, 30 nov. 2004)

Percebe-se, assim, tanto pela historiografia e pela monografia do coronel Pereira, quanto pela memória de ex-prisioneiros políticos que a centralização de informações nos CODI e a relação direta que esses travavam com os DOI traziam uma agilidade às análises que não havia nos demais órgãos. Logo, a forma centralizada e orquestrada com que os DOI-CODI agiam significava uma profissionalização cada vez maior da repressão política, ou seja, a sofisticação da repressão.

Assim, apesar de serem instituições distintas, a atuação dos CODI e dos DOI estavam totalmente interligadas. Como apurado por meio do estudo historiográfico e dos dados contemplados na monografia do coronel Pereira, enquanto aos CODI cabia

concentrar e analisar as informações sobre a segurança interna de suas Regiões Militares, aos DOI cabia, a partir das informações passadas pelos CODI, atuar diretamente na repressão aos “inimigos internos” e extrair de seus prisioneiros políticos informações a serem repassadas aos CODI. Diante dessa forte ligação, essas duas instituições ficaram conhecidas como se fossem um único órgão, por meio da sigla DOI-CODI. Essa simbiose entre os CODI e os DOI ficou marcada sobretudo nas memórias de suas vítimas, conforme se pode verificar no seguinte trecho:

[...] tenta entender o que é DOI-CODI, o DOI-CODI é uma instituição montada por diversos órgãos de repressão que funcionava [no Rio de Janeiro] no quartel da PE [1º Batalhão da Polícia do Exército]. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

De acordo com os seis entrevistados, assim como indicado pela a análise das demais frentes de estudo do presente capítulo, a prática de tortura era corriqueira nos interrogatórios dos DOI. Esse fato, inclusive, poderia ser associado à sua própria designação, que, na forma abreviada, se apresenta sob a sigla DOI, correspondendo sugestivamente à conjugação do verbo *doer* na terceira pessoa do singular:

Soube que ninguém entrava no DOI-CODI sem sofrer algum tipo de tortura, física ou psicológica, mas principalmente a física, e, realmente, não creio que alguém tenha passado por lá imune à tortura [...] Quando a gente chega ao DOI-CODI, chega logo tomando porrada! Não tinha essa história de meu senhor, era tapa! Tapa, choque elétrico, pau de arara, a isso tudo eu fui submetido. O primeiro interrogatório, que não é um interrogatório formal, judicial, é feito sob essas condições. Depois, bem depois, é que eu fui ser interrogado, no DOPS, em outras condições. [...] Eu fui torturado mesmo na Rua Barão de Mesquita, na PE, lá sim, eu fui bastante torturado [...] (Carvalho, 12 set. 2002)

[...] lá na PE você não fazia nada a não ser ficar esperando o tempo para ser interrogada, para ser torturada [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Lá no DOI-CODI comia tudo, choque, pau-de-arara, afogamento, pancada. Lá que eu descobri esse termo, que fulano virou presunto, né? Porque você fica igual a um presunto mesmo, porque eles te dão pancadas localizadas [...] (Freire, 28 jun. 2004)

[...] lá no DOI-CODI tinha todo tipo de torturas, desde choques elétricos na mão direita, esquerda, pé esquerdo. Eu sofri isso também! (Prigol, 28 set. 2004)

[...] o meu negócio era ganhar tempo e o deles era conseguir informação. A luta é essa nos primeiros dias, é você dar o mínimo de informações e eles querendo arrancar o máximo de informação, né? Aí eles vêm com a máxima de que torturar é investigar! (risos). E daí, se precisar, até a morte, o negócio é conseguir informação! (Batista, 17 nov. 2004)

[...] onde eram os choques elétricos que na PE eles davam... eles me molhavam toda para o choque ser mais intenso e botavam, principalmente, nas partes onde eram mais sensíveis, como ouvido, nariz, boca, bico do peito, vagina, ânus[...] o choque elétrico é indescritível porque você perde a noção do tempo e todo e qualquer controle da bexiga e dos intestinos [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Portanto, ali a incumbência era operar a extração de informações e, para isso, a tortura como método era utilizada pelos agentes das *turmas de interrogatório preliminar*. Afinal, em uma ponta da sofisticação repressiva apresentada pelos DOI-CODI estava a concentração de informações dos CODI e na outra a agilidade que a extração de informações, possibilitada principalmente pelo uso das torturas durante os interrogatórios dos presos, dava às operações de busca e apreensão de mais “elementos subversivos”.

A partir dos depoimentos dos ex-prisioneiros políticos entrevistados, assim como da análise da historiografia selecionada e dos dados trazidos pelo coronel Pereira em sua monografia, percebe-se que os DOI-CODI ocupavam somente uma parte dos quartéis do Exército onde se localizavam e, na parte restante, o funcionamento desses quartéis continuava normalmente. Os DOI-CODI eram, portanto, prisões atípicas, diferentes das convencionais, construídas desde o início para acomodar prisioneiros. Assim, é coerente que o serviço de carceragem nos DOI-CODI fosse executado pelos soldados que serviam ao próprio quartel, já que esse era apenas um serviço de apoio, um auxílio, não à toa feito por agentes de turmas que eram intituladas *auxiliares*.

Os soldados que serviam ao quartel, a quem era atribuído o serviço de carceragem, eram conhecidos no DOI-CODI/RJ por “catarinas”, devido a suas características físicas e também ao sotaque típico ao estado de Santa Catarina. Os “catarinas” eram identificados como soldados, devido ao fato dos agentes propriamente do DOI-CODI/RJ normalmente andarem a paisana enquanto eles usavam farda, ou seja, trajes tradicionais a militares que não estivessem ligados a operações de informações. Os agentes dos DOI-CODI, como elucidado por meio da segunda frente deste capítulo, por precisarem ser confundidos com civis, se diferenciavam dos demais soldados:

Na PE, os soldados eram sempre de Santa Catarina [...], pessoas de portes físicos avantajados, e essa condição física era uma espécie de exigência para servir ao quartel da Polícia Militar. Eram então os “catarinas” [...] (Carvalho, 8 fev. 2003)

[...] quem torturava a gente era o pessoal do DOI-CODI, normalmente eles andavam a paisana [...] e quem fazia o trabalho burocrático, ou seja, a limpeza da PE, quem dava o café da gente, quem abria a cela e fechava a cela eram os soldados uniformizados. Eram até os “catarinas”, porque tinham muitos que vinham de Santa Catarina, eram soldados altos [...] então

os soldados faziam a burocracia e os militares do DOI-CODI faziam essa parte, digamos, da investigação política [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

[...] os “catarinas” eram os guardinhas, era o pessoal que estava servindo, eles tinham dezoito ou dezenove anos, eles estavam servindo ao Exército e alguns deles até amenizavam a nossa situação [...] (Batista, 17. nov. 2004)

Diferentemente do que se percebe na monografia feita pelo coronel Pereira em 1978, nas memórias aqui analisadas, a atuação dos DOI-CODI no ano de 1970 consagrou-se como um dos períodos mais difíceis de suas vidas. Nota-se, no entanto, que os números e percentuais que na época eram interpretados por muitos militares como forte indício de eficiência da instituição no combate ao “inimigo interno” estão, em meio ao contexto democrático em que as narrativas dos ex-presos foram construídas, diretamente ligados à memória da tortura e da violação aos direitos humanos. Como se pode analisar a partir da interpretação de Cecília Coimbra, uma das ex-prisioneiras políticas fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro:¹⁵

[...] eu acho a fala para mim, a minha militância no Tortura Nunca Mais fundamental. Em 85, quando a gente fundou o Grupo, foi fundamental no sentido de tornar isso público, e não só como se fosse uma coisa de lamento da gente, uma coisa da dor da gente, dessa marca que não vai sair nunca, [...] mas como instrumento de luta, instrumento de denúncia [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Durante o período das entrevistas, aqueles que viveram a experiência dos DOI-CODI a partir do outro lado de suas grades, muitas vezes veem as dolorosas lembranças daquele tempo como um meio de fazer justiça e até mesmo contribuir para a solidificação da democracia, enquanto que os militares, que no passado se orgulhavam

¹⁵ O GTNM/RJ foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-prisioneiros políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Para mais informações, ver o perfil de Cecília Coimbra no próximo capítulo.

de seus feitos, lutam no presente por não serem a eles associados. Diante disso, nota-se que, após o término da ditadura, em 1985, as memórias dos então vencidos movimentam-se de forma a se sobreporem às dos vencedores, conseguindo aos poucos garantir seu espaço de vítimas da ditadura e, ao mesmo tempo, de heróis da democracia na política, na justiça e na história.

Capítulo: 2 – Os presos políticos e suas organizações

Nas escolas, nas ruas,
campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição

Geraldo Vandré
(Pra não dizer que não falei de flores, 1968)

Antônio, Dulce, Fernando, Padre Mário, Ana e Cecília são alguns dos brasileiros que lutaram contra a ditadura militar no país e que na época foram presos pelo governo nas dependências do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Três homens e três mulheres que, apesar de suas trajetórias pessoais e políticas distintas, possuem até hoje fortes elos construídos pela passagem pelo DOI-CODI carioca.

Foi especificamente essa vivência prisional comum que me despertou o interesse pelas memórias desses seis atores históricos. O objetivo era, a partir da ótica dos ex-prisioneiros, entender como funcionava na prática o DOI-CODI/RJ. Assim, entre os anos de 2002 e 2004, em meio aos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique e Lula, ou seja, já em tempos democráticos, Antônio, Dulce, Fernando, Padre Mário, Ana e Cecília me concederam entrevistas sobre suas prisões no DOI-CODI/RJ, bem como sobre suas trajetórias pessoais e políticas, antes e depois de suas prisões.

Esses depoimentos – principal objeto de pesquisa desta dissertação – trazem, além das lembranças sobre o cotidiano prisional de um DOI-CODI, muito da personalidade e da vivência de cada um desses indivíduos. Através dessas memórias pode-se lidar com as idiossincrasias de cada um deles, relativizando a ideia de uma memória coletiva comum a todos os ex-prisioneiros políticos que ficaram no quartel da Rua Barão de Mesquita. Pode-se ainda conhecer um pouco mais de perto a lógica de construção de suas memórias individuais, analisando como cada um desses indivíduos se vê através do passado de militância e prisão, como se identifica por meio desse passado, imprime essa identidade no mundo externo, e como este mundo influencia na percepção que possui sobre si mesmo.

No entanto, as memórias individuais aqui trabalhadas não estão isoladas, já que, conforme bem evidenciado por Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (2004), frequentemente tomam como referência pontos externos ao sujeito, se apoiando em

percepções recebidas de determinada memória coletiva de um grupo e também pela memória histórica de seu país (2004: 57-59). Partindo dessa ideia, percebe-se aqui que, nas memórias narradas por indivíduos que fizeram parte de uma mesma organização de esquerda armada ou que ainda hoje integram um mesmo grupo, como, por exemplo, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, são encontrados mais pontos de contato. Além disso, todos os depoentes mostram ter como base de suas lembranças a memória histórica, pois, em algum momento, as localizam no tempo por meio de datas e fatos que se estabeleceram como históricos, tal como o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, ou a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Cabe aqui ressaltar que ex-prisioneiros do DOI-CODI/RJ entrevistados eram, em sua grande maioria, estudantes que se tornaram combatentes da esquerda armada a partir da *proibição de atividades e manifestação sobre o assunto de natureza política*, estipulada pelo inciso III do artigo 5º do AI-5 e que, em suas memórias, a promulgação deste Ato representa um marco temporal muito mais forte do que o golpe civil-militar de 1964. Afinal, para suas trajetórias de vida, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, foi um divisor de águas, pois tornava as manifestações estudantis proibidas, revoltando-os e estimulando-os ainda mais a lutar pela derrubada do regime ditatorial. Diante disso, a maioria dos depoentes sustenta em suas memórias o AI-5 como um momento em que suas vidas foram postas em xeque. A partir do dia de sua promulgação, eles se viram diante da necessidade de decidir se continuavam ou não a agir contra a ditadura e, em caso positivo, se deveriam considerar a violência armada como uma via de luta, uma vez que os movimentos pacíficos estavam totalmente encurralados. Como a opção da maior parte deles foi a de pegar em armas – decisão que acarretou não só em suas prisões, mas também na mudança da percepção que tinham sobre a vida, já que ao andarem armados passavam a ter a consciência de que viviam

sob a ameaça da morte –, o AI-5 tem papel de destaque entre suas memórias do período militar. Essa importância do AI-5 pode ser exemplificada no trecho abaixo, destacado da entrevista de Ana de Miranda Batista:

O AI-5 foi determinante! Porque você não tinha mais formas de expressão, você não podia se reunir, você não podia mais fazer nada, era impedido pela polícia. A gente estava amordaçado, a imprensa amordaçada, os teatros, os cinemas, tudo! Era um terror, muita polícia na rua, muita blitz, blitz de montão, sabe? Quem quisesse ser como a gente: -“Abaixo a Ditadura! Abaixo a Repressão!” As formas de expressão se reduziram a quase zero. Aí é que houve um pontapé na decisão de muitos de nós de... quer dizer, só restou a luta armada, só restou resistir de forma armada, mesmo que pra maioria de nós fosse uma decisão extrema... [...] eu, nem uma arma de perto eu nunca tinha visto! Quer dizer, esse momento é um momento drástico, quer dizer, um tempo depois é que eu, conversando, é que vi que não foi assim só para mim. Porque para alguns dos rapazes que tinham servido ao Exército e sei lá o quê, eles já tinham alguma familiaridade com armas, quer dizer, alguns deles. Mas, a gente, menina, classe média, não! Eu nunca tinha visto, nunca tinha me interessado por arma na vida (risos), não fazia parte do meu universo. E teve muita gente que nessa época pirou. Pirou, que eu digo, de não querer mais saber. Muita gente! E eu acho extremamente respeitável essa decisão, porque é uma decisão drástica [...] porque, no momento em que você está com uma arma, você pode matar ou morrer. É muito grave essa decisão! Você está lidando com a possibilidade da morte e quando você nunca teve familiaridade, assim, quando você nunca viu uma arma, é muito difícil [...] (Batista, 17 nov. 2004)

Vale aqui mais uma vez destacar que essas memórias do passado são lavadas nas águas do presente, ou seja, são o *présent du passé*, conforme a feliz expressão de Robert Frank (1999). As memórias sobre as experiências prisionais do DOI-CODI/RJ, ocorridas durante os “anos de chumbo” da ditadura militar, foram construídas em entrevistas concedidas entre o final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o início do governo de Lula (2003-10), ambos perseguidos políticos durante o

período ditatorial. Portanto, a perspectiva de vencidos que no passado direcionava as memórias dos depoentes, abre lugar para uma narrativa próxima à de vencedores, pela qual os ex-prisioneiros políticos se veem como responsáveis pela construção da democracia e de uma justiça de transição ainda em curso no Brasil.

Uma ideia de justiça de transição iniciou-se, principalmente, a partir da Constituição de 1988, quando a reparação aos perseguidos políticos do passado ditatorial se transformou em garantia constitucional. No entanto, foi somente a partir de 1995, já no governo FHC, que ela começou a ser implantada, por meio da primeira comissão de reparação, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (lei n.º 9.140/95). Além disso, em 2002, sete anos depois, a reparação aos perseguidos pela ditadura foi complementada por meio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (lei n.º 10.559/02). Assim, quando a primeira entrevista me foi concedida, em setembro de 2002, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos já trabalhava no sentido de reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro por mortes e desaparecimentos de presos políticos ocorridas durante a ditadura, enquanto a Comissão de Anistia iniciava a sua função de:

[...] reparar os atos de exceção, incluindo as torturas, prisões arbitrárias, demissões e transferências por razões políticas, sequestros, compelimento à clandestinidade e ao exílio, banimentos, expurgos estudantis e monitoramentos ilícitos. (Abrão, 2010: 4)

Conforme já abordado no primeiro capítulo, os procedimentos impostos pela Lei 10.559/2002 influenciaram, como não podia deixar de ser, o processo de construção das memórias aqui trabalhadas. Afinal, o referido processo se iniciava com um relato da vítima sobre as agressões e perseguições sofridas à época ditatorial. Este deveria configurar uma espécie de memorial, no qual o requerente deveria destacar todas as

violações sofridas, a ser apresentado à Comissão, cabendo a esta, após a verificação dos fatos expostos, conceder ou não ao requisitante a condição de anistiado político e, dependendo do caso, a correspondente reparação econômica. Como alguns dos entrevistados passavam por este processo no mesmo período em que concederam as entrevistas, é notável que tal experiência seja mais uma forte influência do presente na construção das memórias por eles narradas. Esse momento de busca por reparação por que muitos passavam, inconscientemente, os conduzia a enfatizar durante as narrativas suas condições de “vítimas” do passado em detrimento, por exemplo, de suas condições de “símbolos da resistência”.

Ainda diante da capacidade de intervenção que o presente exerce sobre as memórias do passado, deve-se considerar também a forma como essa rede de entrevistados foi desenhada e as condições em que as entrevistas foram realizadas. Afinal, o caminho trilhado até o depoente e o momento específico de cada narrativa, composto pelo local e as condições gerais sob as quais ocorreu, também influenciam na construção das memórias do entrevistado: tanto por parte do historiador, na maneira como aborda o narrador, quanto por parte do próprio narrador, por meio da forma com que narra suas memórias. Portanto, acredita-se aqui que a busca por cada entrevistado interfere na abordagem que o entrevistador imprime à entrevista e na forma como o narrador se sente ao narrar suas memórias naquele momento, tornando o instante de cada entrevista um fator também de intervenção na narrativa das memórias do passado. Dessa forma, antes de tratar-se das trajetórias de vida narradas por cada ex-prisioneiro entrevistado, optou-se aqui por considerar como o instante de cada entrevista foi construído, ou seja, como a rede de entrevistas foi formada.

1. A rede de entrevistas

A primeira entrevista foi feita com o ex-presos político Antônio Leite de Carvalho, em 12 de setembro de 2002, na sala de sua casa, situada bem próxima ao quartel do 1º BPE, onde se localizava o DOI-CODI/RJ. O espaço ocupado por esta instituição, que é intensamente abordado no próximo capítulo, situava-se nos fundos do referido quartel, cujo edifício foi construído durante o Império e ainda hoje se encontra entre a Avenida Maracanã e a Rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

Cheguei até Antônio através de seu filho, João, meu colega do curso de graduação em história pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Sabedor do meu interesse sobre o tema da repressão política, João procurou me ajudar e, ao mesmo tempo, satisfazer a curiosidade que sentia sobre esta parte da vida de seu pai.

Portanto, durante a minha primeira visita à casa de Antônio, enquanto ele narrava suas memórias sobre o período em que esteve preso nas dependências do quartel vizinho, João atravessava constantemente a sala em direção à varanda ou à cozinha. Assim, sem que Antônio aparentemente percebesse, já que estava concentrado em sua narrativa, João tentava ouvir um pouco mais sobre um passado que seu pai nunca havia revelado abertamente aos filhos.

Percebe-se, então, como lidar com detalhes dessa memória era complicado para Antônio e, portanto, o quanto aquele momento era importante para ele e para seu filho. Através da entrevista, enquanto Antônio passava a sentir um maior orgulho daquelas memórias, pois, por meio do meu interesse em entrevistá-lo, começava a percebê-las como fonte para a história do país, João conhecia melhor o seu pai e passava a entender algumas de suas atitudes, que até então questionava.

Era o caso da reação arreada que Antônio tinha ao ser acordado de forma inesperada enquanto dormia no sofá da casa. Assim, após ouvir sobre o cotidiano e as

torturas a que seu pai afirma ter sido submetido no DOI-CODI/RJ, João começou a compreender que tal reação tinha relação com esse passado, quando Antônio muitas vezes pode ter sido despertado de desmaios ocasionados por choques elétricos e outras torturas a ele perpetradas ainda na sala de interrogatório. Logo, o fato de acordar assustado, tentando se proteger ou até mesmo agredir quem o acordasse, pode ser compreendido quando relacionado às marcas que as violências vividas no DOI-CODI/RJ deixaram na memória de Antônio.

A partir dessa primeira entrevista, o meu interesse pelo tema se aprofundou, impulsionando-me a buscar outros possíveis entrevistados. No dia 5 de fevereiro de 2003, consegui entrevistar Dulce Chaves Pandolfi. Seu nome foi aventado por meio da leitura sobre a passagem de Dulce pelo DOI-CODI/RJ, encontrada no livro *Brasil Nunca Mais*, publicado pela Editora Vozes, em 1985:

A estudante Dulce Chaves Pandolfi, 24 anos, foi obrigada também a servir de cobaia no quartel da rua Barão de Mesquita, no Rio [...]. Na Polícia do Exército, foi submetida a espancamento inteiramente despida, bem como a choques elétricos e outros suplícios, como o “pau-de-arara”. Depois de conduzida à cela, onde foi assistida por médico, foi, após algum tempo, novamente seviciada com requintes de crueldade numa demonstração de como deveria ser feita a tortura [...] (Arquidiocese de São Paulo, 1985: 32)

Depois de algumas tentativas frustradas de marcar esta entrevista por meio de mensagens via correio eletrônico, que encontrei através do site do CPDOC, centro de pesquisa onde Dulce trabalha como pesquisadora e professora, ela enfim me recebeu em sua sala, no interior deste mesmo centro de pesquisa. Sua resistência inicial pode ser atribuída ao fato de, na condição de pesquisadora, estar mais acostumada ao papel de entrevistadora do que ao de entrevistada, ou seja, estar mais afinada com o trabalho de analisar as fontes do que com o de ser a própria fonte. Diante disso, durante sua

entrevista, Dulce não se sentiu à vontade em tratar dos detalhes das violências sofridas no DOI-CODI/RJ, o que pode ser explicado pela dor que ainda acompanha suas memórias e também pelo desconforto que a situação lhe trazia, já que ela possivelmente não se desvinculava do fato de ser uma professora universitária expondo sua intimidade a uma aluna de graduação. No entanto, justamente por lecionar história e, por conseguinte, já estar convencida da importância de seu depoimento, Dulce apresentou uma narrativa articulada e aparentemente coerente.

Após a entrevista de Dulce, ficou evidente a desarticulação da memória de Antônio, uma vez que esta era silenciada há muito tempo e, portanto, não possuía uma construção pré-estabelecida por outros discursos. Tal percepção me levou a voltar a entrevistá-lo, em 8 de fevereiro de 2003, três dias depois da entrevista de Dulce, quando Antônio já demonstrava uma memória mais articulada. Afinal, esse silêncio que caracterizava sua memória lhe atribuía um aspecto negativo e um destacadamente positivo. O lado negativo era que, conforme elucidado por Michael Pollak em *Memória, esquecimento e silêncio* (1989), dificilmente sua memória foi transmitida de forma intacta, durante todo o tempo em que ficou guardada, até o dia em que a entrevista significou uma oportunidade para que ela saísse do “não-dito”. Porém, o lado positivo, a meu ver, merecedor de destaque, era que a memória de Antônio sobre a prisão no DOI-CODI/RJ possuía poucas influências por decorrência do contato com as memórias de outros ex-prisioneiros, pois não estava a elas diretamente relacionada por meio de nenhuma coletividade específica.

No ano seguinte, ao buscar mais informações sobre o DOI-CODI/RJ no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), conheci Fernando Palha Freire, que viria a ser o meu terceiro entrevistado. Na época da entrevista, em junho de 2004, Fernando trabalhava neste Arquivo, enviando ao governo estadual a documentação de requerentes

à reparação econômica, conforme constava no decreto n.º 31.995, de 10 de outubro de 2002. Este decreto regulamentava a lei estadual N.º 3.744, de 21 de dezembro de 2001, que, antes mesmo da lei federal 10.559/2002 entrar em vigor, dispunha sobre a reparação a pessoas que haviam sido detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 1º de abril de 1964 e 15 de agosto de 1979, e que haviam sofrido tortura em órgãos públicos estaduais.

Ao saber sobre o meu tema de pesquisa, um arquivista do APERJ me apresentou a Fernando, que não hesitou em me conceder seu depoimento. A entrevista foi realizada lá mesmo, dentro da sala em que Fernando trabalhava e, por ter sido concedida durante o horário de expediente, fomos constantemente interrompidos por ligações telefônicas. Ao longo de sua entrevista, Fernando confessou ter falado muitas vezes sobre suas memórias do período militar e que, justamente por entender a importância desse passado, havia sido nomeado para instruir os requisitantes à reparação estipulada pelo Decreto estadual N.º 31.995/2002. Dessa forma, justifica-se a apresentação tranquila e eloquente que conduz sua narrativa.

Três meses depois, no final de setembro, Padre Mário Prigol, da Paróquia de Nossa Senhora da Salete, localizada no bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro, me concedeu seu depoimento. Esta entrevista foi possível por intermédio de Alejandra, outra colega do curso de graduação em história da UNIRIO, que o conhecia por já tê-lo entrevistado sobre a sua participação nos movimentos da Juventude Operária Católica (JOC) e Ação Católica Operária (ACO).¹⁶

Durante a entrevista que me concedeu, Padre Mário falou muito sobre as lutas sociais que travou durante a ditadura militar, descritas no livro que havia acabado de publicar – *Mário Prigol: educador da fé entre trabalhadores e militantes populares*

¹⁶ Para mais informações, ver: Estevez, 2008.

(2003). Entretanto, sobre sua passagem pelo DOI-CODI/RJ pouco fazia questão de narrar, reconhecendo, em certo momento, que lá também havia sofrido com torturas, o que explica, em parte, o desconforto que as lembranças prisionais lhe traziam. Provavelmente, por sua prisão ter lhe colocado na época em uma posição extremamente conflitante e perturbadora para uma autoridade da Igreja Católica, anos mais tarde, essas memórias ainda eram difíceis de serem narradas e lembrar a violência sofrida dentro do DOI-CODI/RJ, possivelmente, trazia de volta alguns transtornos de ordem sentimental indesejáveis. Afinal, presume-se que na prisão seus sentimentos oscilassem entre os tipicamente humanos, tais como dor e raiva, e os cristãos, como fé e perdão; tais memórias remetiam a sentimentos humanos que ele, em respeito a sua vocação de padre, deveria renegar.

Decidida a ampliar ainda mais o escopo de minha rede de entrevistados, passei a frequentar as reuniões abertas ao público, às segundas-feiras à noite, na sede do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTMN/RJ), no bairro de Botafogo. O GTNM/RJ foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-prisioneiros políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar, bem como por familiares de mortos e desaparecidos políticos. O Grupo tornou-se, por meio das lutas em defesa dos direitos humanos, uma importante referência no cenário nacional. Ao longo dessas décadas, o GTNM/RJ vem lutando pelo esclarecimento das circunstâncias da morte e do desaparecimento de militantes políticos, pelo resgate da memória da repressão ditatorial, pelo afastamento imediato dos cargos públicos de pessoas envolvidas com a tortura e pela formação de uma consciência ética, condição que a entidade defende ser indispensável na luta contra a impunidade e pela justiça. Além disso, o Grupo vem denunciando antigos e novos casos de tortura, exigindo punição para seus perpetradores,

através de notas na mídia, entrevistas, atos públicos, seminários e outras atividades.¹⁷

Minha ida à sede do Grupo resultou na incorporação de duas novas entrevistadas a minha rede. A primeira delas foi Ana de Miranda Batista que, em 17 de novembro de 2004, me recebeu em uma das salas do próprio GNTM/RJ. Ana havia acabado de escrever seu memorial – onde narrava todas as perseguições e prisões que havia sofrido durante a ditadura militar – e o havia encaminhado à presidência da Comissão Especial da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, a fim de comprovar que fazia jus ao valor máximo da reparação prevista no Art. 5º da Lei Estadual nº 3.744, de 21 de dezembro de 2001. O ponto principal de seu argumento era que havia sofrido *todas as mazelas, prisões, torturas físicas e psicológicas, submetida pelas forças opressoras da época, fato este que até hoje tem consequências em sua vida.* (Batista, 2004: 10).¹⁸

Antes de começar a entrevista, Ana me concedeu uma cópia deste memorial, juntamente com a monografia do então Coronel de cavalaria Freddie Perdigão Pereira, fonte analisada no capítulo anterior, cujo teor havia lhe servido como evidência dos métodos violentos que ocorriam nas dependências do DOI-CODI.

Diante disso, conforme o esperado, seu depoimento oral apresentou um tom narrativo muito similar ao assumido no referido documento que havia recentemente escrito. Assim, orquestrada com o objetivo que tinha de conseguir a reparação do Estado, Ana buscou construir suas memórias de forma a ressaltar as violências sofridas, ou seja, priorizou a condição de “perseguida política e vítima da repressão militar”, em detrimento da de “lutadora revolucionária” em prol da democracia.

No final desse mesmo mês de novembro, entrevistei a então vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, Cecília Coimbra. Professora do

¹⁷ Para mais informações, acessar: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>

¹⁸ Memorial de Ana de Miranda Batista, parte do requerimento à indenização, enviado ao Secretário de Estado de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro pela própria, em outubro de 2004.

Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Cecília me recebeu em uma das salas do prédio dessa faculdade, localizada no campus do Gragoatá, na cidade de Niterói. Uma das fundadoras do GTNM/RJ, Cecília não mostrou nenhum pudor em lembrar as violações sofridas durante a prisão. Detalhou as torturas recebidas sem demonstrar constrangimento. Esta forma de lidar com o passado se explica pela maneira pela qual Cecília se auto-identifica. Afinal, devido a sua profissão de psicóloga e sua condição de líder de um grupo que luta por reparar os danos morais e físicos deixados pela tortura, entende a difusão dos detalhes de sua própria memória como uma arma poderosa para que a justiça seja feita em prol da redenção dos torturados e da penalização dos torturadores.

1.1. Os sujeitos e suas trajetórias

A partir da análise dos depoimentos, traça-se aqui a trajetória de vida de cada um dos entrevistados a fim de que sejam desvendados outros fatores que influenciaram a construção de suas memórias sobre o período em que estiveram presos no DOI-CODI/RJ. Este período se concentra no segundo semestre do ano de 1970, uma vez que foi nesse momento que todos os seis entrevistados por lá passaram. Este dado temporal em muito aproxima suas memórias, pois significa que estas se referem a uma mesma fase desse órgão repressivo. Isso permitiu até mesmo que tais memórias englobassem momentos compartilhados, já que alguns desses ex-prisioneiros lá se encontraram e até dividiram uma mesma cela.

No entanto, cabe aqui destacar que não houve qualquer intenção de entrevistar ex-prisioneiros que estivessem no DOI-CODI/RJ durante esse período. Conforme exposto anteriormente, a rede de entrevistas foi se desenhando de acordo com as oportunidades, o que torna o fato de todos terem por lá passado na segunda metade de 1970 não uma

feliz coincidência, como uma primeira impressão pode fazer crer, mas mais uma demonstração da alta eficiência dos DOI-CODI. Essas prisões correspondem justamente ao período em que o DOI-CODI/RJ passou a funcionar, em meados de 1970, demonstrando na prática o que foi dito no capítulo anterior: diante da grande demanda de ações que não eram eficientemente combatidas pelos órgãos de repressão anteriores, a sofisticação dos DOI “revolucionou” de fato a organização da repressão, agindo, já num primeiro momento, de forma avassaladora.

Antônio Leite de Carvalho¹⁹

Antônio Leite de Carvalho nasceu no Ceará em 13 de agosto de 1945. Quando era estudante secundarista, pertenceu ao movimento que se concentrava no Calabouço, restaurante estudantil próximo ao Aeroporto Santos Dumont do Rio de Janeiro, frequentado por estudantes que eram, como ele, secundaristas, pobres e, principalmente, procedentes de outros estados.

Em 1967, o governo apresentou planos para a demolição do Calabouço, sob a justificativa de construir em seu local um trevo rodoviário para desafogar o trânsito do Aterro do Flamengo. A partir disso, os estudantes começaram a protestar contra a sua demolição e criaram a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC). O governo, em maio daquele ano, conseguiu demolir o restaurante e entregou em setembro “o novo Calabouço” para os estudantes, porém, em situações precárias. Assim, a luta da FUEC continuou em prol da melhoria de suas condições de funcionamento e foi justamente em torno desses protestos que o primeiro grande conflito de rua do ano de 1968 ocorreu, sensibilizando a opinião pública e o movimento estudantil como um todo. No dia 28 de

¹⁹ Entrevistas realizadas com Antônio Leite de Carvalho em 12 de setembro de 2002 e 8 de fevereiro de 2003

março, policiais invadiram a tiros o restaurante do Calabouço, onde se preparava mais uma manifestação contra as péssimas condições do local, e mataram o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de dezoito anos. Este assassinato representou o estopim para o desencadeamento de amplas manifestações contrárias à ditadura ao longo do ano de 1968, que seriam cada vez mais reprimidas até se tornarem totalmente proibidas pelo AI-5.²⁰

A partir desse contexto de ilegalidades e proibições, Antônio se posicionou entre os estudantes que optaram por continuar a lutar contra a ditadura de forma radicalizada. Aproximou-se então do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), onde, logo em seguida, começou a militar. Antônio associa a sua adesão ao PCBR ao programa deste partido de esquerda, que tinha a guerrilha urbana como meio de luta para a derrubada da ditadura e implantação do socialismo no país, e principalmente, à admiração que tinha por um dos seus fundadores e líderes, Apolônio de Carvalho.

Como Antônio teve participação assídua em muitas passeatas do movimento estudantil de 1968, conheceu muitas lideranças de organizações que vinham se formando e buscavam adeptos em meio aos estudantes. Assim, foi apresentado e começou a admirar Apolônio de Carvalho, um dos grandes motivos que o levaram a, posteriormente, militar no PCBR, partido cuja formação, atuação e ideais serão abordados mais adiante. Apolônio de Carvalho era uma figura há muito atuante na política: havia lutado em favor dos republicanos na Espanha durante a Guerra Civil Espanhola, na Resistência Francesa contra o nazismo e participava do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando, em 1967, rompeu com este e foi um dos fundadores do PCBR.²¹

²⁰ Para mais informações, ver: Silva, 2009: 108-132.

²¹ Em 1967, Apolônio rompeu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e se tornou um dos fundadores do PCBR, partido em situação clandestina na época, motivo que o levou a ser preso. Juntamente com outros 39 presos políticos, Apolônio foi trocado pelo embaixador alemão, que, em 11 de junho de 1970,

O partido era o PCBR, que possuía uma grande figura que se chama Apolônio de Carvalho, que pertence hoje ao PT, ele era uma grande liderança do partido, havia participado da Revolução Espanhola, da resistência ao nazismo na França, um homem respeitado mundialmente pela sua coragem e pela luta a favor da democracia e contra os ditadores, ele era a minha grande liderança. (Carvalho, 12 set. 2002)

Em 1970, aos 25 anos, Antônio Leite de Carvalho foi preso. No momento de sua prisão, estava à espera de outro militante do PCBR na rua, em um ponto de encontro que havia combinado com ele. Relacionando o depoimento de Antônio com as estratégias de captura dos DOI analisadas no primeiro capítulo, percebe-se que, como o companheiro de Antônio havia sido capturado antes de ir ao seu encontro, acabou informando aos agentes de umas das *turmas de interrogatório preliminar* do DOI-CODI/RJ, muito provavelmente, sob tortura, o horário em que Antônio estaria no lugar marcado. A partir disso, a informação foi repassada à *Seção de busca e apreensão* e agentes de uma das turmas que a formavam se encaminharam até o local, com carros e roupas descaracterizadas, como de praxe, e levaram Antônio algemado para o DOI-CODI/RJ, onde ficou preso durante cerca de três meses:

Eu fui preso na rua. Eu tinha um encontro com outro militante, mas esse militante foi preso e, sob tortura, no DOI-CODI, aqui no 1º BPE da Rua Barão de Mesquita, ele abriu o ponto, quer dizer, o ponto era o local de encontro que a gente chamava de ponto: “Tenho um ponto com fulana”, quer dizer que você tinha um encontro. Ele abriu o local de encontro que eu teria com ele e aí eu fui preso pelo DOI-CODI. (Carvalho, 12 set. 2002)

havia sido sequestrado por esquerdistas integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), vivendo algum tempo exilado na Argélia. Após a implantação da Lei de Anistia no Brasil, em 1979, ele e sua família retornaram à terra natal, onde participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Apolônio faleceu em setembro de 2005, aos 93 anos (Carvalho, 1997: 13-16).

Antônio ressalta que durante a sua prisão no DOI-CODI/RJ esteve junto a Fernando Gabeira e Daniel Aarão Reis Filho. Ambos haviam participado do sequestro do embaixador americano, no dia 4 de setembro de 1969, e, por terem conseguido trocar o embaixador por quinze presos políticos, que foram exilados no México, haviam se destacado entre os militantes da esquerda armada. Além disso, como na época em que Antônio concedeu as entrevistas, Gabeira e Daniel Aarão eram pessoas publicamente reconhecidas pela luta contra a ditadura e também por suas atividades profissionais – Gabeira como jornalista e então deputado federal e Daniel Aarão como intelectual –, percebe-se que o fato de ter tido contato com eles na prisão é importante para a leitura que Antônio faz sobre suas memórias, injetando-lhes certo orgulho. Afinal, apesar de não ter participado do sequestro, Antônio também havia sido preso e torturado por pegar em armas contra a ditadura, logo, o fato de ter convivido na cadeia com essas figuras já reconhecidas pelos feitos desse mesmo passado, lhe trazia, no presente, uma dimensão positiva sobre suas memórias:

Fiquei preso com pessoas que ficaram famosas, como o Fernando Gabeira, que depois se tornou parlamentar, foi candidato ao governo do Estado, foi candidato a prefeito e hoje é deputado federal. Também o Daniel Aarão Reis, renomado professor de História; e uma série de outros que hoje estão aí pelo governo, inclusive, em diversos governos. (Carvalho, 12 set. 2002)

Após o tempo em que esteve preso no DOI-CODI/RJ, Antônio foi transferido para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde permaneceu por um período de dois ou três meses, sendo, então, libertado. Na época em que concedeu a entrevista, Antônio, além de bancário aposentado, trabalhava como dirigente sindical em um cargo eletivo.

Dulce Chaves Pandolfi²²

Dulce Chaves Pandolfi nasceu em Recife no dia 14 de dezembro de 1948. Cursava Ciências Sociais em Pernambuco quando, em 1967, entrou para o Diretório Acadêmico, se tornando pouco depois secretária geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE). A partir de dezembro de 1968, com o AI-5 extinguindo os grêmios estudantis e substituindo-os por centros cívicos sem autonomia, que não podiam realizar atividades de natureza política, a opção de fazer parte da ALN era, para Dulce, uma forma de continuar lutando por uma “sociedade mais igualitária”. Além disso, era, sobretudo, um meio de derrubar o regime militar em vigor, como se pode conferir na passagem abaixo:

[...] a gente queria transformar a sociedade, a gente queria o socialismo, uma sociedade igualitária. Mas, tinha uma fase anterior, que era exatamente a de querer derrubar a ditadura, essa era a meta principal de todos. Sabíamos, inclusive, que o socialismo não era uma meta imediata, era uma luta em longo prazo. [...] então, a nossa luta inicialmente era para ser instalado o regime democrático, era a luta contra a ditadura. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Ressalta-se, entretanto, que a opção de Dulce, assim como da maior parte dos estudantes que a partir do AI-5 se juntaram às organizações esquerdistas de luta armada, estava inserida no contexto mundial de 1968. Este, por sua vez, influenciava-se pela vitória da Revolução Cubana, em 1959; pela independência da Argélia, em 1962; pela Guerra Fria que acabou por deflagrar, entre os anos de 1959 e 1975, a Guerra do Vietnã e, por meio desta, o enfrentamento indireto de Estados Unidos e União Soviética; e pela rebelião estudantil mundial, iniciada a partir do “maio francês de 1968”, que começou por meio de uma manifestação estudantil pontual, questionadora de atitudes culturais

²² Entrevista realizada com Dulce Chaves Pandolfi em 5 de fevereiro de 2003.

tradicionais e conservadoras, e, rapidamente, atingiu a proporção de uma “revolução cultural mundial”. Percebe-se então que o horizonte nesse momento era revolucionário e, principalmente entre os jovens, impulsionava a percepção de que os partidos tradicionais de esquerda estavam desacreditados e que era hora de uma nova geração partir para a ação direta rumo à revolução.

Assim, diferente de como é narrado por muitos ex-prisioneiros políticos em tempos já democráticos, que, tais como Dulce, veem a democracia do presente como uma conquista positiva e por isso, inconscientemente, permitem que essa visão atual influencie suas memórias de luta, percebe-se aqui que a democracia não prevalecia entre os ideais das organizações de luta armada da época, muito pelo contrário. Afinal, acredita-se que, em meio ao contexto mundial do momento, as esquerdas armadas tinham uma perspectiva, de fato, revolucionária, ou seja, valorizavam a revolução muito mais que a democracia, que, inclusive, nesse momento, estava diretamente associada aos Estados Unidos e, conseqüentemente, ao sistema capitalista. Como aponta Daniel Aarão na obra *a Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (2000):

a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia. (Aarão Reis, 2000: 70)

A democracia só começou mesmo a ser valorizada a partir do final da década de 1970, já em uma nova conjuntura, onde já existiam outros significados, tais como os direitos humanos e a luta pela anistia. No entanto, por outro lado, nota-se que, conforme destacado por Dulce, a luta contra ditadura era também um dos objetivos principais da esquerda armada no final dos anos 1960. Dessa forma, apesar da luta contra ditadura, na época, estar totalmente vinculada à revolução socialista, é compreensível que a democracia tenha em tempos recentes um papel destacado entre as memórias dos ex-

guerrilheiros. Tal como analisa Marcelo Ridenti em *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para pesquisadores* (2004), nota-se aqui que a face de resistência à ditadura das experiências guerrilheiras passou a importar mais, após a implantação da democracia, que a ofensiva revolucionária, ao contrário da intenção original dos guerrilheiros. Afinal, foi esta face que teve o objetivo alcançado, ou seja, saiu-se vencedora.

Após o AI-5, Dulce optou então por militar na Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de esquerda armada que será abordada ainda neste capítulo. Assim, no ano de 1970, sabendo que estava sendo procurada pela repressão por conta de sua militância clandestina, Dulce se mudou para a cidade do Rio de Janeiro. Sete meses depois, no dia 14 de agosto, foi presa na casa do seu namorado e levada direto para o DOI-CODI/RJ, onde permaneceu cerca de três meses:

[...] fui presa na casa do meu namorado; nós fomos presos à noite, no dia 14 de agosto. Fui levada direto para PE. Fiquei na PE, mais ou menos, uns três meses... fiquei até novembro, comecinho de dezembro, eu acho. Depois eu fui transferida para o DOPS. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Após permanecer presa no DOI-CODI, Dulce foi levada para o DOPS e, depois de seu julgamento, foi transferida para o presídio Talavera Bruce, prisão feminina de regime fechado, com grau de segurança máxima, localizada no bairro de Bangu. Passado um ano, foi levada de volta para Recife, sua cidade natal, onde finalmente foi libertada. Encontrou-se prisioneira por mais de um ano, de agosto de 1970 até dezembro de 1971:

[...] depois de um tempo, praticamente um ano que eu estava presa, fui levada para Recife, porque eu também tinha processo lá, e, de lá, eu saí. Fui

solta lá em Recife, depois de um ano. Saí em dezembro de 1971, fui presa em agosto de 70 e fui solta em dezembro de 71. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Dulce no momento de sua entrevista já era professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ofício que exerce até os dias de hoje.

Fernando Palha Freire²³

Fernando Palha Freire nasceu em Belém (PA) e se mudou para o Rio de Janeiro no fim de 1964. Antes de vir para o Rio, ainda adolescente, aprendeu alguns fundamentos marxistas com sua irmã mais velha, já universitária, que lhe deu o que ele chamou de uma “noção de mundo”. Quando se mudou para o Rio de Janeiro, Fernando, mesmo jovem, já havia se definido esquerdista.

À época do AI-5, Fernando tinha muitos amigos que militavam em uma Dissidência do Partidão de Niterói, a Dissidência do Estado do Rio de Janeiro, que, em meados de 1969, foi desmontada através da prisão de seus integrantes pelo órgão de repressão da Marinha, o Centro de Informações da Marinha, o CENIMAR. Como esta organização não tinha um nome específico, para noticiar o seu desmonte na imprensa com um efeito grandioso, os militares daquele órgão optaram por nomeá-la de Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), fazendo alusão à data em que Che Guevara havia sido capturado na Bolívia, morrendo no dia seguinte. Foi inclusive, a partir disso, que a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB)²⁴, para provocar o governo ditatorial que há pouco havia noticiado o desmonte do perigoso “MR-8”,

²³ Entrevista realizada com Fernando Palha Freire em 28 de junho de 2004.

²⁴ Tais organizações de esquerda da época ainda serão abordadas neste capítulo, no item 1.2. *A nova esquerda brasileira*.

assinou em co-autoria com a ALN o sequestro do embaixador norte-americano, autointitulando-se MR-8, como passou desde então a ser conhecida.²⁵

[...] quando veio o golpe, minha irmã já era universitária, eu era um garoto, eu tinha quinze anos [...] ela que me deu mesmo uma noção de mundo, de marxismo. Quando veio o golpe, nós morávamos em Belém. No final de 64, eu estava me mudando para o Rio de Janeiro, já com essas noções de justiça social que eu havia aprendido com ela. Digamos assim, eu já era definitivamente um cara de esquerda. Aí veio a luta armada [...] a primeira organização [desmontada pelos militares] era o MR-8, uma organização de Niterói, uma dissidência do Partidão [PCB] de Niterói, onde muitos de seus integrantes eram meus conhecidos, meus amigos... então, quando esses caras foram presos, eu já era, digamos assim, um simpatizante dessa organização, não era militante, mas era simpatizante [...] (Freire, 28 jun. 2004)

A partir dessa ligação com outros militantes, Fernando optou pela luta armada e passou a militar na ALN, mesma organização de Dulce. Sua militância, porém, concentrava-se em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, onde morava e estudava economia, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Assim, em 1970, Fernando e outros militantes da ALN próximos a ele resolveram planejar uma ação para que muitos de seus companheiros, inclusive os do antigo MR-8, fossem libertados.

No dia 1º de julho de 1970, aos 22 anos, Fernando participou do sequestro de um avião da Companhia Cruzeiro do Sul que ia do Brasil para a Argentina, com o objetivo de negociar a troca dos passageiros por quarenta presos políticos:

[...] a gente pensou em fazer uma ação, ação no sentido de tentar libertar esse pessoal... Na época, já tinham sequestrado o embaixador americano e trocado por quinze presos políticos [...] Então, nesse sentido, a gente resolveu planejar o sequestro de um avião. A gente sequestrou um avião com o objetivo de trocar os passageiros por quarenta presos políticos. Quer dizer,

²⁵ Para mais informações sobre a mudança de nome da Dissidência da Guanabara para MR-8, ver: Berquó, 1997: 72-73.

a gente entrou num processo de radicalização mesmo. A gente queria era a libertação [...] só que essa ação não deu certo [...] (Freire, 28 jun. 2004)

O sequestro parecia correr como o planejado. Durante o vôo, Fernando e os outros militantes, conseguiram desviar a rota, que saía do Rio de Janeiro para Buenos Aires com escala em São Paulo, fazendo o avião retornar ao Rio. Porém, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o Galeão, oficiais da Aeronáutica cercaram o avião e conseguiram render os opositores políticos envolvidos na operação antes que eles conseguissem negociar a troca dos reféns pelos quarenta prisioneiros políticos. Durante o combate, um dos sequestradores, irmão de Fernando, levou um tiro, vindo a falecer horas depois:

A gente chegou a desviar o avião, um avião que ia pra Argentina com uma parada em São Paulo, a gente mandou o avião voltar e quando chegamos ao Rio, o avião foi cercado. Os caras chegaram com gás lacrimogêneo, lama, arma e nessa ação o meu irmão foi baleado e depois morreu. Eles mataram meu irmão! A gente foi preso pelo CISA, que era a força secreta da Aeronáutica [...] Já na descida do avião, a gente apanhou não se sabe de quem e nem por onde. Depois fomos torturados no aparelho de repressão deles lá dentro e de lá fomos transferidos pro DOI-CODI, na PE. (Freire, 28 jun. 2004)

Primeiramente aprisionado pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Fernando foi pouco tempo depois transferido para o DOI-CODI/RJ, onde permaneceu cerca de dezoito a vinte dias. Posteriormente, voltou para as dependências do CISA, no aeroporto do Galeão, onde ficou cerca de oito meses até ser julgado. Após seu julgamento, foi conduzido para o Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), presídio de segurança máxima localizado em Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. Para Fernando, em meio às privações que vivia nos órgãos de repressão, ser transferido para um presídio de fato, como o da Ilha Grande, era, na época, um desejo.

Afinal, além de saber que lá estavam alguns de seus companheiros, no IPCM existia uma rotina de presídio normal, com direito a jogar futebol no pátio, a ler jornais e livros, situação bem diferente da dos DOI-CODI, por exemplo, que, conforme destacado no capítulo anterior, eram órgãos estritamente de repressão e investigação, localizados em quartéis, cuja prisão era improvisada apenas para cumprir tais funções:

Oito meses foi o tempo que a gente ficou lá na Aeronáutica. E aí, o que é a perspectiva de vida? Os sonhos da gente... Você, quando está preso, o seu sonho é fugir, realmente, mas se você não tem perspectiva de fuga, o seu sonho é o quê? É ir pra uma coletividade onde estão os outros presos. Então meu sonho passou a ser esse: ir pra Ilha Grande. [...] lá eu sabia que os companheiros estavam lá, sabia que tinha uma 'peladinha', que a gente podia bater uma bola, campeonato de xadrez, livros para ler, coisa que esses caras sacaneavam tanto a gente, que nem livros. Jornal? Rádio? Essas coisas? Nem pensar... Então, meu sonho era Ilha Grande... Apesar de ser um lugar horroroso. Era na época um presídio de segurança máxima, isolado. (Freire, 28 jun. 2004).

Fernando permaneceu mais de seis anos na prisão, sendo libertado no dia 29 de setembro de 1976. Ele e os demais companheiros envolvidos no sequestro tiveram suas condenações embasadas no artigo 28 do Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969, que alterava a Lei de Segurança Nacional. A partir deste artigo, ficava estipulada uma pena de reclusão que poderia variar de 12 a 30 anos para quem devastasse, saqueasse, assaltasse, sequestrasse, incendiasse, depredasse ou praticasse qualquer tipo de atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo. Além disso, no mesmo artigo, havia um parágrafo único, decretando que, se a ação resultasse em morte, a condenação seria, no mínimo, à prisão perpétua e, no máximo, à morte:

Art. 28. Devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo:

Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:

Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo. (Decreto-lei n.º 898, 29 set. 1969)

A partir desse decreto, durante o julgamento de Fernando, tentaram condená-lo à prisão perpétua, baseando a argumentação no fato do sequestro do avião ter acarretado uma morte, no caso, a de seu irmão. No entanto, como esta morte foi ocasionada pela repressão militar, a pena de Fernando ficou estipulada em doze anos de reclusão, e, mais adiante, reduzida para seis anos:

[...] tinha uma lei de segurança nova entrado em evidência, os caras queriam dar o exemplo com pena de morte ou prisão perpétua etc., e nós fomos os primeiros casos de pena de morte que eles pediram. O meu, o de Colombo, Jessie Jane - Jane é a ex-diretora daqui [Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ] [...] tinha um artigo vinte e oito que previa pena capital ou prisão perpétua em caso de morte. Só que quem morreu foi um dos nossos, o meu irmão foi morto por eles, e eles, em cima disso, tentando aplicar essa pena, só que não colou! E eu peguei doze anos; Colombo pegou trinta, mas era menor, aí caiu pra dezoito; a Jane, de vinte e quatro, parece que a Jane caiu pra dezoito. E eu, como tinha a questão de ser primário, não sei mais o quê, enfim, quer dizer, eu estou resumindo... Aí, por conta disso, fui condenado e fiquei seis anos [...] (Freire, 28 jun. 2004)

Na época da entrevista, Fernando trabalhava no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), onde possuía um cargo de confiança, conforme explicado anteriormente. Hoje, Fernando Palha Freire é comerciante, responsável pela cantina do primeiro piso do prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Padre Mário Prigol²⁶

Padre Mário Prigol nasceu em 12 de novembro de 1928, em Vila Gramado, no município de Paulo Bento, no Rio Grande do Sul. Em 1970, quando foi preso, era assistente da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO), grupos ligados à Igreja Católica, criados para atender a problemas de jovens e adultos trabalhadores.²⁷ Após o golpe de 1964, organizações como a JOC e a ACO ganharam força entre muitos trabalhadores, devido às dificuldades impostas pelo governo militar para a organização em sindicatos:

A sede nacional da JOC era aqui no morro de São José Operário, atrás da Penitenciária [antigo Complexo Penitenciário Frei Caneca], era na favela [...] eu trabalhei com a JOC de São Paulo e depois vim para cá, trabalhava na Ação Católica Operária, que hoje se chama MTC, Movimento dos Trabalhadores Cristãos. Esse movimento preparava os jovens e adultos dos sindicatos, dos partidos políticos, de todos os setores da sociedade onde há trabalhadores que procuram descobrir os acontecimentos, a situação operária e, sobretudo, melhorar a sua condição de trabalhador. E vamos lembrar que naquela época havia a nova lei [lei 4.589/64], que só podia ser diretor do sindicato quem não tinha nada que comprometesse, então, todos aqueles que lutavam pela greve, contra a punição da greve, ou, de forma geral, pelos trabalhadores não podiam ser nem diretores de associações, nem diretores de sindicatos [...] só poderia ser diretor de sindicato quem fosse aprovado pela Lei de Segurança Nacional. (Prigol, 28. set. 2004)

Padre Mário se destaca entre os ex-prisioneiros entrevistados por, além de ser uma autoridade de uma instituição de importância mundial como a Igreja Católica, sua atuação ser diferente da dos demais, não estando ligada à esquerda armada da época e ao meio estudantil. Quando foi preso no DOI-CODI/RJ, em 1970, Padre Mário já não era mais tão jovem para ser estudante e sua formação política não era a mesma da

²⁶ Entrevista realizada com Padre Mário Prigol em 28 de setembro de 2004.

²⁷ A JOC e ACO serão abordadas ainda neste capítulo, no item 1.2. *A nova esquerda brasileira.*

geração que pegava em armas, já que sua intenção, enquanto assistente da JOC e da ACO, era ajudar os trabalhadores a garantirem os seus direitos e, para tanto, opunha-se às leis impostas pela ditadura, solidificando entre os integrantes dessas associações uma consciência de reivindicação classista sem, entretanto, aspirar propriamente a uma revolução socialista.

Percebe-se, porém, que a concomitância entre os períodos prisionais de Padre Mário e os demais entrevistados não é casual. Afinal, diante da ideia de revolução socialista que guiava as ações armadas, que se multiplicavam e ganhavam força após o AI-5, a consciência de reivindicação de classe que a JOC e, conforme será abordado adiante, principalmente, a ACO disseminavam aos seus trabalhadores eram interpretadas como ameaçadoras pela repressão. Uma vez que as organizações guerrilheiras tinham por meta justamente conseguir apoio da classe trabalhadora para concluírem o plano de revolução socialista e o trabalho da JOC e da ACO vinha unindo e organizando uma percepção de classe justamente entre os trabalhadores, havia uma forte propensão que futuramente tais trabalhadores se unissem à esquerda em prol da revolução socialista.

Diante disso, explica-se o fato de Padre Mário ter sido preso em meados de 1970 pelos agentes de uma das *turmas de busca e apreensão* do DOI-CODI/RJ durante a invasão feita ao Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (IBRAES), que funcionava na Casa dos Jesuítas, localizada na Rua Bambina, no bairro de Botafogo. Ele, outros integrantes da JOC e os demais estudantes que assistiam ao curso de desenvolvimento social foram levados ao DOI-CODI/RJ. Este curso tinha duração de aproximadamente oito meses, ao longo dos quais os alunos adquiriam informações sobre o sistema político e econômico do Brasil.

Dias antes dos agentes chegarem até o curso, toda a direção nacional da JOC havia sido presa, inclusive, dois alunos do IBRAES que foram levados ao DOI-CODI/RJ, onde, possivelmente, sob tortura, passaram aos agentes da *turma de interrogatório preliminar* de plantão informações sobre o curso que estava ocorrendo na Rua Bambina. Assim, quando os agentes do DOI-CODI/RJ chegaram ao local, prenderam todos que estavam participando do curso, levando primeiro os militantes e depois os padres. Entre eles estavam Padre Mário e Padre Agostinho de Freitas, na época, assistente latino-americano da JOC:

Nós fomos presos, não por causa do curso, mas porque esses elementos do DOI prenderam esse pessoal da JOC, considerados subversivos, e procuravam um dos assistentes que já tinha sido acusado em Belo Horizonte de ser subversivo, o Padre Manuel de Jesus. Ele foi assistente nacional da JOC, mas na época não era mais assistente, [...] então, para prender Manuel de Jesus, foram prendendo toda a direção nacional da JOC, que foram torturados barbaramente, torturas, como por exemplo, os homens, sexualmente, em todos os aspectos foram torturados. Eram quatro jovens homens e quatro jovens mulheres, e, entre esses jovens, havia dois alunos do IBRAES, onde eu fazia curso, onde vários desses militantes da JOC também participavam, inclusive o Manuel de Jesus. Então, no IBRAES, os militantes da JOC foram levados presos primeiro e nós, padres, depois, e, mais ainda, foi preso o assistente latino-americano da JOC, Padre Augustinho Freitas, que hoje trabalha em Nova Iguaçu... Então, todos nós fomos presos [...] (Prigol, 28 set. 2004)

Ao ser preso, Padre Mário foi levado diretamente para o DOI-CODI/RJ, onde, juntamente com os outros padres, permaneceu por 54 dias, enquanto os jovens militantes da JOC permaneceram por cerca de três meses. Por ser padre, sua prisão foi interrompida pela intervenção de cardeais, como explica no trecho a seguir, destacado de seu livro autobiográfico:

D. Trevisan, D. Waldir, Dom Aloísio e Padre Celso Pinto, que estava ligado ao Secretariado dos Leigos da CNBB [Conferência Nacional de Bispos do Brasil], informaram a nossa situação aos cardeais. Mais tarde, com a libertação de alguns de nós, realizamos um encontro para discutirmos as humilhações que sofremos. (Prigol, 2003: 117).

Na época em que a entrevista foi concedida, Padre Mário, aos 75 anos, era missionário saletino, trabalhava na Paróquia de Nossa Senhora da Salette, no Catumbi, e ainda ocupava o cargo de assistente do MTC (Movimento dos Trabalhadores Cristãos), antiga Ação Católica Operária (ACO). Atualmente, aos 83 anos, Padre Mário ainda permanece ativamente nessas mesmas funções.

Ana de Miranda Batista²⁸

Ana Bursztyn, nome de solteira de Ana de Miranda Batista, nasceu no Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1948. Era militante estudantil, enquanto cursava Farmácia na UFRJ. Foi presa pela primeira perto do clube Botafogo de Futebol e Regatas, localizado na Avenida Venceslau Brás, no bairro de Botafogo, em junho de 1968, juntamente com trezentos estudantes. Ela e os demais haviam participado de uma assembleia estudantil na reitoria da UFRJ, no campus da Praia Vermelha, que reivindicava mais verbas do governo federal para o ensino superior. Os policiais a levaram para o DOPS, libertando-a no dia seguinte. Eleita, em outubro de 1968, representante dos estudantes de seu curso, participou do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, quando foi novamente capturada pela polícia, com mais de 800 estudantes, permanecendo pouco mais de uma semana em reclusão:

Até 1968 eu fazia parte do Movimento Estudantil do Diretório da Faculdade, tudo que tinha de movimento estudantil fazia parte da minha preocupação.

²⁸ Entrevista realizada com Ana de Miranda Batista em 17 de novembro de 2004.

Em junho, a gente foi preso no campus de Botafogo [...] Nesse dia em que eu fui presa pela primeira vez, foi um dia que cerca de trezentos estudantes foram presos, porque, como a gente estava batalhando por mais verbas, era um dia em que o Conselho Universitário estava reunido na Praia Vermelha, já que a reitoria era na Praia Vermelha [...] lá pelas tantas, veio uma notícia de que tinham cercado a universidade [...] e a gente não estava esperando isso, a gente fazia umas passeatas na cidade, mas a barra não era pesada [...] Aí, o reitor decidiu sair na frente dos estudantes, e atrás dele, saíram as lideranças das faculdades - eu era a liderança da minha faculdade - e depois uns trezentos estudantes. Aí, eles começaram a atirar para baixo, para o chão [...] e a gente saiu correndo, sem enxergar nada, e a polícia dando porrada e a gente sem enxergar nada (risos). Fomos então andando em direção ao túnel, quando alguém disse: “- Vem por aqui, por aqui!” Sem saber que era uma cilada, fomos quase os trezentos para lá. Quando a gente entrou: “- Todo mundo pro chão!” Fomos presos no DOPS naquele dia e passamos a noite lá [...]. Daí é que a gente começou a fazer as grandes passeatas na cidade, até que começou a ter passeata sempre, mobilizações [...] Em outubro de 68, a gente foi para o Congresso de Ibiúna, em São Paulo, que foi um congresso da UNE, que estava clandestina na época, onde fomos todos presos. Foi aí é que ficou preso, não sei, cerca de oitocentos estudantes. Eles até fizeram um álbum, ficharam todo mundo. Esse foi o álbum que eles mostravam na imprensa e nos cartazes depois, porque, evidentemente, quando a barra pesou, metade das lideranças do movimento estudantil foi para a luta armada [...], mas a gente ficou uma semana preso e, depois de uma semana ou dez dias, a gente saiu. Mas a barra começou a pesar mesmo, a partir de 13 de dezembro, com o AI-5 [...] (Batista, 17 nov. 2004)

Após o decreto do AI-5, Ana, assim como Antônio, se aproximou de alguns integrantes do PCBR, porém, diferentemente dele, não chegou a militar no partido, tornando-se, tal como Dulce e Fernando, militante da ALN. Em São Paulo, para onde fugiu quando estava sendo perseguida, Ana foi presa, no dia 14 de julho de 1970, dentro do magazine Mappin, no centro da cidade. Na situação, Ana portava uma arma e

carregava carteira de identidade falsa, pela qual se chamava Nádia Zanzin, conforme descreve na passagem abaixo:

Quando eu saí da casa que a gente estava, o Bacuri [codinome de Eduardo Collen Leite, seu companheiro de organização] me deu uma arma e dezoito cápsulas, porque eu estava sendo procurada. [...] eu estava com uma carteira de identidade falsa, me chamava Nádia Zanzin [...] fui presa então com nome falso e foi um bafafá, o cara quis me tirar a arma da mão e então eu reagi, teve um tiro [...] Naquele dia, eu tinha perdido o ‘ponto’ [ponto de encontro com outro militante] porque eu fiquei conversando com a minha amiga e cheguei atrasada. O ponto era perto do centro da cidade e, como eu tinha que esperar duas ou três horas até o próximo encontro, eu fiquei rodando por lá, onde entrei numa loja grande, como se fosse a antiga Mesbla [...] chamava-se Mappin. Lá eu fiquei comprando coisas para maquiagem, para mudar a minha cara [...] Lá dentro, eles tinham vários seguranças e um ou dois deles ficaram em dúvida se tinham reconhecido ou não quem eu era e se aproximaram de mim. Eu estava na fila para pagar, quando se eles se aproximaram e disseram: “- Essas coisas, a senhora paga em outro lugar.” Aí eu: “- Mas eu estou na fila para pagar.” Aí eles: “- Vem com a gente que a senhora vai pagar em outro lugar!” Então, entrei no elevador e fui parar no sétimo andar, na parte de segurança da loja. Lá eles queriam que eu me explicasse. Eu tirei tudo o que eu tinha da bolsa, eu fui tirando e mostrei para eles que estava com dinheiro na bolsa e estava na fila para pagar. Aí, eles: “- Não, não é isso não, mas a gente precisa revistar”. E eu fui tirando tudo da bolsa para ver se eles não me revistavam, mas eles: “- Não, a gente vai revistar!” Aí começaram a lutar, começou um pega bolsa e tira bolsa que eu não queria, porque a arma estava no fundo da bolsa. Aí, eu falava: “- Não, mas não precisa, está tudo aqui”. Mas não era isso, não era porque eles achavam que eu estava roubando, eles desconfiavam de alguma coisa e não sabiam bem o quê e resolveram me revistar. Aí, eu reagi. Depois disso, chamaram o delegado e me botaram amarrada na cadeira lá em cima, no andar da segurança da loja. (Batista, 17 nov. 2004)

Esse mesmo episódio foi retratado, dois dias depois, em um trecho do *Jornal da Tarde* de 16 de julho de 1970, conforme Elio Gaspari destaca em seu livro *As Ilusões Armadas: a Ditadura Escancarada* (2002):

[...] Ana Bursztyn, ex-estudante de farmácia, presa [...] no magazine Mappin. Um vigilante desconfiara ao vê-la colocar cosméticos numa sacola (da loja) e levou-a a uma sala, onde estava o chefe de segurança. Ana meteu a mão na bolsa, puxou um Taurus 32, feriu-o com um tiro na perna, mas não conseguiu fugir. (Gaspari, 2002: 299-300)

De fato, no momento de sua prisão, Ana resistiu e disparou um tiro, atingindo no pé um dos seguranças da loja, que era policial militar. Naquele dia, Ana foi levada presa sem saber o que de fato tinha ocorrido com aquele homem. Assim, em novembro de 1970, mês do aniversário da “Intentona Comunista” de 1935, Ana, ainda presa, leu em um jornal uma relação de mortos pelos terroristas, divulgada pelos órgãos de segurança do governo. Lá o homem em quem havia atirado estava listado como morto e ela como sua assassina. Ana passou a carregar a culpa de tê-lo matado, até que, algum tempo depois, ao vê-lo assistindo a seu julgamento, constatou que o segurança havia sobrevivido e que aquela notícia era mais um dos boatos que o governo na época costumava veicular na imprensa, a fim de manipular a opinião pública:

Depois disso, durante anos, quando eu estava presa, no dia da Intentona Comunista, que eu acho que é novembro de 1935, colocavam nos jornais, em todos os jornais, uma relação dos mortos pelos terroristas entre aspas, que éramos nós [...] eu li que o cara lá, Izidoro Zambaldi, foi morto pela terrorista Ana Bursztyn. Ele na hora da briga, eu briguei com ele, ele recebeu um tiro, acho que no pé, esbarrou assim no pé, ele ficou uns dias internado e saiu, ele estava no meu julgamento, na audiência. Quer dizer, e, durante muito tempo, eu achando que tinha o matado. Era um dos que eles

contabilizavam como mortos por nós. E, provavelmente, ele está aí vivo até hoje [...] (Batista, 17 nov. 2004)

Ana foi presa, portanto, por ter sido reconhecida por um policial que também trabalhava como segurança para a loja Mappin. Provavelmente, isso ocorreu pelo fato dos organismos de repressão colarem pelos muros da cidade, bem como distribuírem nos estabelecimentos privados, muitos folhetos e cartazes com fotos dos “terroristas procurados” pela ditadura militar, entre os quais, Ana. A divulgação de tais fotos era mais uma forma que os agentes da repressão utilizavam para cercar os suspeitos. Assim, qualquer pessoa poderia denunciar e qualquer policial poderia prender tais suspeitos. No entanto, caso a prisão não fosse feita pelos agentes do DOI-CODI da respectiva Região Militar, obrigatoriamente, depois de preso, o cidadão considerado “subversivo” deveria ser para lá transferido, conforme ocorreu com Ana. Afinal, como já analisado no primeiro capítulo, o DOI-CODI de cada Região concentrava as informações sobre segurança interna de cada área, portanto, lá existiam as condições necessárias para que a extração e análise das informações que os prisioneiros detivessem fossem trabalhadas de forma mais eficiente.

Diante disso, Ana, nos primeiros dias de prisão, passou pelo DOPS-SP e, em seguida, pelo DOI-CODI/SP, sendo posteriormente transferida para o DOI-CODI/RJ. Lá permaneceu por um mês, voltando para DOI-CODI/SP, passando ainda pelo DOPS/SP. Depois de julgada, foi levada para o Recolhimento de Presos Tiradentes – localizado na Rua Tiradentes, na cidade de São Paulo –, para o Presídio de Mulheres – localizado no antigo Complexo Penitenciário do Carandiru, também na cidade de São Paulo –, e ainda passou por delegacias das polícias Federal do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelo Presídio do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e, por fim, pelo Depósito de Presas São Judas Tadeu, localizado no prédio do DOPS-RJ. Permaneceu

presa por cerca de quatro anos, conseguindo liberdade condicional em fevereiro de 1974.

Ana de Miranda Batista, nome que adotou depois de casada, é farmacêutica bioquímica e, na época em que concedeu a entrevista, era ativista do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ).

Cecília Coimbra²⁹

Cecília Maria Bouças Coimbra nasceu no Rio de Janeiro em 16 de março de 1941. Ao ingressar no curso de História da Universidade do Brasil, atual UFRJ, Cecília que era, por descendência familiar, “conservadora e católica”, em suas próprias palavras, começou a questionar-se política e religiosamente. Iniciou, assim, sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), clandestino na época. Entre 1962 e 1963, trabalhou em um programa de alfabetização de adultos pelo método do educador Paulo Freire, fato que visivelmente a marcou muito. Após o golpe de 64, Cecília continuou militando no Partido Comunista, porém, com muitas discordâncias, até quando começou a fazer parte de uma das dissidências do referido partido, a Dissidência Comunista da Guanabara, a que ela se refere por “PC da Guanabara”:

[...] eu vim de uma família muito tradicional, extremamente tradicional, meu pai era um conservador, era um cara que, era português, a favor do regime ditatorial de Salazar. A minha mãe era extremamente católica. Tanto que quando eu entrei para faculdade para fazer História, eu era uma pessoa extremamente conservadora. Era lacerdista, a favor do Carlos Lacerda, contra João Goulart, contra os comunistas. A minha família era muito anticomunista! E, quando eu entrei para a faculdade, eu até falei isso na entrevista para a ‘Caros Amigos’ [sua entrevista havia sido capa da Revista Caros Amigos naquele mesmo mês], comecei a ter contato com algumas

²⁹ Entrevista realizada com Cecília Maria Bouças Coimbra em 30 de novembro de 2004.

peças que eram comunistas e eram pessoas muito interessantes, muito inteligentes e eram pessoas com as quais as dúvidas que eu tinha com relação à religião eu comecei a tirar. Porque eu comecei a ler marxismo, aí eu comecei a ler materialismo histórico, materialismo dialético e eu comecei a ver que, de repente, a religião era uma coisa produzida pelo próprio homem [...] Eu comecei então, em 62/63, a participar de reunião do Partido Comunista, que era clandestino na época, e acabei entrando para o Partido. Aí, comecei a namorar um cara que depois se tornou meu marido e foi preso comigo, que há pouco tempo eu até me separei [...] Ele já era do Partido Comunista há muito tempo, a família dele era toda uma família formada por comunistas ao contrário da minha (risos). Em 64, veio o golpe, mas aí eu, antes disso, eu acho que tem a ver, porque isso para mim também é militância, eu fui trabalhar com um programa de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, eu trabalhei com o próprio Paulo Freire em 63, um pouco antes do golpe [...]. Então, depois do golpe, eu continuei militando no Partido, mas já com muitas discordâncias, quer dizer, discordava de muita coisa, e aí, comecei a fazer parte do que se chamou de Dissidência do PC da Guanabara. (Coimbra, 30 nov. 2004)

Entretanto, Cecília começou a discordar tanto da luta armada, que a Dissidência Comunista da Guanabara, a partir de 1968, veio a adotar, quanto do caminho pacífico e institucional defendido pelo PCB, se afastando de ambos. Dessa forma, em 1968, Cecília Coimbra não militava em nenhuma organização, mas continuou a manter contato com muitos companheiros que se tornaram guerrilheiros. Destaca-se, portanto, a partir do caso específico de Cecília, como a história oral é importante para que a complexidade da militância política da época seja compreendida. Afinal, por meio dessa metodologia torna-se possível perceber que nem todos os estudantes que estiveram ligados ao movimento estudantil e às dissidências do Partido Comunista, em meio ao arrocho da repressão, acompanharam a decisão de partir para a luta armada, tomada por muitas dissidências, e nem mesmo resolveram retornar à luta pacífica travada pelo Partido Comunista. Logo, a história oral permite, através dos depoimentos dos

militantes daquele tempo, observar que, tal como Cecília, muitos desses militantes ficaram, principalmente a partir do AI-5, à margem da atuação política, apesar de não terem abandonado os ideais de esquerda.

Quando foi presa, em 1970, Cecília não estava diretamente relacionada a nenhuma organização esquerdista, entretanto, como ainda relacionava-se com muitos militantes guerrilheiros e, algumas vezes, até mesmo abrigando-os em sua casa, tinha informações consideradas relevantes para os agentes do DOI-CODI/RJ, o que veio a ocasionar sua prisão. Como vivia de forma legalizada, com família e emprego, Cecília tinha passado, juntamente com seu marido, a ajudar seus companheiros clandestinos. Sua casa, na época, localizada no bairro do Engenho de Dentro, na zona norte do Rio de Janeiro, passou a servir como esconderijo para alguns amigos que, diferentemente de Cecília e Novaes, haviam continuado militantes da Dissidência Comunista da Guanabara, mesmo após sua opção pela luta armada. Entre os amigos que receberam guarida em sua casa estavam Franklin Martins e Fernando Gabeira, ambos envolvidos no sequestro do embaixador norte-americano.

Gabeira, inclusive, esteve hospedado na casa do casal logo após a libertação do referido embaixador, sequestrado em setembro de 1969. Por conta disso, em agosto de 1970, Cecília Coimbra e seu marido José Novaes foram denunciados e presos:

[...] eu ajudava muito esses companheiros, porque eu tinha vida legal, eu já era professora, tinha casa, tinha filho e meu marido era professor de Filosofia... então, a nossa casa era onde as pessoas se escondiam, passavam uma noite, passavam dias escondidos. Por exemplo, o pessoal do Movimento estudantil, o Franklin Martins, o Fernando Gabeira [...], todos eles passaram por lá, então, a gente ajudava muito [...]. Em 1969, o pessoal do MR-8, que eram companheiros nossos, amigos e tal, vieram nos procurar para perguntar se nós poderíamos dar um apoio a um ato, a uma ação, como se dizia na época, a uma ação que ia acontecer. Mas a gente não sabia que era o sequestro do embaixador. E aí, depois de um tempo, a gente ficou com o

Fernando Gabeira [...] É óbvio que depois a gente soube, porque foi depois que eles entregaram o embaixador que eles se esconderam lá em casa. E aí a televisão dava e a gente sacou que o Gabeira estava ali com a gente porque não tinha como guardar segurança, porque já estava na televisão a cara de todos eles. E a gente guardou ele lá. A gente soube que ele tinha participado do sequestro do embaixador e conversávamos muito sobre isso. Ele ficou algum tempo lá em casa e depois saiu. Um tempo depois a gente foi denunciado, a casa estava sendo observada e a gente não sabia [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Cecília e José Novaes, após terem a casa onde moravam cercada por agentes do DOPS/RJ, foram para lá levados, e lá permaneceram por dois dias. No DOPS, Cecília ficou sob interrogatório por um dia e meio, para que esclarecesse a origem de um documento encontrado no interior de sua casa. No segundo dia de prisão, foi levada para o presídio feminino São Judas Tadeu, localizado no próprio prédio do DOPS/RJ. Após permanecerem dois dias e meio no DOPS, Cecília e Novaes foram transferidos para o DOI-CODI/RJ.

Cecília Coimbra ficou cerca de três meses presa no DOI-CODI/RJ, sendo libertada em novembro de 1970. Não foi transferida para nenhum outro presídio, sendo libertada diretamente do DOI-CODI/RJ, por meio da menagem, conforme analisado no primeiro capítulo. Sendo assim, uma vez que não foi constatado nenhum envolvimento direto de Cecília com alguma ação “subversiva”, ela estava impedida de sair da cidade até a data de seu julgamento e, durante esse ínterim, teve que comparecer ao DOI-CODI/RJ regularmente para se apresentar e responder ao Inquérito Policial Militar (IPM).

Na época da entrevista, Cecília, além de vice-presidente do GTMN/RJ, lecionava no curso de Psicologia da UFF. Atualmente, continua com essas mesmas atividades, porém, no GTNM/RJ, ocupa hoje o cargo de presidente.

1.2. A nova esquerda brasileira

Para melhor entender as memórias dos ex-prisioneiros políticos aqui entrevistados é importante caracterizar as organizações de esquerda nas quais os seis militavam quando foram presos no DOI-CODI/RJ. Afinal, a opção de atuar através de certas organizações está diretamente relacionada com a percepção de mundo que cada um tinha e também com a ousadia, a coragem, as frustrações por que passaram e com tantos outros sentimentos e sensações que certamente influíram diretamente na construção da memória de cada um desses indivíduos sobre o período militar.

Como já destacamos ao traçarmos o perfil dos entrevistados, as organizações em que os estudantes Antônio Leite, Fernando Palha, Dulce Pandolfi e Ana de Miranda militavam ao serem presos eram o PCBR e a ANL, grupos políticos de esquerda ligados ao combate armado. Já Padre Mário era assistente da ACO e da JOC – associações criadas para atender demandas de jovens e adultos trabalhadores e católicos. Cecília Coimbra era a única que não era diretamente ligada a alguma organização na época de sua prisão, mas sua participação anterior na Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) influenciou de forma indireta em sua prisão e, por isso, merece ser aqui considerada. A partir disso, analisa-se nesta seção de trabalho o PCBR, a ANL, a JOC, a ACO e a Dissidência Comunista da Guanabara, que passou a chamar-se MR-8.

Diferentemente da JOC e da ACO, que eram associações ligadas ao trabalho social feito pela Igreja Católica, o PCBR, a ANL, a DI-GB/MR-8 faziam parte do que vinha sendo nomeado desde a década de 1960 de *nova esquerda brasileira*. Essa *nova esquerda* era formada pelas dissidências do Partido Comunista, surgindo como forma de buscar caminhos alternativos para a transformação social e, segundo Maria Paula Araújo em *A utopia fragmentada* (2000), não era um fenômeno tipicamente brasileiro,

ocorrendo concomitantemente em outras partes do mundo, como Alemanha, França, Itália, Estados Unidos e México.³⁰

As organizações desta *nova esquerda* brasileira, além de serem marcadas pelo signo da dissidência e pela busca de caminhos alternativos, possuíam outras ideias em comum. Havia entre elas uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação políticas, já que os tradicionais partidos comunistas, na avaliação desses militantes, eram travados por complicados aparatos burocráticos. Em oposição a essa linha dita “conservadora”, valorizaram a ação revolucionária imediata. Além disso, a maioria recusava a aliança com “frações das classes dominantes”, forma como viam o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na época, único partido de oposição consentido pela ditadura militar. Enquanto o PCB continuava mantendo o programa de via pacífica para o socialismo, a dita *nova esquerda* defendia a luta armada como a principal forma de atuação naquele momento, apesar de divergirem entre si sobre as estratégias a seguir.³¹

As divergências internas no PCB atingiram o ápice por ocasião dos preparativos para o VI Congresso do partido, convocado para dezembro de 1967. Os debates acerca das *Teses para Discussão*, veiculadas na *Voz Operária*, publicação clandestina do Comitê Central do PCB, causaram muita polêmica. Essas *Teses* propunham que a derrota da ditadura deveria ser alcançada por meio da aliança com setores progressistas, incluindo a burguesia, e da participação do PCB na política institucional, reafirmando a opção pelo caminho pacífico para a revolução social. Tais *Teses* geraram uma total insatisfação dos setores oposicionistas do PCB que se revoltaram contra o Comitê Central do chamado Partidão. Assim, sem a participação dos dissidentes internos, o PCB realizou o seu VI Congresso e reafirmou a ideia trazida pelas *Teses*.

³⁰ Para mais informações, ver: Araújo, 2000: 35-72.

³¹ Para mais informações, ver: Aarão Reis; Sá, 2006: 15.

Pelos jornais da grande imprensa os dissidentes souberam do Congresso e de suas resoluções, dentre as quais a que expulsava do partido grandes lideranças da Corrente Revolucionária. Esta corrente do Partidão divergia de seu Comitê Central, liderado por Luís Carlos Prestes, e havia se organizado nacionalmente sob a denominação de Corrente Revolucionária. Entre suas grandes lideranças expulsas a partir das resoluções do VI Congresso do PCB estavam Carlos Marighella, líder da Corrente em São Paulo; Mário Alves, líder em Minas Gerais; Jacob Gorender, líder no Rio Grande do Sul; e Apolônio de Carvalho, liderança no antigo Estado do Rio de Janeiro³².

Dessa forma, em 1968, os principais membros da Corrente Revolucionária estavam definitivamente afastados do PCB e, juntamente com os militantes que os seguiram, se organizaram e formaram outras organizações políticas: o PCBR e a ALN. Os líderes Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves formaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), partido clandestino de esquerda em que Antônio Leite militava ao ser preso, e o líder Carlos Marighella fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), organização clandestina de esquerda adotada por Dulce Pandolfi, Fernando Palha e Ana Batista.

Por outro lado, existia outra vertente de divergências internas do PCB, as chamadas Dissidências, mais conhecidas pela sigla DI, formadas basicamente por setores estudantis. Existiam dissidências em vários estados brasileiros, mas seria a da Guanabara, onde Cecília Coimbra militou anos antes de ser presa, que alcançaria maior destaque no cenário político e estudantil da década de 1960.

³² Para mais informações, ver: Silva, 2009.

Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB)

As Dissidências Universitárias surgiram no período pré-1964 em meio a diversas divergências que abalaram o PCB, principalmente em suas bases universitárias. Em 1964, esses estudantes divergentes se agruparam e começaram a reunir militantes de diferentes universidades a fim de articular posições políticas que não se afinavam com o que as direções do partido haviam estabelecido – no jargão comunista, eram as chamadas “frações”. As “frações” eram, de acordo com o estatuto, proibidas dentro do partido, logo, eram executadas secretamente. A “fração” da Guanabara foi inicialmente constituída por estudantes comunistas das faculdades de filosofia e de direito, hoje pertencentes à UFRJ.

Em 1965, as divergências entre os dissidentes e a direção do PCB na Guanabara começaram a se mostrar evidentes. A orientação do partido era para que seus militantes fizessem campanha para o candidato a governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, indicado pela aliança PTB-PSD, considerada de oposição ao regime militar. Com a crescente radicalização do movimento estudantil, a Dissidência foi ganhando força. Nas eleições parlamentares de 1966, apesar da orientação do Partidão para que sua militância votasse em determinados candidatos, os dissidentes da Guanabara resolveram fazer campanha pelo voto nulo, ocasionando o rompimento definitivo entre os dois. A antiga “fração” passaria a ser a Dissidência Comunista da Guanabara, uma nova organização independente, com orientação para a luta armada e com ampla influência no movimento estudantil carioca.³³

Entretanto, em 1967, a Dissidência Comunista da Guanabara enfrentaria uma grave crise política interna. Naquele momento, muitos militantes da organização apresentavam posições divergentes sobre quais rumos ela deveria trilhar. Alguns

³³ Para mais informações, ver: Silva, 2009.

achavam que a Dissidência deveria se integrar à Corrente Revolucionária, que ainda estava lutando internamente para mudar o PCB; outros almejavam consolidar a Dissidência Comunista da Guanabara de forma a torná-la uma organização nacional, reunindo nela dissidências que ainda deveriam se desvincular do Partidão; e um terceiro grupo a se juntar ao Partido Comunista do Brasil (PC do B).³⁴

Afinal, a partir do V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960, sob influência da revisãoismo aprovado no XX Congresso do Partido Comunista Soviético, tinha sido aprovada uma nova resolução política para o partido. Esta, apesar da resistência dos opositores internos que seguiam a linha de pensamento marxista-leninista, modificava o programa do PCB, tornando a nova tática do partido a conquista de um governo nacionalista e democrático por meio de um processo eleitoral e da pressão de massas, excluindo, assim, a via armada de seu programa. Dessa forma, foram afastados da direção do PCB a maioria de seus opositores e eleito um Comitê Central composto em grande parte por destacados revisionistas, como Luís Carlos Prestes. Logo, em 18 de fevereiro de 1962, a maior parte dos comunistas que se opunham à nova linha do PCB se separaram do partido e, através de uma Conferência Extraordinária, aprovaram um programa que defendia a estratégia chinesa de guerra popular prolongada, se aproximando do *maoísmo*, e adotaram a sigla PC do B (Partido Comunista do Brasil). Em 1969, o PC do B deflagrou na região de Tocantins um foco guerrilheiro que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia, esta foi neutralizada pelos militares no final de 1973, através do extermínio de grande parte dos militantes envolvidos.

Em 1967, um ano depois de se tornar independente, a resolução para a crise interna da Dissidência Comunista da Guanabara foi o seu desmembramento. Após este

³⁴ Para mais informações, ver: Aarão Reis, 1990 e Ridenti, 1993.

desmembramento e duas conferências internas realizadas, em 1968, a Dissidência Comunista da Guanabara consolidou-se novamente como organização autônoma, tendo suas lideranças à frente das grandes manifestações estudantis – que chegavam ao auge de mobilização – e conquistando espaço no cenário nacional. Com o seu crescimento junto ao movimento estudantil, a DI-GB se ampliou notavelmente. Após a decretação do AI-5, que tornava ilegal o movimento político-estudantil, a DI-GB organizou, em 1969, uma nova conferência, reafirmando o seu empenho revolucionário de caráter comunista, assumindo oficialmente, a partir de então, sua opção pela luta armada.

Nessa época, Cecília Coimbra já havia saído da organização e não participava de nenhum outro grupo de esquerda, apesar de manter contato com muitos companheiros que continuaram na militância. Afinal, como abordado durante a análise de sua trajetória, Cecília preferiu se desligar por não concordar nem com a política pacífica do então Partidão e nem com a luta armada das demais organizações, inclusive da Dissidência Comunista da Guanabara, pois, segundo ela, achava que estas estavam muito desvinculadas da sociedade e por isso não teriam êxito:

[...] eu achava que não era por aí, eu discordava muito da questão da luta armada, mas eu também discordava da posição do Partido Comunista, que era a favor do caminho pacífico, a favor do caminho institucional, parece muito o PT de hoje, a questão da luta institucional, que não era pegando em armas, que não era pela luta armada. Eu não concordava nem com um nem com outro, porque o pessoal da luta armada estava totalmente desvinculado da sociedade brasileira, então, eu me afastei, mas eu continuei com muito contato com vários companheiros, e aí começou 67-68 [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Em setembro de 1969, a Dissidência Comunista da Guanabara, juntamente com a ALN, elaborou e promoveu o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil,

Charles Burke Elbrick. A ação teve êxito e os envolvidos conseguiram trocar o embaixador por quinze prisioneiros políticos, entre eles importantes líderes estudantis da antiga DI-GB. Durante esse sequestro, conforme explicado anteriormente, os militantes da então Dissidência resolveram mudar o nome da organização para Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), assinando esse novo nome no manifesto entregue à imprensa.

A mudança de Dissidência Comunista da Guanabara para MR-8 era, na realidade, uma provocação à ditadura. Alguns meses antes do sequestro do embaixador americano, a repressão havia desarticulado uma organização política e anunciado que tinha destruído o grupo terrorista Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Porém, de acordo com Alberto Berquó, em *O seqüestro dia-a-dia* (1997), o órgão repressor que havia prendido aqueles militantes, o CENIMAR, inventou esse nome, pois o grupo capturado era, na verdade, a Dissidência do Estado do Rio de Janeiro, que, a rigor, se autodenominava apenas como Organização. Os militares então, para anunciar a notícia na imprensa, causando um maior impacto, atribuíram à Organização o nome de MR-8, fazendo referência à data em que o guerrilheiro socialista Ernesto “Che” Guevara havia sido preso pela *Central Intelligence Agency* (CIA) na Bolívia. Dessa forma, ao utilizarem o nome de MR-8, os militantes da até então Dissidência Comunista da Guanabara estariam anunciando pertencerem à mesma organização que os militares divulgaram meses antes já estar aniquilada, desmoralizando-os publicamente.³⁵

Algum tempo depois do sequestro do embaixador, a maioria de seus envolvidos ou foram presos ou mortos pela repressão. Fernando Gabeira, um dos militantes do MR-8 envolvidos nessa ação, era conhecido de Cecília Coimbra e de seu marido desde a época em que militavam na Dissidência Comunista da Guanabara. Assim, após a troca

³⁵ Para mais informações sobre a mudança de nome da Dissidência Comunista da Guanabara para MR-8, ver: Berquó, 1997: 72-73.

do embaixador pelos prisioneiros políticos, Gabeira, por estar sendo procurado, acabou se escondendo na casa do casal, fato que veio a ocasionar posteriormente a prisão tanto de Cecília quanto de seu marido nas dependências do DOI-CODI/RJ.

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

O partido clandestino pelo qual Antônio Leite militava ao ser preso, o PCBR, havia sido criado, em abril de 1968, a partir da expulsão de líderes da Corrente Revolucionária do PCB, conforme mencionado anteriormente. Um dos líderes e também fundador do PCBR, Jacob Gorender, na obra *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira* (1999, 111-116), caracteriza-o como marxista, tendo por estratégia de ação a combinação entre guerrilha rural e trabalho de massas nas cidades, com vistas à formação de um "Governo Popular Revolucionário", que abriria caminho para a revolução socialista.

A partir dessa ideia de trabalho com as massas nas cidades, o PCBR buscou integrar-se às lutas estudantis de 1968, por meio das quais Antônio Leite de Carvalho conheceu melhor a ideologia e as lideranças do partido e, posteriormente, resolveu tornar-se seu militante. Além disso, desenvolveu ainda algum trabalho nas fábricas, nas áreas rurais e promoveu, entre os anos de 1969 e 1970, algumas ações armadas, como assaltos a bancos e roubos de veículos, a fim de financiar a atuação do partido. Contudo, o PCBR sofreu com sucessivas prisões de seus líderes e integrantes, restringindo de tal forma o seu poder de ação que, logo no início da década de 1970, já se encontrava quase totalmente desarticulado.

O precoce fracasso do PCBR, segundo a avaliação feita por Antônio, ainda durante sua primeira entrevista (12 set. 2002), deve-se ao fato da estratégia de revolução pregada pelo partido ser utópica. Afinal, para Antônio, os militantes e líderes do PCBR,

inclusive ele próprio, acreditavam que com algumas poucas ações urbanas isoladas conseguiriam o apoio da grande massa ao movimento revolucionário e tomariam o poder. Por conseguinte, entende que foi justamente esse isolamento a causa da grande derrota do PCBR, como se pode conferir no trecho abaixo:

Era uma grande utopia, fazíamos duas ações urbanas na cidade e achávamos que essas ações seriam capazes de fazer as pessoas aderirem ao nosso movimento e conseguiríamos o apoio da grande massa [...]. Isso nunca iria acontecer, porque eram movimentos basicamente de conquistas, quer dizer, que trabalhavam isolados e foi o isolamento a causa da nossa grande derrota. (Carvalho, 12. Set. 2002)

Entretanto, é importante destacar que esta avaliação só pôde ser feita a partir do presente, quando já se sabia que a luta armada havia sido derrotada muito antes da ditadura terminar e que a democracia havia se tornado uma realidade. Afinal, logo após o AI-5, a luta armada e a forma de atuar do PCBR representavam para seus militantes uma forte possibilidade de derrubar a ditadura militar. Eles não se submeteriam a arriscar suas vidas em prol de uma luta na qual não tivessem total convicção. Logo, percebe-se um anacronismo na avaliação que Antônio faz sobre sua luta naquele passado, o que é muito comum entre as memórias construídas por ex-guerrilheiros da época, conforme destacado pela revolta de um dos que concederam seus depoimentos a Alzira Alves de Abreu em *Os anos de chumbo: memória da guerrilha* (1998):

B [nome atribuído ao ex-guerrilheiro pela autora para preservar sua identidade] começou chamando a atenção para o fato de que a memória daquela fase histórica é muito precária. “Na verdade, ela foi muito mal construída, acabou virando um folclore e acabou se contando a história desse período de trás para frente – quer dizer, sabendo que a luta armada não deu certo, vamos contar por que ela não deu certo. Na época em que ela ocorreu ela era um campo de possibilidades, não era mais do que isso. Mas hoje já se

começa a falar desse movimento para se mostrar o fim dessa história[...]
(Abreu, 1998: 31)

Ação Libertadora Nacional (ALN)

A organização em que militavam Dulce Pandolfi, Fernando Palha e Ana de Miranda no momento de suas prisões, a ALN, foi fundada por Carlos Marighella em fevereiro de 1968, depois de deixar o PCB. Marighella havia sido expulso do Partido sob a alegação de ter viajado para Havana, em Cuba, sem a autorização do Comitê Central do partido, para participar da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) – organização que tinha como objetivo estender a revolução armada por toda a América Latina, nos moldes da Revolução Cubana de 1959.

Em apoio a Marighella, após sua expulsão do PCB, as bases de São Paulo também se desligaram do partido e formaram o Agrupamento Comunista de São Paulo. O Pronunciamento desse grupo, em fevereiro de 1968, fundou oficialmente a Ação Libertadora Nacional (ALN), muito embora o primeiro quadro de militantes da organização tenha ido treinar em Cuba ainda em setembro de 1967.³⁶

O nome Ação Libertadora Nacional seria uma referência à Aliança Nacional Libertadora, organização política criada em 1935, composta por setores de diversas correntes ideológicas, basicamente, a fim de lutar contra a influência fascista no Brasil. Nesse mesmo sentido, a ALN também visava, além da luta socialista, a libertação nacional, buscando adquirir igual êxito na congregação de grande parte da esquerda brasileira em torno de seus objetivos, como ANL havia conseguido durante a década de 30. No entanto, diferentemente da Aliança Nacional Libertadora, a Ação Libertadora

³⁶ Para mais informações, ver: Lima, 2007: 31.

Nacional não era configurada por uma política de alianças, mas pelo combate, pela ação direta.³⁷

Quanto ao programa da organização, a ALN tinha por estratégia maior a guerrilha rural, embora sua tarefa tática estivesse concentrada nas cidades, onde a maior parte de suas ações ocorria. Essas ações urbanas eram consideradas pela organização como um meio de apoio para propaganda política, para obtenção de fundos (através de expropriações, como assaltos a bancos), para recrutamento de quadros para a guerrilha e para ataques estratégicos ao inimigo. Além disso, a ALN permitia a existência de pequenos grupos com total independência tática, desde que estivessem subordinados à sua estratégia geral. Dessa forma, sua estrutura pode ser entendida como horizontal, sem hierarquias, já que, segundo Denise Rollemberg, em *Esquerdas revolucionárias e luta armada* (2003), o militante da ALN que se considerasse capaz de fazer ações era incentivado a agir e não a ficar esperando a orientação de um poder centralizado. Afinal, uma das críticas da antiga Corrente Revolucionária do PCB, da qual o líder da ALN, Marighella, foi integrante, era justamente sobre a centralização e como esta emperrava a atuação do partido. Dessa forma, a ALN, atuava por meio de diversos grupos, multiplicando suas ações.

A partir disso, percebe-se como o sequestro do avião da Companhia Cruzeiro do Sul, efetuado pelo pequeno grupo que Fernando Palha integrava, pôde ser executado dentro da ALN, assim como os inúmeros assaltos a bancos e carros-fortes e os sequestros a embaixadores em que outros pequenos grupos ligados à ALN estiveram envolvidos. Dessa forma, nota-se também como e por que a ALN se tornou a maior organização de luta armada da época e, por conseguinte, Marighella e seus demais militantes os mais procurados pela ditadura militar.³⁸

³⁷ Para mais informações, ver: Lourenço, 2005: 191.

³⁸ Para mais informações, ver: Gorender, 1999.

No trecho seguinte, retirado da entrevista de Fernando Palha, destaca-se como muitos desses pequenos grupos da ALN tinham espaço para planejar e administrar suas próprias ações, sem se desligarem da Ação:

Eu era da ALN, Ação Libertadora Nacional, era a maior organização de luta armada que tinha na época. A Jane [Jessie Jane], por exemplo, veio para cá para Niterói já fugida de São Paulo, onde prenderam o pai, prenderam a mãe, a família dela toda, sabe? O pai não era de nenhuma organização, mas dava guarida [...] ele era um cara politizado e ela também, e, quando ela veio para cá para Niterói, ela entrou para o nosso grupo de estudo. Estudávamos o marxismo, guerrilhas, enfim, aprendendo um pouco. Aí, a gente pensando em como soltar eles [os pais de Jessie Jane], surgiu a idéia de sequestrar o avião... O sequestro do avião foi tranquilo, difícil foi a negociação da troca dos passageiros pelos presos que a gente queria. (Freire, 28 jun. 2004)

Essas variadas e espalhadas ações da ALN repercutiram de forma negativa entre os militares dos órgãos repressivos. Afinal, a atuação descentralizada da ALN permitia que uma grande quantidade de ações “terroristas” fossem atribuídas ao movimento, tornando-o, aos olhos dos agentes da repressão, mais ameaçador e perigoso à manutenção do regime ditatorial. Essa percepção dos militares pode ter causado reflexos no cotidiano prisional de militantes ligados, direta ou indiretamente, à referida organização, como Dulce, Fernando, Ana e Cecília³⁹ – considerada militante indireta por ter escondido em sua casa um dos atores do sequestro do embaixador norte-americano, ação conjunta entre MR-8 e ALN.

³⁹ No terceiro capítulo a análise da memória dos seis entrevistados (Antônio, Dulce, Fernando, Padre Mário, Ana e Cecília) se concentra no cotidiano prisional vivido no DOI-CODI carioca.

Juventude Operária Católica (JOC) & Ação Católica Operária (ACO)

A Juventude Operária Católica, a JOC, uma das organizações de que Padre Mário era assistente no momento de sua prisão, surge no Brasil em início dos anos 1930, ganhando força apenas a partir de fins de 1940. A JOC objetivava melhorar a vida do jovem trabalhador através de uma ação evangelizadora e formadora de uma consciência crítica. É a responsável pela criação do método pedagógico “Ver-Julgar-Agir”, ensinando seus jovens a *ver* o problema, a *julgá-lo* à luz do Evangelho e a *agir* para transformar sua condição de classe trabalhadora explorada.

A JOC, que apresentava uma posição mais conservadora até meados da década de 1950, a partir do golpe de 1964 assume outra orientação política, de caráter mais progressista, realizando uma reflexão mais profunda no que se refere à condição da classe trabalhadora do país e da América Latina, o que ocasiona uma maior repressão por parte do governo ditatorial brasileiro. Através da JOC, a criação da Ação Católica Operária (ACO) – outra organização de que Padre Mário também participava no momento de sua prisão – foi incentivada, começando a ser organizada em fins da década de 1950, em função do grande número de militantes que haviam chegado à idade adulta, mas desejavam continuar a atuar por meio da organização.

A ACO nasce então da Liga Operária Católica (LOC), que era um movimento destinado aos adultos ligados à Igreja e, inicialmente, com forte preocupação assistencialista, assumindo, gradativamente um viés político e uma identidade de classe. Assim, a partir da LOC, a ACO brasileira surge de fato em 1962, apresentando-se como uma continuidade da JOC, para que os jovens trabalhadores pudessem, quando adultos, permanecerem a atuar politicamente. Muitos eram os pontos em comum dos dois movimentos, que vão desde os mesmos participantes, que migravam de um para o outro ao atingirem a idade adulta, como a aplicação do mesmo método de ação “Ver-Julgar-

Agir”. Entretanto, segundo Alejandra Luisa Magalhães Estevez, em sua dissertação de mestrado (2008), *O movimento dos trabalhadores católicos: a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO)*, diferentemente da JOC, que, a partir de 1969, com a prisão de muitos de seus integrantes – como o próprio Padre Mário Prigol – foi perdendo forças e acabou desaparecendo, a atuação da ACO durante o período militar caracterizou-se pelo enfrentamento constante com a hierarquia eclesiástica e com os próprios militares.

Dessa forma, Padre Mário, que, antes de ser preso em 1970, era assistente tanto da JOC quanto da ACO, após sua prisão, deu continuidade ao seu trabalho junto à ACO, o que ainda faz atualmente. Afinal, a ACO permanece em atividade até os dias de hoje, porém, sob o nome de Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC).

Logo, mesmo com diferentes atuações no cenário político da época, as organizações acima tratadas, nas quais os ex-prisioneiros políticos entrevistados militavam, direta ou indiretamente, tinham por confluência algum tipo de manifestação em oposição à ditadura militar. Entretanto, apesar dessa face comum ser o motivo principal de suas prisões, as diferenças na forma de agir de suas organizações pode ter se refletido na intensidade das violências a que foram submetidos no DOI-CODI/RJ. Diante disso, no capítulo seguinte, a partir da análise das memórias dos seis entrevistados, essa relação entre a organização de esquerda do militante e o seu tratamento na prisão será abordada, assim como os demais aspectos que caracterizavam o cotidiano vivido no DOI-CODI/RJ durante o ano de 1970.

Capítulo: 3 – O espaço e o cotidiano do DOI-CODI carioca

A lua
Tal qual a dona de um bordel
Pedia a cada estrela fria
Um brilho de aluguel

E nuvens!
Lá no mata-borrão do céu
Chupavam manchas torturadas
Que sufoco!
Louco!

O bêbado com chapéu-coco
Fazia irreverências mil
Prá noite do Brasil.
Meu Brasil!...

Aldir Blanc e João Bosco
(*O Bêbado e a Equilibrista*, 1979)

1. O que sofre e o que resiste

Os depoimentos dos ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ, fontes essenciais para esta pesquisa, encontram aqui um desfecho primordial. Finalmente, uma de suas especificidades mais importantes é aqui trabalhada: a possibilidade que trazem de acessar desde os aspectos mais subjetivos do dia-a-dia do DOI-CODI/RJ aos mais triviais. Diante disso, neste capítulo torna-se possível uma caracterização da rotina institucional ali vivida pelos prisioneiros em 1970, trazendo à tona detalhes e sentimentos que compunham esse cotidiano que há décadas já não existe mais. Essa façanha não seria possível através de qualquer outra fonte senão a oral. Somente as memórias trazidas nas narrativas orais, quando devidamente trabalhadas, são capazes de aproximar-se das sensações e sentimentos vivenciados naquele passado, amenizando a sua corrosão pelo tempo e as lacunas encontradas na história da ditadura militar.

Diante disso, a memória é aqui tratada como material para a história, conforme elucidado por Paul Ricoeur em *A memória, a história e o esquecimento* (2008). Nessa mesma direção vai Fernando Catroga em seu artigo *A representação do ausente: memória e historiografia* (2010), pelo qual busca entender a escrita da história como um rito de memória análogo ao “gesto de sepultura”. Afinal, a escrita da história tem uma função análoga à do túmulo e à dos ritos de recordação, ajudando, tal como no trabalho do luto, a pagar as dívidas do presente com o passado que já não existe mais. Essa analogia mostra que, se o túmulo é o primeiro monumento dos mortos deixado para os vivos, a escrita da história também atua no sentido de lutar contra o esquecimento e a degradação que marcam a passagem do tempo. Logo, tal como acontece quando se visita o túmulo de um cemitério, a escrita da história sobre o cotidiano do DOI-CODI/RJ pretende contribuir para que, agindo sobre os vivos, esse passado se transforme de “lugar de sepultura” para o de “gesto de sepultura” (Ricoeur, 2008). Essa

analogia do túmulo com a escrita da história tem como principal ponto em comum a construção do passado a partir de traços e de representações que almejam situar no tempo algo que não existe mais. O cotidiano do DOI-CODI/RJ passa aqui a ser escrito por meio da análise de vestígios e representações, apresentados nas memórias de seis dos seus ex-prisioneiros políticos, tal como ocorre com a representação memorial de uma sepultura.

Evidencia-se que as memórias aqui trabalhadas, especialmente, por evocarem fatos vividos pelas próprias testemunhas, estão permeadas de razões subjetivas, normativas e pragmáticas que são condicionantes e geram efeitos incontrolláveis, resultando em uma construção qualitativa, seletiva e apaixonada do passado. Daí a importância do olhar crítico do historiador sobre essas memórias, uma vez que a função deste é justamente inserir os aspectos críticos, objetivos e analíticos da história na fluidez, emoção e submissão aos influxos da conjuntura, característicos da memória (Nora, 1993).

Portanto, é imperativo analisar criticamente essas memórias sobre o cotidiano do DOI-CODI/RJ, mesmo sabendo das dificuldades que envolvem essa ação, como bem aponta Beatriz Sarlo em *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva* (2007). Afinal, são depoimentos de vítimas cuja confiabilidade sobre as torturas sofridas na prisão não só foi elemento constituinte da instalação do regime democrático, como ainda é responsável pela solidificação de um princípio de reparação e justiça. Porém, deve-se antes de tudo encará-los como discursos testemunhais, pois seguem o modo persuasivo característico do discurso, e, por conseguinte, não podem ser cristalizados. Afinal, esses seis testemunhos são feitos por narradores que buscam firmar no passado a verdade do presente, já que a narrativa no presente tem uma inevitável hegemonia sobre o passado, conforme bem enuncia Sarlo no trecho abaixo:

O presente da enunciação é o “tempo de base do discurso”, porque é presente o momento de se começar a narrar e esse momento fica inscrito na narração. Isso implica o narrador em sua história e a inscreve numa retórica da persuasão (o discurso pertence ao modo persuasivo, diz Ricoeur). Os relatos testemunhais são “discurso” nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela é enunciada. É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem genuína hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica” do tempo presente da enunciação. “O presente dirige o passado assim como um maestro, seus músicos”, escreveu Italo Severo. (Sarlo, 2007: 49).

Daí destaca-se novamente a importância de considerar o tempo presente como base do discurso das memórias sobre o cotidiano do DOI-CODI/RJ, trabalhadas neste capítulo, evocando mais uma vez a elucidativa expressão *présent du passé*, de Robert Frank (1999). O presente a partir de onde falam os seis entrevistados como ex-prisioneiros políticos corresponde a um momento em que a democracia brasileira, para a maioria deles, dava passos largos em direção a sua total magnitude: o presente vivido no raiar dos anos 2000 vinha se distanciando política e socialmente do passado ditatorial militar. Quem presidia o país eram antigos opositores políticos do governo militar, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, que vinham construindo garantias de reparação aos que sofreram violações aos direitos humanos durante o passado ditatorial.

Estava em curso o reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos pelo Estado brasileiro, bem como a indenização às famílias por intermédio da Lei n.º 9.140, de 1995, e a reparação financeira aos males sofridos por aqueles presos ou perseguidos na época da ditadura militar, garantida pela Lei n.º 10.559, de 2002. Eram esses fatos

que compunham o cenário do presente vivido durante as entrevistas e, obviamente, influenciaram diretamente a construção das narrativas dos ex-presos políticos sobre o cotidiano do DOI-CODI carioca.

Essas influências acabaram, em alguns casos, direcionando suas narrativas para os detalhes dos horrores a que foram submetidos e para as sequelas deixadas pelas torturas daquele tempo, a fim de não suscitar dúvidas sobre o merecimento à reparação oferecida pelo Estado. Afinal, o DOI-CODI/RJ correspondeu ao espaço onde esses presos políticos viveram um dos cotidianos mais violentos de todo o período em que estiveram na prisão. Ao enfatizarem em detalhes o lado duro dessa rotina prisional, os entrevistados ambicionavam fortalecer a interpretação vigente sobre seu papel de vítima e, ao mesmo tempo, de resistente a um Estado ditatorial. Ao procurarem conquistar a entrevistadora, os entrevistados viam-se envolvidos no processo *de enquadramento da memória* sobre a ditadura militar brasileira, no sentido atribuído por Michael Pollak (1992). O objetivo, entre outros, era o de fortalecer, perante a sociedade e o governo, uma memória que a eles conferisse o duplo lugar de *resistente* e de *vítima* e endossasse a necessidade de reparações financeiras e simbólicas aos atingidos.

A reparação financeira aos violentados pela ditadura militar já vinha acontecendo na época em que as entrevistas foram concedidas, por meio das leis que implantaram a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, citadas anteriormente e abordadas no segundo capítulo. Já a reparação simbólica só começaria a ser de fato implantada alguns anos depois das entrevistas, principalmente com as Caravanas da Anistia, a partir de abril de 2008, e mediante a aprovação da Comissão da Verdade pelo Congresso Nacional, em outubro de 2011. As Caravanas da Anistia são sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política a perseguidos políticos da ditadura militar, acompanhadas por atividades

educativas e culturais, promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Já a Comissão da Verdade terá como finalidade examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos praticadas entre os anos de 1946 e 1988, a fim de promover a reconciliação nacional com o seu passado histórico.

É fácil perceber que os entrevistados, em seus *testemunhos-discursos*, acabam atribuindo um sentido único à história e, conforme salienta Beatriz Sarlo (2007), ao acumularem detalhes em suas narrativas, produzem um *modo realista-romântico*, pelo qual atribuem sentidos a todos os detalhes mencionados, somente pelo fato de incluí-los no relato, sem se sentirem na obrigação de atribuir sentidos ou explicar as ausências ali também apresentadas. Dessa forma, a análise aqui traçada procura trabalhar de forma crítica, no sentido de reconhecer a *face realista* dos detalhes descritos pelos narradores e, ao mesmo tempo, a *face romântica*, construída por eles de forma a fortalecer a credibilidade e a veracidade de sua narração. Uma vez que, diferentemente do que dão a entender os entrevistados ao narrarem suas próprias vidas, a análise histórica do presente trabalho firma-se longe da utopia de uma narração total, capaz de descrever todo o passado estudado, reconhecendo a necessidade de operar com elipses.

No entanto, se por um lado os detalhes mencionados nos depoimentos devem ser submetidos ao pensamento crítico histórico, por outro lado, são exatamente eles que enriquecem a análise de um cotidiano, já que os detalhes trazidos pelos depoimentos conseguem, muitas vezes, tornar a rotina do dia-a-dia, que já não mais existe, palpável ao entendimento. É o que ocorre, por exemplo, com a disposição espacial interna do prédio-sede do DOI-CODI/RJ, fator que está intrinsecamente relacionado ao cotidiano prisional, e que torna-se passível de caracterização através dos detalhes contidos nos depoimentos. Assim, mesmo não sendo possível visitar o interior do edifício, e nem ter acesso a alguns registros documentais como fotos ou outros documentos, é possível

contrapor as descrições contidas nos depoimentos com a fachada do prédio que ainda existe e construir uma percepção aproximada sobre o espaço em que, de certa forma, essas memórias estão ancoradas.

2. Uma cartografia possível do “Castelo do Terror”

Constatada essa forte relação entre as memórias dos ex-prisioneiros que ali ficaram presos em 1970 com o espaço interno do 1º BPE, resolvi tentar ver de perto como este era distribuído. No entanto, muitas dificuldades foram encontradas e inviabilizaram o meu projeto inicial de contrapor o que restava do interior do edifício que sediou o DOI-CODI/RJ com as memórias de seus ex-prisioneiros.

Em 2003, a minha primeira tentativa de visitar o interior do prédio do 1º BPE foi interrompida no momento em que apresentei o propósito de minha visita: o interesse em ver o prédio do DOI-CODI/RJ. Percebi imediatamente que o “assunto DOI-CODI” gerava um grande desconforto para aquele Batalhão. Talvez porque, apesar do referido Batalhão não ter tido relação direta com o DOI-CODI/RJ, pois eram instituições distintas, o fato desse órgão repressivo ter sido instalado em seu interior evoca uma forte relação que atualmente imprime uma imagem negativa para seus militares. Percebe-se assim que o 1º BPE quer apagar da memória social sua associação ao DOI-CODI/RJ, o que explica o fato de seus militares não permitirem que eu prosseguisse com a visita.

No ano seguinte, em novembro, tentei, pela segunda vez, visitar o interior do dito edifício. Prevendo dificuldades para a visita, utilizei como pretexto uma suposta pesquisa sobre patrimônios históricos do bairro. Um primeiro-sargento, que se apresentou como graduado em história, acompanhou-me pelo pátio interno do complexo. Durante o passeio por este espaço, ele apontava de longe para os prédios que

ficavam ao redor, inclusive para o que sediava o DOI-CODI/RJ, à esquerda e ao fundo daquele pátio a céu aberto. Ao referir-se ao local, o sargento apontou de longe e disse: “Lá funciona o DOI-CODI”, deixando transparecer que, até aquele momento, não existia uma nova serventia para aquele local, e que a estrutura do DOI-CODI havia sido preservada. Nada mais quis falar, alegando que não poderia dar explicações mais amplas sobre o assunto e que, além do mais, eu não poderia me aproximar das instalações que me interessavam.

Esta segunda visita corroborou a minha sensação anterior de que os militares daquele Batalhão não queriam que este ficasse historicamente associado ao DOI-CODI, percebendo a imagem negativa que essa associação poderia conferir-lhes, tentando evitar a manutenção do vínculo daquele prédio com a memória das torturas e mortes ali executadas nos chamados “anos de chumbo”.

Além disso, esta visita trouxe-me um dado novo: ao apresentar aquele prédio como sendo o “DOI-CODI”, no presente do indicativo, o sargento deixou perceptível um interesse interno em preservá-lo. Afinal, por que até aquele momento, mesmo o DOI-CODI não estando mais em atividade, o seu espaço não havia sido utilizado para nenhuma outra função permanente? Este interesse reflete, talvez, um forte orgulho interno de importantes setores do Exército pelos feitos do DOI-CODI, no sentido de, para alguns mais radicais, ter sido esta instituição uma das principais defensoras da soberania e da ordem nacional na época ameaçadas pela subversão.

Apesar de tais empecilhos, os detalhes relatados pelos entrevistados viabilizariam uma aproximada cartografia espacial do interior do DOI-CODI/RJ de 1970, quando eles lá estiveram. Essa cartografia fez-se aqui necessária por entender-se que essa disposição espacial é essencial para a análise das memórias sobre o cotidiano ali vivido, uma vez que esse espaço prisional está presente a todo o tempo nos relatos de Antônio, Dulce,

Fernando, Padre Mário, Ana e Cecília, sendo um dos principais pontos de união de suas memórias.

Sendo assim, defende-se aqui que o antigo prédio do DOI-CODI carioca é hoje um *lugar de memória*, já que a ele se confere, de forma simultânea e em graus diversos, os três sentidos atribuídos como necessários por Pierre Nora: o material, o simbólico e o funcional (Nora, 1993: 21). O sentido material, no caso, é o próprio espaço físico, o prédio do 1º BPE, ainda localizado à Rua Barão de Mesquita n.º 425, no bairro da Tijuca. O simbólico é o que o edifício representa para parte da sociedade carioca que partilha as memórias dos ex-presos políticos e seus familiares sobre o violento cotidiano, as torturas e as mortes ali vivenciados, atribuindo ao prédio o significado de “Castelo do terror”. Por fim, o sentido funcional é a atividade de preservação da memória da ditadura militar ali exercida, já que o prédio é um monumento tombado sob a justificativa de guardar a memória ali vivida durante a ditadura militar brasileira e não deixar que ela venha a cair no esquecimento. Este último sentido, portanto, embute ao prédio o significado completo de um *lugar de memória*, congregando ao espaço uma função e uma representação simbólica, ou seja, unindo os aspectos material, simbólico e funcional.



Foto N.º1: fachada, entrada principal e pátio interno do quartel do 1º BPE (Bettamio, dez. 2004).

Este tombamento foi feito pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1993 e tem por setor responsável a Subsecretaria municipal de Patrimônio Cultural, lei nº 1954 de 29/03/93.⁴⁰ Seu processo teve início através da solicitação de moradores da localidades da Tijuca, Grajaú, Andaraí e Praça Saens Peña, que utilizaram para embasar o referido ato o fato de parte do edifício do 1º Batalhão da Polícia do Exército ter abrigado o DOI-CODI do Rio de Janeiro durante toda a década de 1970 e início dos anos 1980, ressaltando a sua importância para a memória da resistência e luta pelo fim da ditadura militar.

Percebe-se ainda a grande importância atribuída a essa memória, quando se destaca que, mesmo o edifício tendo um valor histórico anterior à fase em que cedeu parte de seu espaço ao DOI-CODI/RJ, o pedido de tombamento feito pela população fundamentava-se no que ali havia ocorrido em tempos recentes, durante a ditadura militar. Afinal, esses requerentes propunham que o edifício fosse tirado do Exército e desse lugar a um centro cultural com museu da *memória da luta pela liberdade*.

⁴⁰ Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, antigo Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC). Nº do processo: 12/004336/92. 1º documento de solicitação de tombamento, 26/10/1992.

O edifício foi construído em 1857 pela Imperial Coroa para servir de sede a um Hospital Militar, entretanto, lá se instalou o 1º Regimento de Cavalaria Ligeira e, posteriormente, o Hospital Militar da Corte, com funcionamento até fevereiro de 1877. Desde então, a construção foi utilizada pela Escola do Estado Maior, pelo 2º Batalhão de Caçadores, pela Escola de Intendência e, a partir de 1946, pelo 1º Batalhão da Polícia do Exército.⁴¹

Em ampla área, está situado na confluência da Rua Barão de Mesquita com a Avenida Maracanã, abrangendo também a Praça Lamartine Babo. Conforme pode ser observado na página anterior, Foto N.º1, ao redor de todo o espaço ocupado pelo prédio, estende-se uma mureta de alvenaria, com grade assente na parte frontal do quartel. O complexo arquitetônico do 1º BPE apresenta, nas extremidades, alas perpendiculares que formam no meio um largo pátio. A última dessas alas possui os fundos voltados para a Avenida Maracanã, em frente a um dos portões de entrada e saída de veículos do quartel. Era exatamente nesta parte, localizada no final do pátio central do Batalhão, do lado esquerdo, ao lado da antiga fábrica de bebidas Brahma, que as celas e a sala de tortura do DOI-CODI/RJ estavam localizadas. A seguir, na Foto N.º2, visualiza-se o fundo deste edifício, na Avenida Maracanã:

⁴¹ Para mais informações, ver: Gerson, 2000: 357.



Foto N.º2: prédio do DOI-CODI/RJ, nos fundos do quartel, localizado na Avenida Maracanã (Bettamio, dez. 2004).

Como se pode ver na Foto N.º2, em cima do muro do 1º BPE, exclusivamente na parte que cerca os fundos do antigo prédio do DOI-CODI/RJ, está localizada uma cerca de arame farpado. Assim, além da descrição dos entrevistados e da forma como o primeiro-sargento nomeou o local, ao apontá-lo durante a minha segunda visita ao Batalhão em 2004, entende-se esta cerca como mais um indício de que lá ficavam as celas do então DOI-CODI/RJ. Tais celas estavam distribuídas pelos dois pavimentos do edifício, conforme pode-se auferir nos relatos e comprovar na Foto N.º2, onde, pela distribuição das janelas, nota-se que o prédio é composto, de fato, por dois andares:

O local da prisão era mais nos fundos. Quando você chega ali, você tem duas entradas, uma pela pracinha [Foto N.º3], onde entram os carros, e, outra pela frente, bem na Barão de Mesquita [Foto N.º1]. Nesta entrada, tem uma mesa com um oficial do dia, depois vem uma espécie de pátio aberto, como se fosse uma quadra. Já nos fundos do quartel, passa a Avenida Maracanã por trás da Polícia do Exército. As celas, tanto a da prisão como a da tortura, eram mais perto da Avenida Maracanã. Era lá, naquela parte mais para o

final, mais isolada. Você ficava mais próximo da Avenida Maracanã e da fábrica da Brahma [...] (Carvalho, 12 set. 2002)



Foto N.º3: uma das entradas do 1º BPE para veículos, de frente para a Praça Lamartine Babo (Bettamio, dez. 2004).

Os prisioneiros políticos recém-capturados, transferidos de outros órgãos de repressão ou mesmo do Hospital Central do Exército chegavam ao 1º BPE dentro de uma das viaturas das *turmas de busca e apreensão* do DOI, que faziam parte da estrutura abordada no primeiro capítulo. Os automóveis que os traziam entravam no Batalhão através do portão para veículos que fica em frente à Praça Lamartine Babo (Foto N.º3), entre a Rua Barão de Mesquita e a Avenida Maracanã. Ao entrarem por este portão, os carros seguiam em linha reta pelo pátio interno até chegarem ao prédio do DOI-CODI, no fundo do quartel (Foto N.º2), onde os presos eram deixados.

Este trajeto de chegada, descrito pelos entrevistados, parece ser até hoje um procedimento formal para controlar a entrada de veículos no Batalhão e, através dele, evidencia-se que o DOI-CODI, mesmo não sendo subordinado ao 1º BPE, tinha como dever respeitar algumas normas de segurança ali vigentes. Entre essas normas estava o impedimento de utilizar o portão para veículos localizado na Avenida Maracanã (Foto

N.º2) para a entrada e a saída de seus presos, mesmo sendo mais prático e reservado, pois este portão ficava ao lado do prédio do DOI-CODI. Porém, como todo quartel militar preza por um controle rígido de segurança, uma vez que são responsáveis por guardar armas e outros equipamentos bélicos, esses agentes eram obrigados a respeitar a estrutura de segurança tradicional do 1º BPE:

[...] a gente entrava pela pracinha, aqui do lado [aponta para o desenho que faz no papel], a gente entrava, dentro dos carros, aqui por esse portão (o da praça). A gente não entrava pela porta principal, não! E nem entrava ou saía pelo portão do lado do prédio que a gente ficava [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

No prédio do DOI-CODI/RJ (Foto N.º2), as celas “solitárias” se localizavam somente no andar de baixo. Nelas os prisioneiros recém-chegados permaneciam nos primeiros dias de prisão para ficarem no mesmo andar da sala de interrogatório, ou “sala de tortura” – como os presos a chamavam – facilitando o deslocamento. Era no momento inicial da prisão que as *turmas de interrogatório preliminar* executavam a parte massiva dos interrogatórios, o que, por conseguinte, demandava a necessidade dos presos ficarem em celas geograficamente próximas à “sala de tortura”.

Nos primeiros dias de prisão era quando os presos eram levados assiduamente para a “sala de tortura”, visto que poderiam informar sobre os “pontos de encontro” e os “aparelhos” ainda válidos, informações que levariam os agentes dos DOI até outros “subversivos”. Além da “sala de tortura”, a cela do tipo “solitária” era mais um artifício para torturar o preso recém-chegado, a fim de degradá-lo e desestruturá-lo psicologicamente, de forma a impulsioná-lo a falar mais rapidamente o que sabia. Para isso, essas celas “solitárias”, além de deixarem o preso isolado dos demais, se diferenciavam estruturalmente das outras que existiam no mesmo prédio, localizadas em

maior parte no pavimento superior, para as quais os presos eram transferidos após o momento inicial de sua prisão.

Nas celas do segundo andar existia banheiro com chuveiro e um colchão para cada preso. Já nas “solitárias”, além do preso ficar sozinho, não havia cama, colchão, banheiro ou mesmo pia. Durante o tempo em que lá permaneciam, os prisioneiros não tinham direito a tomar banho. Eram celas pequenas, com portões de grades vazadas, contendo apenas um buraco no chão para que o preso ali pudesse evacuar. Os presos eram obrigados a conviver com o cheiro de sua própria urina e fezes no provável intuito de denegrir a sua condição de ser humano:

[...] logo que eu cheguei fui para a ‘solitária’, era torturada ia para a ‘solitária’, era torturada e ia para a ‘solitária’ [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

[...] primeiro que quando você é preso você passa alguns dias sem tomar banho, na verdade eu só fui tomar banho mesmo depois que eu fui para a cela coletiva [...] (Carvalho, 8 fev. 2003)

Aqui [aponta para as celas do andar térreo do prédio que desenhou em um papel] era só o pessoal que ficava de castigo, era barra pesada [...] você não tinha lugar para dormir, não tinha lugar para nada! Tinha só um buraco para você fazer as suas necessidades. Na solitária não tinha nem colchão, nem banheiro, nem privada, era um buraco! Nem tinha chuveiro! Pelo menos essas celas de cima tinham chuveiro [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)



Foto N.º4: * visão panorâmica do espaço ocupada pelo 1º BPE, com destaque, aos fundos, para o prédio do DOI-CODI (Bettamio, dez. 2004).

A “sala de tortura”, localizada no primeiro pavimento do prédio, é referida pelos prisioneiros também como “sala roxa”, pela cor de suas paredes. Anexa a ela estava a sala de observação que era separada da “sala roxa” por um vidro, o chamado “espelho da verdade”. Este vidro, composto por uma placa semi-espelhada, possibilitava que, da sala de observação, se pudesse ver e reconhecer quem estava do outro lado sem ser visto. Assim, presos e militares poderiam identificar pessoas e observar interrogatórios sem serem reconhecidos:

[...] a sala de tortura era pintada de uma cor horrorosa, como se fosse um roxo [...] essa sala tinha um vidro, que era o espelho da verdade, porque dava acesso à outra sala, onde ficavam pessoas para te observar sem serem vistas [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

* A seta indica a localização do prédio do DOI-CODI dentro do espaço do 1º BPE.

[...] aqui tinha a famosa sala roxa, duas, uma do lado da outra, isso no primeiro andar. Porque ali estavam as pessoas que eles estavam inquirindo direto [...] (Freire, 28 jun. 2004)

Os dados informados acima são exemplos típicos de detalhes apresentados pelos entrevistados que muito podem contribuir para o entendimento desse passado. Afinal, em uma primeira impressão, essas narrativas podem transmitir a ideia de que as paredes roxas serviam apenas para imprimir um aspecto sombrio à “sala de tortura”, servindo como mais um elemento produzido para intimidar o depoente durante o interrogatório. No entanto, ao saber-se que uma das paredes dessa sala era composta pelo dito “espelho da verdade”, deduz-se que esta era bem iluminada. O vidro que a dividia do local anexo, muito utilizado nas salas de reconhecimento em delegacias de polícia, age através de um mecanismo pelo qual quem está do lado mais iluminado vê apenas o reflexo de sua própria imagem, sem enxergar o que está do lado mais escuro.

A partir disso, infere-se que as paredes roxas da “sala de tortura” não eram apenas um aparato de tortura psicológica, mas, provavelmente, uma forma de deixar os integrantes das *turmas de interrogatório preliminar* mais à vontade para interrogar, ameaçar e torturar os seus prisioneiros. Menos iluminada do que se suas paredes fossem brancas, contribuía para que os prisioneiros não pudessem ver os militares de forma tão clara e nítida, fazendo com que os torturadores não se sentissem acuados por atuar com os seus rostos à mostra, chegando mesmo a retirar o capuz dos prisioneiros:

[...] chegando nessa sala de tortura, normalmente eles tiravam o capuz. Quer dizer o capuz, na verdade, era um mecanismo mais de intimidação, de deixar a gente apavorada, do que para eles se esconderem mesmo, porque na tortura a gente acabava vendo os torturadores [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

No DOI-CODI eu apanhei de cara limpa, eu vi quem me bateu, quem me torturou [...] (Freire, 28 jun. 2004)

No segundo andar do prédio do DOI-CODI/RJ, em meio às demais celas coletivas e encostada em outra menor, se encontrava uma cela feminina bem espaçosa, onde Dulce, Ana e Cecília ficaram durante parte do tempo em que estiveram na instituição. Essa cela, mencionada pelas entrevistadas ora por “coletivo das mulheres”, ora por “Maracanã”, tinha no alto da parede de fundo um basculante, que, como bem se pode observar na Foto N.º2, provavelmente estava presente em todas as celas coletivas, tanto as do primeiro quanto as dos segundo andares. Entretanto, no caso do “coletivo das mulheres” e da cela nele encostada, esses basculantes eram virados para o pátio interno do 1º BPE e, por conseguinte, os portões dessas celas ficavam na direção do muro da Avenida Maracanã:

[...] eu fui para a cela do lado, que era o coletivo das mulheres, que era a cela Maracanã, como a gente chamava. [...] Eram duas celas. Essa era enorme e tinha a outra, na outra ponta [...] que era uma cela menor. Eu fiquei nas duas, que eram as duas celas que ficavam na frente, que davam para o pátio. A gente trepava [no basculante da cela] e só via o pátio. (Coimbra, 30 nov. 2004)

Tinha até uma cela ampla, grande, que chamavam de coletivo das mulheres. Então, a maior parte do tempo eu fiquei nessa cela grande [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

No DOI-CODI não havia uma grande separação entre prisioneiros e prisioneiras, uma vez que as celas do primeiro e do segundo andares comportavam tanto homens quanto mulheres. No entanto, não havia celas mistas. Apesar de que, como somente homens afirmaram ter permanecido em celas do piso térreo, pressupõe-se que neste pavimento, com exceção das celas “solitárias”, localizavam-se em grande parte cárceres

coletivos masculinos, que também existiam no segundo andar, demonstrando que era maior o número de prisioneiros homens:

[...] eu sempre fiquei no térreo, nunca subi para aquela parte, apesar de que, lá onde ficavam as celas, tinha uma escada. Tinha uma parte térrea, onde ficavam nossas celas, e tinha também umas celas em cima [...] (Carvalho, 12 set. 2002)

No térreo, tinha duas celinhas aqui [rabisca em um pedaço de papel], uma no cantinho aqui, e eu fiquei nessa segunda aqui, aí ainda tinha a do meio e mais duas para cá, eram cinco celas [...] (Freire, 28 jun. 2004)

A partir dessa cartografia do espaço físico do DOI-CODI, viabilizou-se uma aproximação com a geografia do ambiente que mantinha uma íntima relação com o cotidiano dos entrevistados no período em que lá permaneceram como prisioneiros do sistema de segurança.

3. Memórias de um cotidiano

Falar sobre essa parte da história implica muitas dificuldades, pois suscita lembranças mal-vindas, porém necessárias ao conhecimento de nossa sociedade. Trata-se aqui de uma viagem de volta ao inferno, de uma face que para muitos traduz suplícios físicos e psíquicos, sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico, abandono e desespero (Coimbra, 2004: 45).⁴²

Como já dito, o momento da realização de uma entrevista é definidor da maneira pela qual o(a) entrevistado(a) recupera o seu passado. A construção da memória sobre o cotidiano vivido no DOI-CODI em 1970 não escapou desse *passé do présent* e, de

⁴² Artigo *Gênero, Militância e Memória* escrito pela entrevistada Cecília Coimbra e publicado em: Strey, Marlene Neves (org.). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

forma muito interessante, ao mesmo tempo em que sofria influências desse presente, também agia politicamente sobre ele. Beneficiados por uma legislação que buscava reparar os variados danos causados pelo Estado ditatorial, os entrevistados visavam, sobretudo, a obter reparações simbólicas, começando pela consolidação de suas memórias. Por isso mesmo, lutavam por ações governamentais, tais como a construção de museus sobre a ditadura militar em locais que haviam servido como prisão política na época e a instalação da Comissão da Verdade no país.

Assim, em 24 de janeiro de 2009 foi inaugurado no anexo do antigo prédio do Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo (Deops) o *Memorial da Resistência de São Paulo*. É a primeira instituição do país a “musealizar” parte de um edifício que foi símbolo da polícia política em épocas de ditadura a fim de salvaguardar a memória da resistência e da repressão do Brasil republicano.⁴³ E, finalmente, em 18 de novembro de 2011 a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que criava a Comissão da Verdade (lei n.º 12.528/2011). Esta será composta por sete integrantes, que ainda serão indicados e contarão com ajuda de 14 auxiliares, que terão a missão de ouvir depoimentos em todo o país, requisitar e analisar documentos que ajudem a esclarecer os fatos da repressão militar. A Comissão irá apurar as violações de direitos ocorridas entre os anos de 1946 e 1988 e terá um prazo de dois anos para finalizar este trabalho de investigação.

⁴³ Para mais informações sobre o *Memorial da Resistência de São Paulo*, consultar: <http://www.memorialdarestenciasp.org.br>

3.1. O interrogatório e a tortura

Tendo em vista as novas funções que se apresentavam para os agentes da repressão lotados nos DOI-CODI, era necessário um treinamento que incluía, entre outras matérias, o manuseio da dosagem de dor infringida durante os interrogatórios. Depois de passarem por tal treinamento, os militares poderiam atuar em uma das *três turmas de interrogatório preliminar* que compunham a *Subseção de interrogatório*, responsável direta por torturar os presos, ou em uma das turmas da *Seção de busca e apreensão*, que capturavam os suspeitos e os direcionavam aos DOI.

Esse processo de formação de mão-de-obra para atuar no DOI-CODI surgiu em 1970, quando uma escola de repressão foi criada a partir da mudança de comando e da reforma curricular do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), no forte do Leme. O novo CEP passava a oferecer cursos de informações para oficiais, programas de extensão para sargentos e estágios para quadros das polícias militares, todos, normalmente, com duração de um semestre. Nesses cursos, os alunos assistiam aulas sobre técnicas de interrogatório – o que incluía o manuseio de aparelhos de tortura – e vigilância, táticas de “neutralização de aparelhos” e de transporte de presos, operações especiais, criptologia e produção de informações. Ao fim do curso, o aluno recebia uma certificação através da qual poderia atestar sua aptidão para desempenhar as funções de um oficial de informações.

Parte dos métodos aprendidos nessa escola é retratada, em entrevista para a revista *Veja*, de 9 de dezembro de 1998, pelo tenente Marcelo Paixão de Araújo que, de acordo com Elio Gaspari (2002), teria atuado como torturador no 12º Regimento Interno de Belo Horizonte, entre 1968 e 1971:

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o ponto [lugar marcado para encontros

com militantes do grupo]. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. Dependia muito de quem aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória [...]. Você manda o sujeito abrir a mão. O pior é que, de tão desmoralizado, ele abre. Aí se aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas [...], é uma corrente de baixa amperagem e alta voltagem [...]. Não tem perigo de fazer mal. Eu gostava muito de ligar as duas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado. O que não pode fazer é deixar a corrente passar pelo coração. Aí mata. [...] o último estágio em que cheguei foi o pau-de-arara com choque. Isso era para o queixo-duro, o cara que não abria nas etapas anteriores. Mas pau-de-arara é um negócio meio complicado [...]. O pau-de-arara não é vantagem. Primeiro, porque deixa marca. Depois, porque é trabalhoso. Tem de montar a estrutura. Em terceiro, é necessário tomar conta do indivíduo porque ele pode passar mal. (Gaspari, 2002: 182-183)

Antes de começar a atuar, esses agentes passavam por treinamento no DOI-CODI, feito provavelmente com alguns prisioneiros que já estavam lá há algum tempo e que haviam mostrado ter boa resistência. Conforme se pode evidenciar a partir da declaração feita por Dulce Pandolfi, em 1970, registrada na *auditoria militar*:⁴⁴ [...] *que foi exposta, perante 20 oficiais, como numa demonstração de aulas de torturas, pau-de-arara e choques; [...]* (Arquidiocese de São Paulo, tomo V, 1985: 758)

Essa denúncia feita na época por Dulce na auditoria da Justiça Militar foi publicada em *A Tortura*, tomo V do “Projeto A” da pesquisa coordenada pela Arquidiocese de São Paulo e intitulada *Brasil: Nunca Mais*. O “Projeto A” é constituído por doze volumes que contêm as conclusões da referida pesquisa, feita a partir da

⁴⁴ Assim são chamadas as varas criminais com atribuição específica de atuar em processos de crimes militares da Justiça Militar brasileira.

reunião de cópias da quase totalidade dos processos políticos que tramitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Esses volumes foram reproduzidos vinte e cinco vezes pela Arquidiocese de São Paulo, formando coleções que foram doadas a entidades de direitos humanos, pesquisa e documentação.⁴⁵ As 6.891 páginas do “Projeto A” estão resumidas no “Projeto B”, o livro *Brasil: Nunca Mais*, também datado de 1985 e publicado pela Editora Vozes.

Os primeiros momentos no DOI-CODI

Desde o momento da detenção, o preso era submetido a diversos tipos de maus tratos. Já a caminho do cárcere, ainda dentro do automóvel, começavam as agressões, como tapas, pontapés, e empurrões a fim de acelerar a sua desestabilização para que entregasse mais rapidamente informações que agilizassem a prisão de outros militantes procurados.

As torturas que Ana Batista relata ter sofrido durante o percurso de transferência da OBAN/SP para o DOI-CODI/RJ, destacadas em seu memorial – escrito em outubro de 2004, um mês antes de sua entrevista, e encaminhado à Comissão Especial da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro –, trazem aspectos próximos à realidade vivida na época pelos presos políticos do DOI-CODI/RJ:

[...] dez dias após a prisão, fui levada de São Paulo [DOI-CODI/SP] para o Rio [DOI-CODI/RJ] de madrugada numa C-14, onde permaneci no banco de trás entre dois agentes de grande porte. No meio do caminho, na Via Dutra, eles entraram por uma estradinha, pararam o carro e me mandaram descer aos berros. Com fortes dores no corpo – especialmente nos rins –, queimaduras infectadas pelos choques elétricos, exausta dos interrogatórios e

⁴⁵ Os doze volumes do “Projeto A” estão disponíveis no Arquivo do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTMN/RJ).

sem dormir há dias, desembarquei meio trôpega. Gritaram improperios e ordenaram que eu fugisse. Como estava muito tonta, sem saber o que pensar ou fazer, não fiz nada. Atiraram, então, repetidas vezes em volta de mim, que permaneci encostada em uma árvore; gritaram várias vezes para que eu fugisse. Caí no chão, o que os fez parar de atirar e se jogarem em cima de mim às gargalhadas. Colocaram-me de volta no carro e continuamos a viagem rumo ao DOI-CODI-RJ. (Batista, out. 2004)

Assim, quando chegavam ao DOI-CODI/RJ, após passarem pelo portão de entrada da Praça Lamartine Babo (Foto N.º3), os presos preenchiam uma ficha de identificação e eram levados para a “sala roxa”, no andar térreo do prédio dessa instituição (Foto N.º2). Lá, em meio a interrogatório, as ameaças e torturas se intensificavam, perpetradas pelos integrantes de uma das três *turmas de interrogatório preliminar* de plantão no momento.

Cabe lembrar que tais turmas eram constituídas por militares treinados para conseguir extrair rapidamente dos presos o maior número possível de informações, principalmente sobre a data, hora e local de seu próximo “ponto” de encontro. Afinal, caso esses agentes não conseguissem tais dados logo nos primeiros dias, não chegariam ao local a tempo de pegarem o outro militante clandestino que o preso encontraria. A partir do momento em que a ausência desse militante fosse notada, integrantes de sua organização política deduziriam o motivo e, por proteção, modificariam os locais dos “aparelhos” e dos próximos “pontos”. As informações do preso recém-capturado se tornariam, então, desatualizadas, o que dificultaria a investigação dos agentes do DOI-CODI/RJ.

As torturas infringidas aos presos eram mais intensas logo depois da prisão. Lutando contra o tempo, era comum deixar o preso em celas “solitárias”, localizadas no andar térreo, conforme já indicado. Dessa forma, os presos recém-chegados ficavam bem próximos à sala de interrogatório, a “sala roxa”, justamente por serem para lá

levados com frequência. Como nas “solitárias” os presos ficavam sozinhos e não podiam contar com itens básicos de higiene e proteção do corpo (tais como banheiro, chuveiro, colchão e cobertor), acabavam se sentindo ainda mais desestruturados e, por conseguinte, desestabilizados. Logo, no momento inicial da prisão, quando os presos não eram submetidos às torturas físicas, eram submetidos às torturas psicológicas das “solitárias”, as chamadas *torturas brancas*⁴⁶, espécie de degradação fria, sem violência humana explícita.

Por outro lado, os presos recém-capturados tinham consciência de que era naquele momento inicial que mais poderiam prejudicar seus companheiros de organização. Diante disso, normalmente tentavam dificultar o acesso dos militares às informações, lutando para resistir às torturas. Apesar de muitas vezes fracassarem, tentavam segurar os dados que tinham ao menos até passar o horário do próximo “ponto” que haviam combinado com outro militante. Portanto, avalia-se que, provavelmente, o grau de resistência inicial do prisioneiro estava diretamente relacionado ao da intensidade da tortura a ele perpetrada e vice-versa, conforme analisa-se nos trechos da entrevista de Ana de Miranda Batista abaixo destacados:

[...] o meu negócio era ganhar tempo e o deles era conseguir informação. A luta é essa nos primeiros dias, é você dar o mínimo de informações e eles querendo arrancar o máximo de informação. Aí eles vêm com a máxima de que torturar é investigar! [risos] E daí, se precisar, até a morte! O negócio é conseguir informação!

⁴⁶ Em 1971, quando os ex-prisioneiros aqui entrevistados já não estavam mais no 1º BPE, o projeto “Tortura Limpa” foi ali instalado. Segundo Elio Gaspari, o andar térreo do DOI-CODI/RJ sofreu obras para que fossem construídos quatro novos cubículos: um foi forrado com isopor e amianto, a fim de fazer o prisioneiro sentir frio constantemente; outro se tornou uma câmara de ruídos, pela qual o preso ouviria o barulho por todo o tempo em que lá estivesse; o terceiro foi todo pintado de branco, provocando dor na vista do preso, devido à claridade constante na cela; o último transformou-se em um ambiente todo preto, não fornecendo a quem estivesse em seu interior nenhuma claridade, causando choque na vista, quando exposto a claridade normal (Gaspari, 2002: 189-190).

[...] quando eu cheguei à OBAN [que, na época de sua prisão, já havia se transformado em DOI-CODI/SP] já era noite, eles estavam tomando cerveja comemorando que eu tinha caído. E aí eu passei o ponto da Ana Maria, do Carlos Eugênio com o Bacuri... Porque lá era um inferno [...] lá eu passei um monte de ponto e todos eles eram procurados. Então aí é que a barra pegou mesmo. (Batista, 17 nov. 2004)

Os trechos acima, mesmo sendo baseados em uma experiência vivida no DOI-CODI/SP, trazem muitas informações sobre o cotidiano prisional vivido, de forma geral, em todos os DOI-CODI. Afinal, conforme ressaltado anteriormente, esses órgãos estavam espalhados por todas as jurisdições territoriais do Brasil e seguiam, basicamente, a mesma organização. Portanto, pode-se concluir aqui que em ambos os DOI-CODI, no momento inicial da prisão, existia essa relação entre a intensidade das sessões de tortura adotadas pelos militares e o tamanho da vontade de resistir do preso.

Tal relação se torna ainda mais perceptível pela frustração sentida na fala de Ana, ao afirmar ter passado muitos “pontos”, inclusive o de “Bacuri”, codinome de Eduardo Collen Leite, seu companheiro de organização. Ana, no momento da entrevista, sabia que “Bacuri” havia sido preso em agosto de 1970, alguns dias depois de sua prisão, e que havia morrido sob tortura. Quando admite ter entregado aos agentes do DOI/SP o ponto de encontro, Ana se culpa. O depoimento é o momento em que Ana aproveita para se justificar, ao demonstrar que acredita no quanto a resistência à tortura era importante no início da prisão, mas como ela se tornava limitada, sendo rapidamente derrotada. Resistir ao DOI-CODI era muito difícil, já que os agentes haviam sido fortemente preparados para a “guerra interna” e, não por acaso, se tornariam os grandes responsáveis pela desarticulação das organizações de luta armada.

O silêncio dos demais entrevistados sobre as informações que concederam ou não aos agentes das *turmas de interrogatório preliminar* serve aqui como mais um argumento para a tese de que, apesar da grande resistência inicial dos presos políticos, e

também por causa dela, a violência vivida no DOI-CODI/RJ nos primeiros dias de prisão era intensa e, quase sempre, prevalecia. Afinal, caso não fosse desse modo, os entrevistados provavelmente orgulhar-se-iam de sua resistência e, por conseguinte, não lhes faltariam motivos para lembrá-la e narrá-la. Logo, o silêncio aqui também se torna revelador.

Através desse silêncio, destaca-se ainda que, talvez pelos mesmos motivos que Ana opta por lembrar e justificar-se, os demais entrevistados optam por silenciar e tentar esquecer. Todos, apesar de agirem de acordo com suas personalidades e experiências de vida, provavelmente se sentem culpados ou envergonhados por não terem aguentado esconder o que sabiam até o fim e poupado muitos de seus companheiros da prisão e até mesmo da morte.

A segunda fase

Passada esta primeira fase da prisão no DOI-CODI/RJ, que durava em média uma ou duas semanas, os presos eram transferidos para celas maiores. Estas continham banheiro, colchão e, em grande parte das vezes, outros prisioneiros.

Nessa segunda etapa, os presos não ficavam isentos das idas à “sala roxa”, porém estas não eram tão frequentes quanto anteriormente. Afinal, a busca desesperada por “pontos”, codinomes ou “aparelhos” não mais cabia, pois esses prisioneiros já estavam distantes de suas organizações há tempo suficiente para que suas prisões fossem notadas, e, por conseguinte, para que as informações que tivessem já não fossem mais “quentes”.

Nessa fase, as visitas à “sala roxa” davam-se por outros motivos. Normalmente para ajudar em análises de novas suspeitas. Os agentes das *turmas de interrogatório preliminar* poderiam levar um preso mais antigo para a “sala roxa” para ser acareado

com um recém-chegado, com quem suspeitavam estar, de alguma forma, relacionado. Poderiam também levá-lo até lá para ser interrogado a respeito de novas e possíveis ações da esquerda armada, conforme indicassem as informações recebidas pelo CODI conjugadas às análises feitas pelo *Setor de análise e informações* sobre algum material apreendido pela *Seção de busca e apreensão*. É o que pode-se concluir a partir da caracterização sobre a formação e a atuação dos DOI, quando colocadas em diálogo com as informações trazidas pelos trechos destacados abaixo:

“Nome, codinome e aparelho”, isso é que eles querem saber de imediato. Depois que passa algum tempo, isso não interessa mais. Aí, eles têm um trabalho mais analítico, que era para saber de outros que acabaram de cair, o que eles têm, de quê já participaram, o que está acontecendo [...] (Batista, 17 nov. 2004)

[...] de quem era preso, eles queriam duas informações imediatas, eles começavam a te bater e só pediam o ponto, o local de encontro que você tivesse com alguém e o aparelho, que era o apartamento alugado ou qualquer coisa assim. Era isso o que eles queriam, basicamente [...] (Freire, 28 jun. 2004)

Como o DOI-CODI/RJ tinha poucas celas e muita rotatividade, quando o preso não mais interessava às investigações, era normalmente mandado para o DOPS, onde era aberto o processo de crime político e ficava detido até o primeiro julgamento – como ocorreu com Antônio de Carvalho, Dulce Pandolfi e Ana de Miranda Batista. Porém, quando o seu caso tivesse relação com uma das outras Forças Armadas, o preso era transferido para a instituição repressiva diretamente ligada a esta – como aconteceu com Fernando ao ser levado do DOI-CODI/RJ para o CISA, órgão de repressão ligado à Aeronáutica –, onde permaneceria até quando seus agentes julgassem necessário. Além disso, caso os agentes do DOI-CODI/RJ constatassem que o prisioneiro não estava

envolvido diretamente em nenhum crime político, ele poderia ser posto em liberdade provisória – como ocorreu com Padre Mário e Cecília Coimbra.

Vale lembrar que o DOI-CODI/RJ não era um presídio comum. Lá os suspeitos de crimes políticos não estavam cumprindo pena baseada em um processo e sim na menagem, estipulada pelo Código Processual Militar, criado pelo decreto-lei N.º1002, de outubro de 1969. Por meio da menagem, os suspeitos de crimes políticos – que, a partir do AI-5, tinham passado a ser julgados pela Justiça Militar – poderiam ser arbitrariamente detidos e levados ao quartel responsável pela Região Militar onde estivessem. A menagem era justificada como uma forma de prisão cautelar, que visava evitar o convívio do acusado com pessoas que já estivessem condenadas, até o seu julgamento em primeira instância. Dessa forma, os suspeitos de crimes políticos da Região Militar que englobava o Rio de Janeiro ficavam detidos no DOI-CODI/RJ, localizado no quartel do 1º BPE, e ali permaneciam presos sem direito a formalidades convencionais de uma prisão, tais como as visitas de familiares e de um advogado, por um período que chegava até 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 60 dias.

Porém, como ressaltado anteriormente, quando novos grupos de suspeitos lá chegavam, a saída dos presos mais antigos era impulsionada, mesmo sem ainda terem sido julgados. No entanto, como esses presos ainda estavam sob a menagem e, por isso, não poderiam ir para um presídio comum, a assessoria jurídica e policial do DOI/RJ ou os transferia ou os colocava em liberdade provisória, controlando, nesse último caso, para que não saíssem da respectiva Região Militar até o seu julgamento em primeira instância:

[...] fiquei três meses lá na PE, na Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. Depois fui levada para o DOPS [...] lá na PE, a gente ficava nessa triagem, sendo torturado ou ouvindo grito de tortura, e esperando lá o tempo até eles resolverem a nossa situação e sermos transferidos. Então lá era um

esquema de uma circulação muito grande de pessoas. Daí o quartel estava sempre cheio, porque, de repente, quando caía alguma organização, apareciam lá 30 ou 40 pessoas presas naquela noite e aquilo ficava abarrotado de gente. Então, tinha momentos que a coisa ficava mais tranquila e tinha momentos que aquilo ali ficava realmente lotado. [...] a PE era isso, a PE não tinha uma rotina desses presídios da linha tradicional, lá ninguém recebia visita, porque era a fase completamente ilegal da sua prisão [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Outro aspecto interessante da menagem que interferia no cotidiano prisional do DOI-CODI/RJ são as regras para o tempo de inquirição, estipuladas pelo decreto-lei nº 1002/69. Este impunha que, exceto em casos de urgência, os presos que estivessem sob menagem deveriam prestar depoimentos durante o dia, das sete e às 18 horas. Além disso, esses prisioneiros não poderiam ser inquiridos por mais de quatro horas consecutivas, tendo direito, após esse período, a um intervalo de meia hora, antes de voltarem a ser interrogados:

Art. 19. As testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as sete e as dezoito horas.

[...]

Inquirição. Limite de tempo

2º A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito. (Decreto-lei nº 1002, 21 out. 1969)

A partir disso, faz mais sentido ainda as diferentes distâncias existentes entre as celas e a sala de tortura nas duas fases da prisão. Como o prazo máximo estipulado para um interrogatório era de quatro horas, tendo o prisioneiro, após este tempo, direito a um

descanso de ao menos meia hora, no primeiro momento da prisão no DOI-CODI/RJ, deixar o preso perto do local onde eram feitos os interrogatórios era um facilitador. Essa proximidade entre a cela e a “sala roxa” não era necessária para o preso que estivesse na segunda etapa da prisão, já que ele não seria transportado de um lugar para o outro com tamanha frequência e, provavelmente, os interrogatórios que lhe seriam destinados, nem chegassem às quatro horas permitidas pelo referido Decreto-lei.

Nas narrativas de todos os entrevistados estão presentes as experiências vividas nas duas fases da prisão. Todos eles passaram os primeiros dias em solitárias e, posteriormente, ficaram em celas maiores. Padre Mário foi a única exceção. Sua prisão no DOI-CODI/RJ não passou por essas duas etapas, encaixando-se, portanto, em um dos casos extraordinários dessa instituição. Afinal, desde o momento em que foi levado para o prédio do DOI-CODI/RJ, Padre Mário afirma ter dividido uma cela no segundo andar com outros padres e, depois, ter sido transferido para uma cela do primeiro andar, onde ficou sozinho e de frente para as celas de jovens militantes de sua Associação, conforme pode-se conferir no trecho abaixo:

[...] foi exatamente em setembro, logo nas primeiras duas semanas em que nós estávamos presos, que eles me passaram para o primeiro andar, porque estávamos todos no segundo andar. [...] então, nos primeiros dias nós, padres, passamos todos juntos [...] e depois fomos separados. Então, me colocaram sozinho nessa cela do andar de baixo, bem em frente às celas dos jovens que estavam presos no CENIMAR e que foram levados para lá para serem torturados [...] (Prigol, 28 set. 2004)

Essa diferença no cotidiano prisional encontra coerência quando embasada por alguns argumentos aqui levantados. Como a fase em que os presos ficavam nas “solitárias” tinha por finalidade desestruturá-los e, principalmente, deixá-los mais próximos da sala de tortura, para onde seriam levados com frequência, essa fase não

deveria ser destinada a um padre sem envolvimento em uma organização de luta armada. Os militares teriam que responder à Igreja caso algo de mais grave lhe acontecesse dentro do DOI-CODI/RJ. Colocar sua vida em risco deveria ser uma opção somente se ele tivesse informações preciosas para a neutralização da guerrilha urbana, principal objetivo do grupo de repressão em 1970, conforme indicado na monografia do coronel Pereira analisada no primeiro capítulo.

Então, como a associação da qual participava, a ACO não tinha envolvimento com a luta armada, a morte de Padre Mário poderia causar desnecessariamente uma tensão, até então não deflagrada, entre o Exército e a Igreja Católica.⁴⁷ Além disso, como se encontrava em uma faixa etária mais elevada, com cerca de 40 anos, ele tinha o agravante de ter uma saúde mais frágil que grande parte dos presos do DOI-CODI/RJ, que eram majoritariamente jovens estudantes. Assim, o tratamento prisional diferenciado ali recebido por Padre Mário visava diminuir as chances que ele tinha de desenvolver problemas decorrentes de torturas. Essa interpretação encontra fortes indícios em um dos trechos de sua entrevista:

[...] a mim, eles só colocaram o fio elétrico aqui [aponta para um dedo da mão esquerda] e no pé esquerdo, eu fiquei sabendo que no mesmo lado do corpo, eu não sentiria tão forte, mas mesmo assim eu resisti, resisti... Bom, então, diante da prisão da gente, eu sofri também torturas, mas eu, depois que fingi estar sentindo o coração, eles deixaram de dar choques [risos]. Cada um tem que se defender de alguma forma. (Prigol, 28 set. 2004)

Afinal, por meio da descrição acima destacada, nota-se que, apesar de não excluïrem Padre Mário das sessões de tortura, uma vez que era esse o procedimento de investigação do DOI-CODI/RJ, existia, de fato, certo temor em causar-lhe graves

⁴⁷ Para informações sobre as tensões que ocorreram entre a Igreja Católica e a ditadura militar, ver: Serbin, 2001: 17-77.

sequelas. Dessa forma, por mais que Padre Mário relate que sua atitude de defesa conseguiu inibir a ação daqueles agentes, conclui-se aqui que, caso ele não tivesse as características profissionais, morais, etárias e ideológicas aqui descritas, certamente tal inibição não ocorreria. Ao menos, não na mesma proporção.

Testando a resistência

No ano de 1970, esta preocupação em evitar sequelas evidentemente não se aplicava a jovens presos que tivessem algum tipo de ligação com organizações oposicionistas adeptas da luta armada. Conforme pode-se conferir nos relatos sobre os danos à saúde que Dulce, Fernando e Ana destacam ter sofrido por conta das torturas recebidas no DOI-CODI/RJ:

[...] fiquei tomando medicação especial, porque eu estava muito mal, estava com uma paralisia também por causa da tortura, tinha ficado completamente travada, aquilo você vai contraindo, contraindo e deixava você semiparalítica [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Eu desmaiava, acordava e o pau comia, desmaiava, acordava e o pau comia... Não foi fácil, não... Eu lembro que quando eu saí da PE, um mês depois, eu fazia assim [passa a mão no ouvido] e vinha sangue, vinha pus, eu estava bem abalado mesmo. (Freire, 28 jun. 2004)

[...] eu fiquei um mês no Rio, no DOI-CODI. Desse mês, uma semana eu fiquei no HCE [Hospital Central do Exército], eu tremia sem parar, eu estava cheia de ferida. (Batista, 17 nov. 2004)

Em todas as fases da prisão, para cuidar dos estragos causados à saúde do preso durante ou após a sessão de tortura, existiam enfermeiros e médicos no DOI-CODI/RJ. Os enfermeiros tratavam os prisioneiros nas celas conforme a recomendação dos

médicos. Já esses, além de examinarem e receitarem cuidados especiais aos presos machucados, também auxiliavam as *turmas de interrogatório preliminar* durante as torturas, averiguando os sinais vitais dos presos a fim de constatarem o quanto eles ainda poderiam suportar. No entanto, quando a tortura saía de controle, de tal forma que algum preso ficasse tão mal que não respondesse à medicação e aos cuidados médicos feitos dentro do quartel, esse poderia ser levado pelas *turmas de busca e apreensão*, conforme demonstrado no primeiro capítulo, até o Hospital Central do Exército⁴⁸, onde receberiam um tratamento mais especializado.

A existência de médicos no DOI-CODI/RJ pode ser averiguada por meio da confissão de Amílcar Lobo, noticiada pela Revista *Época*, apresentada abaixo:



(ÉPOCA, 27 nov. 2000: 104)

Médico de formação psicanalítica, ele foi denunciado por muitos ex-prisioneiros por exercer a profissão prestando assessoria a torturas, entre 1970 e 1974, no DOI-CODI/RJ. Diante disso, em 1988, teve o seu registro de médico cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. A atuação de Amílcar Lobo, assim como a de

⁴⁸ O Hospital Central do Exército (HCE) ainda está localizado no mesmo local da época, na Rua Francisco Manoel n.º 126, no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro. Para mais informações, acessar: <http://www.hce.eb.mil.br/>

médicos e enfermeiros em geral, também é encontrada nos depoimentos aqui analisados, conforme pode-se conferir nos trechos destacados a seguir:

[...] a primeira pessoa que me visitou, antes de eu ser torturada, foi um médico, o Amílcar Lobo, que depois eu denunciei o ‘filho da puta’ e a gente conseguiu cassá-lo como médico [...] ele acompanhava as torturas antes, durante e depois, era o assessor de tortura, ele dizia: “- Dá uma paradinha agora!” Isso para você agüentar, né? Então, ele entrou na minha cela e me perguntou se eu era cardíaca, tirou a minha pressão, e eu não entendendo nada. Ele tinha um esparadrapo aqui [aponta para o lado esquerdo do peito] para a gente não ver o nome dele. Eu fiquei sabendo o nome dele porque, meses depois, eu já estava na cela de Dulce [Pandolfi]⁴⁹, quando ele... porque a Dulce ficou praticamente sem mexer as mãos [...] e ele entrou e esqueceu o receituário com o nome dele, nós olhamos e eu, quando saí de lá, o denunciei. Anos depois a gente conseguiu que ele fosse cassado [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

[...] o médico que vinha te ver vinha para ver as suas condições, se tinha que parar ou se podia continuar a te torturar. Os caras batiam muito localizado, em partes que você resiste mais, que são nas nádegas, nessa parte daqui [aponta para as costas]. Então, são lugares que o seu corpo suporta mais [...] (Freire, 28 jun. 2004)

[...] como eu fiquei muito mal, eu tive cuidados médicos o tempo quase todo, quer dizer, claro que eram cuidados médicos no sentido de me prepararem para apanhar mais, para ser mais torturada, queriam evitar que eu morresse porque politicamente não interessava [...] tinha lá dois enfermeiros de rotina e tinham também dois médicos, o mais presente, o que sempre visitava a gente era o Amílcar Lobo. Em alguns casos ele participou de algumas sessões de tortura, no meu eu me lembro dele dizendo: “- ela aguenta”, tomando minha pressão, dizendo que eu aguentava apanhar mais ainda. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

⁴⁹ Dulce e Ana e Dulce e Cecília dividiram celas em parte do período em que estiveram presas no DOI-CODI/RJ. A convivência que lá tiveram será analisada ainda neste capítulo.

De fato, a tortura estava presente em grande parte do cotidiano do DOI-CODI/RJ e, para que fosse eficiente e não causasse maiores problemas, tal como mortes indesejadas, ao redor dela havia todo um aparato. Esse era formado tanto por enfermeiros e médicos como também por outras especificidades, tais como técnicas, treinamentos e equipamentos que serão tratados a seguir.

Os métodos da tortura

O médico psicanalista Hélio Pelegrino traz uma ótima definição sobre como funciona a tortura política:

[...] a tortura busca à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue. É este o modelo básico no qual se apóia a ação de qualquer torturador. [...] na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. Da mais íntima espessura de nossa própria carne, se levanta uma voz que nos nega, na medida em que pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade. A tortura nos impõe a alienação total de nosso próprio corpo, tornando estrangeiro a nós, e nosso inimigo de morte. (Pelegrino, 5 jun. 1982: 3)

No interior do DOI-CODI/RJ, em nenhuma das fases da prisão, os presos políticos eram poupados de torturas. No início, as visitas à “sala roxa” eram mais constantes, mas durante todo o período em que permaneciam no DOI-CODI/RJ, os prisioneiros eram levados para lá e lá eram torturados. Nessa sala existiam equipamentos próprios, tornando ainda maior a gama de possibilidades de tortura a serem perpetradas aos prisioneiros. Devido a essa diversidade, as torturas recebiam nomes próprios para serem identificadas pelos oficiais das *turmas de interrogatório preliminar* do DOI/RJ. Tais

nomes, na maior parte das vezes, eram irônicos e serviam para demonstrar como ali a prática da tortura era usual e, ao mesmo tempo, encarada com naturalidade e frieza pelos seus executores.

Em *A Tortura*, tomo V do “Projeto A”, (Arquidiocese de São Paulo, 1985), encontram-se a caracterização e os nomes dessas torturas. Comumente citadas pelos presos políticos da ditadura militar do Brasil, a identificação dessas torturas foi baseada, sobretudo, na análise da documentação dos processos judiciais da época. Afinal, muitas vezes, anexadas a esses processos encontram-se denúncias sobre torturas, feitas por prisioneiros políticos nas auditorias militares. Essas denúncias vão ao encontro de muitas das descrições encontradas nas narrativas dos ex-prisioneiros políticos Antônio, Dulce, Fernando, Padre Mário, Ana e Cecília, construídas já em tempos democráticos (2002-2004). Algumas delas são destacadas a seguir:

- Capuz: tortura psicológica. Impedimento da visão por meio de um capuz, ficando o indivíduo incapacitado de se defender dos golpes a ele direcionados;
- Espancamento: tapas, socos e pontapés aplicados em regiões como rins, estômago e diafragma;
- Telefone: eletrochoque dado por um telefone de campanha do Exército, possuindo dois fios longos que são ligados ao corpo molhado, normalmente nas partes genitais e nos mamilos, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos;
- Pau-de-arara: um dos métodos mais antigos de tortura, pelo qual se pendura a vítima em posição de “frango assado”, nua e de cabeça para baixo, em um pau preso no alto por duas barras de ferro, causando dores terríveis na cabeça e em todo corpo;
- Choques elétricos: normalmente, complemento do pau-de-arara. Caracteriza-se por enviar descargas elétricas em contato com o corpo nu e molhado, através de

um magneto com dois terminais, estando um geralmente nos órgãos genitais e outro em alguma extremidade sensível do corpo, como língua, mamilos e dedos;

- Palmatória: raquete de madeira aplicada fortemente nas mãos, pés, nádegas e costas da vítima;
- Afogamento: Complemento do pau-de-arara. Pode ser aplicado ou por meio de um pequeno tubo de borracha, que lança água na boca e nas narinas do torturado, ou através de uma toalha molhada depositada também na boca deste, ao mesmo tempo em que um jato d'água é lançado em suas narinas;

No referido tomo V do *Projeto Brasil Nunca Mais*, encontram-se trechos das denúncias feitas por Dulce Pandolfi nas auditorias militares, em 1970, e também por seu advogado, Dr. Heleno Fragoso. Comparando partes dessas denúncias de 1970 com trechos da entrevista concedida por Dulce em 2003, nota-se que há muitos pontos em comum. No entanto, percebe-se que, em sua narrativa de 2003, as torturas são relatadas de forma mais impessoal e que, talvez pelo tempo que separa este depoimento daquele de 1970, alguns detalhes se perderam, foram esquecidos ou mesmo silenciados. É o que pode-se perceber nas transcrições feitas a seguir:

Nº 433 / Dulce Chaves Pandolfi; Prof: estudante; Idade: 23; Local: Rio de Janeiro (CODI); Ano: 1970; Apelação: 39.778; Vol. 1; PÁG: 328v / LVI; PARTE: auto de qualificação e interrogatório – Auditoria:

[...] que no quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, assinou, sob torturas, o depoimento; (...) que na sala de torturas, da PE, foi despida e aplicaram-lhe choques elétricos nas mãos; que foi levada para uma cela, onde deram-lhe um banho frio e, sob o pretexto de ensaboá-la, os torturadores alisavam o seu corpo; que, ao retornar à sala de torturas, foi colocada no chão com um jacaré sobre seu corpo nu; que depois foi pendurada num pau-de-arara; que levou choques na vagina; no ânus, nos seios; na cabeça e no restante do corpo; [...] que ficou em estado de choque, vomitando sangue; que por 15

dias ficou totalmente parálitica; [...] que foi exposta, perante 20 oficiais, como numa demonstração de aulas de torturas, pau-de-arara e choques [...] (Arquidiocese de São Paulo, tomo V, 1985: 757)

Nº 433 / Dulce Chaves Pandolfi; Prof: estudante; Idade: 21; Local: R. de Janeiro; Ano: 1970; Apelação: 39.778; Vol. 2º; PÁG: 712,807 / LVI; PARTE: advogado:

[...] Com a palavra o Dr. Heleno Fragoso, defensor da acusada Dulce Chaves Pandolfi, este, declarou que ela foi presa em agosto de 1970, tendo sido submetida a uma série de torturas, tendo, inclusive, o Delegado do DOPS, mandado submetê-la a exame de corpo de delito para salvaguardar a sua responsabilidade [...]. Não usaremos a palavra do co-réu Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, que foi “forçado a presenciar a acusada DULCE PANDOLFI sendo pisoteada nua no chão” (cf. fls. 325). Remeteremos o E. Conselho ao laudo fls. 358, onde dois médicos legistas, do Instituto Médico Legal, examinam a acusada e concluem pela verossimilhança a plausibilidade de suas alegações, no sentido de que fora espancada, constatando os vestígios das lesões. Está lá, a fls. 358, a verdade do inquérito.

Esse sofrimento deve ter sido tanto maior quanto era possível à acusada fornecer as informações que seus torturadores exigiam [...] (Arquidiocese de São Paulo, tomo V, 1985: 759)

[...] você apanhava, era super torturada ali, em 1970 não tinha escapatória, esse era o procedimento, era a rotina, e aí depois da tortura você já toda cheia de hematomas, passando mal, você era levada para uma cela, muitas vezes essas pessoas saíam da sala de tortura e iam direto para essa cela onde eu estava, então, eu também presenciei muitas pessoas que chegavam lá completamente quebradas, arrebitadas, e essa era a nossa vida [...]

[...] tinha o pau-de-arara, que eu fui pendurada várias vezes nele, com os ferros verdes e as cordas, tinha o tal telefone de choque que era, para mim, um dos piores instrumentos, era um aparelho de choque elétrico, tinha a cadeira que eles também te amarravam, faziam mil sacanagens, e tinha uns, enfim, tinha uma espécie de chicote que eles te batiam, um porrete. A tortura tem vários procedimentos... e tinha na PE, nessa época, um jacaré. Ele não ficava na sala de tortura. Esse jacaré ficava do lado de fora. Quando algumas pessoas foram presas, eles trouxeram o jacaré para amedrontar. Colocavam o

jacaré sobre o seu corpo. Era um filhote de jacaré, mas razoavelmente grande, quer dizer, de um metro, mais ou menos, e era mais um dos instrumentos que eles usavam. [...] fiquei tomando medicação especial, porque eu estava muito mal, estava com uma paralisia também por causa da tortura, tinha ficado completamente travada, é aquilo, você vai contraindo, contraindo e deixava você semiparalítica [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

A partir da comparação dos trechos dos diferentes depoimentos acima destacados, dados sobre cenários e temporalidades distintas, nota-se que a narrativa construída por Dulce Pandolfi em 2003 é muito menos detalhada do que a por ela proferida em 1970. Percebe-se, portanto, no caso de Dulce, que o presente vivido em 2003, de certa forma, agia sobre sua memória do passado ditatorial impulsionando o silêncio sobre as minúcias dos sofrimentos vividos no DOI-CODI/RJ. Logo, nas memórias de Dulce, nota-se uma inversão da perspectiva de que o presente democrático promovia uma narrativa que enfatizasse os detalhes das torturas sofridas durante a ditadura militar a fim de solidificar as conquistas até então conseguidas e alcançar outras tantas no futuro.

Talvez, em 2003, Dulce, por já ser uma mulher madura e uma profissional reconhecida, entendesse que o constrangimento trazido pela exposição total de suas memórias sobre as torturas sofridas no passado superasse a vontade de denunciá-las no presente. Afinal, naquele ano, a democracia dava fortes sinais de consolidação, uma vez que Lula, ex-líder sindical e perseguido político pela ditadura, acabava de assumir a Presidência do Brasil e o Estado brasileiro já vinha reconhecendo sua responsabilidade diante dos abusos da época militar, através da concessão de reparações financeiras às famílias dos militantes políticos desde então desaparecidos (lei n.º 9.140/95) e às vítimas de torturas em prisões políticas do período (lei n.º 10.559/02).

Já em 1970, os detalhes sobre as torturas sofridas por Dulce ainda eram extremamente recentes e, portanto, muito presentes em sua memória. Além disso, tinha consciência de que, no instante de seu depoimento, muitos de seus companheiros

continuavam a sofrer dentro dos órgãos de repressão com as mesmas torturas que havia recebido. E, principalmente, como estava defendendo-se perante um tribunal, a exposição dos detalhes de suas torturas apresentava-se como uma arma importante na luta em prol de sua liberdade.

Diante disso, enquanto Dulce relata em sua entrevista saber do uso de um filhote de jacaré como mais um instrumento de tortura utilizado no DOI-CODI/RJ, sem, no entanto, afirmar ter passado por tal experiência, Cecília Coimbra, em 2004, narra que esse filhote de jacaré havia sido colocado pelos militares sobre seu corpo nu:

[...] me botaram nua, me amarraram numa cadeira e me puseram um filhote de jacaré, que era um filhote de jacaré que eles puxavam por uma corda no pescoço do pobre do jacaré. Era um filhote e aí eles puxavam o jacaré, botavam o jacaré em cima. Olha, era uma coisa horrível! Nessa hora eu desmaiei, né? Não aguentei [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Durante sua entrevista, em 2004, Cecília descreve ter passado pela mesma situação de tortura que Dulce havia descrito em seu depoimento à Justiça Militar em 1970, mas que no presente, em 2003, optou por relatar de forma impessoal. Isso se justifica pelo fato de, para Cecília, a descrição dos detalhes ainda ser essencial. Afinal, Cecília é uma das fundadoras e ativistas assíduas do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ), onde ocupava então o cargo de vice-presidente.

É evidente, portanto, que, na vida de Cecília, a narrativa sobre os sofrimentos acarretados pela repressão militar, ainda era arma na luta que travava para a solidificação das conquistas e para a concretização de outras tantas que julgava serem igualmente importantes. Para ela, diferentemente de Dulce, esse tipo de narrativa era mais que sua memória pessoal, dizia respeito também a seu ofício. Acreditava que o seu sucesso pessoal/profissional dependia do detalhamento da memória sobre tais violações,

o que colocava tais detalhes em um lugar de mais fácil aceitação e, por conseguinte, exteriorização.

Mediante os depoimentos de Dulce e Cecília, que chegaram a dividir cela no DOI-CODI/RJ, como poderá ser visto páginas à frente, conclui-se que, em meados de 1970, um filhote de jacaré era utilizado para torturar os presos políticos do 1º BPE. O uso desse tipo de tortura é aqui entendido mais por seus efeitos psicológicos do que físicos e como sendo destinado mais às presas do que aos presos políticos. Afinal, apesar de tocar nos corpos das vítimas, como acontece durante as torturas físicas, aparentemente, o jacaré, que era dominado por um militar através de uma corda amarrada em seu pescoço, não as atacava, ou seja, não as causava lesões externas. Era claramente utilizado com o intuito de ameaçá-las. Dessa forma, mesmo sendo efetuado através da ação direta do torturador e mediante o contato físico, esse mecanismo de tortura tinha por objetivo causar danos exclusivamente psicológicos. Como normalmente as mulheres possuem mais sensibilidades e fobias relacionadas ao contato com animais, provavelmente, esse tipo de tortura atingisse maior eficiência quando destinado às presas.

Conforme já analisado e, inclusive, indicado pelo nome Destacamento de Operações de Informações (DOI), os presos do DOI/RJ estavam ali para fornecer informações que levassem à neutralização das organizações políticas de esquerda. Assim, de acordo com a necessidade da rápida extração de tais dados, caracterizada anteriormente, não é difícil concluir que o clima de ameaça e tortura estivesse por toda parte do prédio. Portanto, percebe-se que as torturas no DOI-CODI/RJ de 1970 não se limitavam às físicas e nem à “sala roxa”, elas se apresentavam sob diversas faces, em vários momentos e lugares do edifício.

As torturas psicológicas eram variadas. Além da degradação inicial que o desconforto das celas “solitárias” trazia ao prisioneiro, mesmo nas celas coletivas, os presos eram submetidos a muitos outros artifícios desse tipo de tortura, tais como: luzes das celas constantemente acesas, a fim de que perdessem a noção da passagem do tempo; carcereiros, durante a noite, abrindo repetidamente a janelinha do portão das celas para vigiá-los, acordando-os, já que o movimento emitia um som alto; visitas recorrentes de militares às celas e gritos, vindos da “sala roxa”, ouvidos a todo tempo:

[...] essa porta da nossa cela, ela tinha uma abertura, era uma porta fechada, não era grade não, era uma porta pesada, e ela tinha um quadrado em cima com uma abertura para o lado de fora, e esses soldados que faziam a ronda, eles abriam essa portinha de cinco em cinco minutos. Então, eles passavam e “pah”, e, dependendo da maldade desses caras, eles batiam com mais força ou menos força, isso era a noite toda. Inclusive, a luz ficava acesa permanentemente e essa batidinha desse negócio era uma coisa insuportável. De vez em quando, a gente estava pegando no sono e tomava aquele susto com aquela batida [...], a gente também ouvia muito grito de tortura, o tempo todo. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

[...] nem na hora de dormir apagavam a luz, dia e noite era a luz acesa, você sabia o horário pela hora do café da manhã. Mas, até se tinha alguma noção, porque, como a janela lá no alto da parede era de vidro, dava para você perceber que estava à noite [...] (Carvalho, 8 fev. 2003)

[...] eles faziam o tal do confere de manhã e de noite, vinham com cães policiais farejando a gente, e a gente tinha que ficar em pé igual a soldado, dizendo: - “Cecília Coimbra!” Tinha que falar o nome! [...] era o tal do confere. E era uma coisa de humilhação, eles de madrugada abriam estrondosamente as celas, entendeu?! [...] era como se nós fossemos animais, animais de circo. Animais raros, éramos os ‘terroristas’, né! [...] era o tempo todo, as torturas físicas e a coisa da rotina para te degradar enquanto ser humano [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Outro tipo de tortura psicológica aplicada no DOI-CODI/RJ de 1970, fora da “sala roxa”, já aqui mencionada, era o capuz. Os agentes das *turmas auxiliares*, encarregados da carceragem, colocavam uma espécie de capuz no prisioneiro quando o levavam da cela até a “sala de tortura”. No entanto, no momento em que o preso chegava nessa sala, tinha o capuz retirado pelos agentes das *turmas de interrogatório preliminar*. Logo, no DOI-CODI/RJ de 1970, o capuz ainda não era um mecanismo para esconder os rostos dos torturadores, e sim, mais um artifício de intimidação do prisioneiro. Aliás, foi exatamente por isso que muitos ex-prisioneiros conseguiram, anos depois, denunciar militares que na época teriam sido seus algozes.⁵⁰

Ana Batista ressalta ainda ter sido submetida no DOI-CODI/RJ a outro tipo de tortura psicológica. O médico Amilcar Lobo teria solicitado a um agente da *turma auxiliar* de plantão que a carregasse até uma sala do 1º BPE, fora do prédio do DOI-CODI/RJ, já que estava com ferimentos que não permitiam que andasse. Lá, Ana foi supostamente examinada pelo referido médico e dele escutou o diagnóstico de que não poderia ter filhos, pois tinha o útero infantil e retrovertido, ou seja, atrofiado e virado para a parte posterior do corpo. No entanto, após ser posta em liberdade, quatro anos depois, Ana descobriu que aquela afirmação não era verdadeira, pois poderia engravidar, tendo tido, posteriormente, dois filhos:

Eu sei que tem o pátio, porque uma vez me carregaram para lá, um soldado foi e me carregou. Eu não estava andando, eu estava toda ferida, então, ele me carregou pelo pátio até uma espécie de consultório do Amilcar Lobo. [...] eu estava toda ferida na vagina, devido aos choques elétricos e porque tinham me enfiado o cassetete [...]. Aí, ele me examinou e disse assim: “- Você tem o útero infantil e retrovertido, você nunca vai poder ter filhos!” Assim! Eu tinha 21 anos e passei quase quatro anos achando que eu nunca ia poder ter filhos. O cara sabia o que estava fazendo. (Miranda, 17 nov. 2004)

⁵⁰ Em *Os Funcionários*, tomo II do Projeto *Brasil: Nunca Mais*, se encontra a relação alfabética das pessoas envolvidas com torturas (Arquidiocese de São Paulo, 1985: 1-60).

Esse tipo de tortura psicológica destacada no trecho acima coincide com o tipo de cotidiano vivido pelos presos do DOI-CODI/RJ. No entanto, encaixa-se também com o estilo enfático que a narrativa de Ana atribuía, em 2004, aos danos que a prisão política lhe causara. A recente composição de seu memorial sobre os sofrimentos vividos durante a ditadura militar, enviado à Comissão Especial da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, pautava-se no objetivo de receber o valor máximo da reparação financeira oferecida pelo Estado. No momento da entrevista, era esse o presente que Ana vivia e era através dele que, inconscientemente, lia o passado. Logo, sua narrativa, apesar de aparentemente coerente, sofria influências que as aspirações e interpretações do presente involuntariamente impuseram a suas memórias.

Porém, o fato do médico Amilcar Lobo ter lhe dado um diagnóstico falso de esterilidade encontra explicação não só em sua narrativa, construída a partir da interpretação de que a notícia teria sido motivada apenas pelo grande dano psicológico que isso causaria a uma jovem de 21 anos, mas também no papel que o médico desempenhava dentro daquela instituição. Afinal, além de funcionar como uma tortura psicológica, o diagnóstico dado por Amilcar Lobo foi, provavelmente, uma forma de tentar resguardar o DOI-CODI/RJ de possíveis acusações posteriores de tê-la tornado infértil, tantos eram os ferimentos que Ana havia sofrido em seus órgãos reprodutores. Afinal, conforme constatado, a principal função do médico ali era auxiliar as torturas e cuidar dos ferimentos dos presos na tentativa de proteger a instituição de acusações que poderiam trazer preocupações futuras, por exemplo, a responsabilidade por graves ferimentos e mortes.

Isso, no entanto, não quer dizer que as torturas do DOI-CODI/RJ não tenham ocasionado mortes. Sabe-se que muitos prisioneiros políticos, depois de lá entrarem, foram dados como desaparecidos. Quando esses presos eram mortos dentro de

instituições como o DOI-CODI/RJ, os militares envolvidos ou desapareciam com os corpos, pois assim não se tinha como provar o que havia acontecido e, por conseguinte, não existiriam culpados, ou, quando a prisão tivesse sido noticiada por algum meio de comunicação, o corpo aparecia sob uma justificativa forjada que excluísse a culpa da instituição prisional. Na maior parte das vezes, dizia-se que o prisioneiro havia cometido suicídio na prisão ou sido baleado em tiroteio, o que se supunha estar relacionado a uma anterior tentativa sua de fuga.

Nas entrevistas aqui trabalhadas, alguns depoentes relataram ter tido contato dentro do DOI-CODI/RJ com pessoas que depois foram dadas como mortas sob tais justificativas. Dulce, por exemplo, afirma ter sido acareada durante uma sessão de tortura com Eduardo Collen Leite, o Bacuri, morto, segundo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (2007: 139), no Forte dos Andradas, na cidade do Guarujá (SP), três dias após militares implantarem na imprensa a falsa notícia de sua fuga, atribuindo sua morte a um suposto tiroteio na rua entre ele e militares:

Quando eu estava lá eu fui acareada com o Bacuri. Eu já encontrei com ele assim muito mal, ele estava respirando mal, foi uma cena assim muito barra pesada e eu sei que depois ele morreu, eu não sei se ele morreu lá, mas logo depois que eu estive com ele, ele morreu. Ele é um desses mortos do processo. Ele morreu fruto de tortura, ele foi brutalmente torturado, ele já chegou na PE muito torturado, muito quebrado, e teve comentários de torturadores que diziam ter feito um estrago muito grande nele, e não tinham conseguido que ele falasse as coisas que eles queriam que ele falasse. (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Fernando teve seu irmão, Eiraldo de Palha Freire, baleado e, junto com ele, preso pelos militares da Aeronáutica no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Mesmo gravemente ferido, Eiraldo foi, segundo Fernando e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (2007: 131), transferido para o DOI-CODI/RJ e lá morto sob torturas.

Porém, de acordo com Fernando, seu corpo foi entregue à família sob a versão de suicídio:

Meu irmão, veja bem, ele foi metralhado no avião, mas ele estava vivo e ainda foi parar no DOI-CODI. Ele estava ferido, mas chegou a levar tortura, não resistiu e morreu, aí disseram que ele se suicidou. (Freire, 28 jun. 2004)

Hoje, no entanto, grande parte dos mortos e desaparecidos foi reconhecida pelo Estado brasileiro. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, implantada pela lei 9.140/95, encerrou em 2006 a etapa de reconhecimento e reparação financeira às famílias, reconhecendo um total de 253 mortos e desaparecidos políticos por autoridades do Estado brasileiro entre os anos de 1961 e 1988. A partir de 2007, essa Comissão passou a concentrar-se na busca e no reconhecimento de ossadas para que muitas famílias descubram o que de fato aconteceu com seus entes desaparecidos e possa enterrá-los, conforme indicado pelo seu livro-relatório, *Direito à verdade e à memória* (2007).

A partir da análise aqui feita a respeito das torturas a que os presos eram submetidos no DOI-CODI/RJ em 1970, nota-se que essas eram destinadas a todos que lá entravam. No entanto, percebe-se que a intensidade das torturas no DOI-CODI/RJ de 1970 variava de acordo, principalmente, com o tempo de prisão, com o tipo de organização que o preso integrasse (se era ou não adepta da luta armada) e com a resistência que ele apresentasse para conceder as informações que os agentes das *turmas de interrogatório preliminar* buscavam.

Logo, constata-se que, quanto mais ativa fosse a organização de luta armada a que o prisioneiro estivesse relacionado, mais ele seria submetido a torturas e, quanto mais ele resistisse a essas, mais intensas elas seriam, podendo, inclusive, acarretar sua morte.

Afinal, os prisioneiros ligados a organizações armadas em ampla atividade, tinham mais informações sobre outros militantes procurados.

Diante disso, como a ALN e o MR-8 eram organizações envolvidas em grandes ações armadas da época – tais como os sequestros dos embaixadores americano e alemão e do avião da Companhia Aérea Cruzeiro do Sul, ocorridos em 4 de setembro de 1969, 11 de junho de 1970 e 1º de julho de 1970, respectivamente –, os prisioneiros que delas faziam parte, ou tinham algum tipo de relação com seus militantes, foram submetidos a intensas torturas no DOI-CODI/RJ. Como os perfis de Dulce, Fernando, Ana e Cecília se encaixavam nessas características, conforme analisado no segundo capítulo, a eles foi imposto no DOI-CODI/RJ um cotidiano ainda mais violento do que, por exemplo, a Antônio.

Afinal, em meados de 1970, quando Antônio de Carvalho⁵¹ foi preso e levado para o DOI-CODI/RJ, o PCBR, sua organização na época, apesar de adepta da luta armada, já se encontrava relativamente desestruturada, uma vez que suas principais lideranças já haviam “caído”. Dessa forma, o PCBR, mesmo ainda em atividade, não estava envolvido em ações tão organizadas e com tamanha repercussão, como estavam a ALN e o MR-8, por exemplo. Então, Antônio, apesar de passar pelas duas fases da prisão e não ser poupado de duras torturas, como ocorreu com Padre Mário, provavelmente não sofreu o mesmo grau de violência destinado a Dulce, Fernando, Ana e Cecília. As informações que ele tinha não levariam o DOI-CODI/RJ aos envolvidos com as ações armadas em destaque na época.

⁵¹ Para mais informações sobre a trajetória política que acarretou a prisão de Antônio Leite de Carvalho, voltar ao segundo capítulo.

3.2. O dia-a-dia no cárcere

O dia-a-dia vivido pelos prisioneiros políticos no DOI-CODI/RJ não era o mesmo que o vivido em um presídio comum. A ameaça de tortura, o medo dela decorrente e o sentimento de abandono que ela causava estavam presentes a todo momento. Assim, não poderia ser diferente que, na memória construída pelos ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ de 1970, a tortura ocupe a maior parte das narrativas sobre o cotidiano ali vivido.

No entanto, a memória dos prisioneiros políticos do DOI-CODI/RJ de 1970, entrevistados entre os anos de 2002 e 2004, abarca também outros aspectos daquele dia-a-dia. A partir de seus relatos, além de se tornar viável a análise sobre as refeições, os banhos e os passatempos durante a prisão no DOI-CODI/RJ, se torna possível também perceber como a convivência, a cumplicidade entre os presos e até algumas demonstrações de solidariedade dos carcereiros foram elementos importantes para que resistissem ao violento cotidiano ali vivido.

Na primeira fase da prisão, os presos ficavam sozinhos em pequenas celas, onde não havia colchão, banheiro e eram constantemente levados à sala de tortura. Este cotidiano inicial era muito degradante física e mentalmente, não só pelo sofrimento acarretado pelo grande número de torturas sofridas e pelo desconforto das celas, mas também pela solidão nelas vivenciada. Afinal, não foi por acaso que tais celas ficaram conhecidas como “solitárias”.

A solidão era uma característica que contribuía fortemente para a fragilidade do prisioneiro do DOI-CODI/RJ. Isto torna-se mais evidente quando percebe-se a grande importância que um rápido contato com outro preso representava durante a primeira fase da prisão. É o que pode-se apurar no seguinte trecho narrado por Fernando:

[...] uma hora eu estava encostado aqui [aponta para onde ficava uma das “solitárias” no desenho que fez em um papel] no primeiro dia, aí botaram um cara no corredor [...], era um dirigente do Partido Comunista, um velho, da minha idade atualmente. Ele tremia muito [...] Aí ele disse: - “Está frio, né, companheiro?”, aí eu: - “Muito!”, e ele disse: - “Mas é mais psicológico!” Aí eu senti uma vergonha, sabe? Porque eu estava me sentindo tão mal, tão para baixo, e um homem daquela idade estava firme! [...] Ele me deu uma força muito maior do que ele imagina [...] (Freire, 28 jun. 2004)

Evidencia-se através dessa narrativa como, em meio ao sofrimento e à solidão que Fernando lembra ter vivenciado no primeiro dia de sua prisão no DOI-CODI/RJ, um simples diálogo foi capaz de revitalizar a sua resistência. Esse pequeno contato foi tão importante para Fernando a ponto de ficar marcado em sua memória até o momento de sua entrevista, mais de trinta anos depois.

A partir disso, nota-se que aquele cotidiano criava, independente das pequenas diferenças ideológicas que poderiam existir, uma forte identidade entre os presos. As dores decorrentes das torturas e a sensação de solidão que sentiam no DOI-CODI/RJ faziam com que presos que nunca tivessem se visto antes criassem rapidamente uma forte cumplicidade e amizade. Assim, nos momentos em que estavam juntos, principalmente durante a segunda fase da prisão, eles conversavam, apoiavam-se e cuidavam uns aos outros, extraindo desse convívio força para encararem os próximos dias de prisão.

Essa experiência coletiva dentro do DOI-CODI/RJ era valiosa, até porque, nem mesmo quando os presos já estavam na segunda fase da prisão, ela era garantida. Afinal, apesar do prisioneiro político do DOI-CODI/RJ, durante a segunda fase, ficar em celas com estrutura para mais de um preso, ele nem sempre tinha companhia. Conforme já analisado anteriormente, no DOI-CODI/RJ existia uma grande rotatividade, e isso

implicava em que, em determinados momentos, as celas coletivas estivessem cheias, e, em outros, habitadas por dois ou até mesmo um único prisioneiro.

Logo, por ser a primeira fase um período de isolamento e a segunda, devido à alta rotatividade do DOI-CODI/RJ, uma fase em que ora se estava sozinho e ora tinha-se companheiro(s) de cela, a convivência era então muito valorizada pelos presos, como se pode perceber na ênfase que ela recebe nas memórias dos entrevistados:

[...] quando estávamos juntas era bem melhor, porque existia uma identidade muito forte entre a gente. Eram pessoas que nunca tinham se conhecido, de um modo geral, mas aquele ódio contra a ditadura, o fato de todas terem sido torturadas, aquilo dava margem a uma liga muito grande entre a gente. Então, quando nós estávamos juntas, a gente cantava, a gente conversava, a gente contava histórias de vida, o tempo passava e a gente tinha uma intimidade. Conseguimos construir uma coisa muito sólida, mesmo com poucas horas e poucos dias, mesmo nesse esquema que eu estou te falando, quer dizer, as pessoas não ficavam lá fixas. Teve uma vez que uma moça ficou lá três dias, outra que ficou quatro, outra que ficou cinco... Mas era uma coisa muito boa chegar alguém, mesmo você vendo a pessoa chegar toda esbagaçada, porque os que entravam naquela cela já tinham passado lá embaixo [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

[...] a cela coletiva, na verdade, acabava se constituindo num fórum de debates. Sempre discutíamos política, porque eram companheiros de diversas organizações, não era uma única organização ou um único partido que estava ali preso, mas sim vários, e havia aquela troca de experiências, cada um contava a sua história, e assim ia passando o dia-a-dia, sempre havia novidades. Assim, a gente acabava quebrando um pouco o isolamento [...] (Carvalho, 8 fev. 2003)

Essa convivência no cárcere fomentou, portanto, a solidariedade e instituiu um forte sentimento de coletividade entre os presos. Afinal, a luta pela sobrevivência e o pavor de voltar a ser torturado eram comuns a todos eles, que procuravam na união criar forças para suportar aquele pesado cotidiano. A troca de apoio servia, então, como uma

espécie de sustentação, como uma garantia de sobrevivência. Ao preocuparem-se e ajudarem-se, os presos injetavam-se um ânimo importante para conseguirem resistir à situação de desespero e solidão que ali era vivida e, diante dessa realidade, acabavam formando um grupo coeso, cuja principal característica era justamente esse apoio. Constituía, portanto, uma identidade conjunta, através da qual se viam sob os mesmos temores e anseios, além de perceberem essa parceria como uma extensão da resistência à ditadura que vinham praticando desde antes de serem presos.

Ana, Dulce e Cecília: memórias relacionadas

Ana e Dulce e, depois, Dulce e Cecília foram companheiras de cela durante parte da segunda fase de suas prisões no DOI-CODI/RJ de 1970. Suas narrativas sobre a convivência que lá tiveram servem aqui para analisar tanto as relações entre suas memórias quanto alguns aspectos do cotidiano dessa instituição.

Conforme analisado no segundo capítulo, Ana chegou ao DOI-CODI/RJ no final de julho de 1970. Logo depois, em 14 de agosto do mesmo ano, Dulce foi presa e para lá também levada. Como Ana afirma ter permanecido no DOI-CODI/RJ por cerca de um mês, constata-se que, no final de agosto, quando ela já estava em vias de ser transferida, colocaram Dulce em sua cela, no segundo andar. Dulce acabava de vir da primeira fase de sua prisão, que, por ter lhe causado graves consequências físicas, tinha sido mais curta. Nesse momento de extrema fragilidade em que Dulce se encontrava, já que vinha de intensas sessões de tortura e de uma das “solitárias” do andar de baixo, Ana ajudou-a a cuidar de seus ferimentos e a tomar banho.

Esse contato que teve com Ana, apesar de curto, já que dias depois Ana foi transferida para o DOI-CODI/SP, parece ter sido muito importante para Dulce. Afinal, apesar dela ter convivido com outras presas durante os quase três meses em que ficou

no DOI-CODI/RJ, Ana foi a única companheira de cela que Dulce citou pelo nome durante a entrevista:

[...] logo que eu cheguei fui para a solitária, era torturada e ia para a solitária, era torturada e ia para a solitária, quando eu comecei a passar muito mal, depois de um dia, dois dias, eles me levaram para outra cela maior, onde estava Ana Bursztyn, que me deu banho. Logo depois, ela saiu da cela e eu fiquei sozinha [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

A justificativa para a presença de Ana ter ficado marcada na memória de Dulce, possivelmente, é o fato de naquele momento, além de estar extremamente machucada, Dulce não ter ainda dividido cela com mais ninguém. Estava até então imersa em uma rotina de solidão e tortura, que caracterizava a primeira fase da prisão no DOI-CODI/RJ. A ajuda e o convívio com Ana, portanto, representaram para Dulce um primeiro contato com alguém em quem podia confiar, talvez, uma primeira surpresa boa no cotidiano que vinha vivendo no DOI-CODI/RJ. Já para Ana, que estava há mais tempo presa, Dulce, provavelmente, não tinha sido a única a contar com sua ajuda, logo, não se destacava entre suas memórias sobre o cotidiano ali vivido.

Comparando as datas das prisões de Ana, Dulce e Cecília, percebe-se que, após Ana ter sido transferida, Dulce ficou nessa cela grande, chamada de “coletivo das mulheres”, enquanto Cecília entrava no DOI-CODI/RJ. Cecília passou pela fase das “solitárias” e depois foi levada até uma cela, também no segundo andar, ao lado da de Dulce, onde esteve em companhia de uma moça. Um tempo depois, foi transferida para o “coletivo das mulheres”, onde estava Dulce, com quem conviveu grande parte do tempo:

[...] fiquei nessa cela [apontando para o desenho que havia feito, mostra a cela do segundo andar que ficava ao lado do “coletivo das mulheres”],

depois fui transferida para uma cela maior, onde tinha várias presas políticas, inclusive uma pessoa que ficou grande parte do tempo comigo, a Dulce. Grande parte do tempo eu fiquei com ela nessa cela, era o 'coletivo das mulheres' [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Apesar de não ser destacada entre as memórias de Dulce, Cecília, durante sua narrativa, parece atribuir um papel importante ao convívio que elas tiveram. Afinal, o tempo que passou com Dulce no DOI-CODI/RJ trouxe-lhe um dado a mais sobre as aulas de tortura a novos oficiais que ali estavam ocorrendo, já que, enquanto dividia cela com Cecília, Dulce serviu de cobaia para tais ensinamentos. Assim, como Cecília era vice-presidente do GTNM/RJ no momento de sua entrevista e, por conseguinte, tinha como característica enfatizar em sua narrativa os detalhes sobre as torturas cometidas pelos agentes do DOI-CODI/RJ a fim de denunciá-las, se justifica que Dulce tenha papel marcante entre suas memórias. Esse destaque que a convivência com Dulce assumiu para Cecília pode ser conferido no trecho abaixo:

[...] a Dulce foi chamada para uma tortura de tarde [...] a gente começou a ouvir os gritos de Dulce, e já tinha passado todo o período, porque eles torturam logo no início, para pegar informação... Aí, eu digo: “- Só se alguém caiu, alguém foi preso e Dulce está sendo acareada”. Daqui a pouco, a Dulce volta para a cela com um soldado, toda ferrada e aí, ela ainda ia voltar. O cara disse: “- Oh, é só para ela se lavar!”. Então, eu entrei no chuveiro com ela e eu dizia: “- Dulce, o que está havendo?” E ela: “- Eu não estou entendendo o que está acontecendo, tem um bando de homem a minha volta, ninguém me faz pergunta nenhuma e estão me torturando, estão me botando no pau-de-arara, estão me fazendo afogamento, estão me dando choque elétrico, eu não estou entendendo!” E eu falei: “- Dulce, isso é aula para novos torturadores!” Porque eu já tinha lido num dos panfletos da UNE sobre os métodos de tortura que estavam sendo utilizados no DOI-CODI, além do jacaré, que a gente viu e que citavam, tinha também a aula a novos torturadores, ou seja, eles pegavam um preso que tinha tido maior resistência e botavam lá como cobaia para ensinar aos novos torturadores todas as

técnicas. E foi isso que fizeram com Dulce. Aí, eu falei: “- Dulce, isso é aula para novos torturadores, eu li essa porra!” [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

A partir disso, fica claro que, para Cecília, a constatação da existência de aulas de torturas no DOI-CODI/RJ, utilizando presos políticos, teve uma destacada importância. Logo, o seu convívio com Dulce durante o período em que ela foi vítima desses ensinamentos também teve.

Além disso, Cecília, durante sua entrevista, perguntou quem eu já havia entrevistado. Assim, ao saber sobre a entrevista de Dulce, sentiu-se motivada a falar sobre as experiências que com ela tinha compartilhado durante a prisão no DOI-CODI/RJ. Dessa forma, alguns outros detalhes sobre essa convivência contidos na memória de Cecília foram naquele momento reconstruídos e narrados.

Um deles, em especial, contribui para a análise sobre o cotidiano do DOI-CODI/RJ. Diz respeito à relação travada com alguns carcereiros, ou seja, soldados do 1º BPE que integravam as *turmas auxiliares*. Afinal, a partir do relato de Cecília Coimbra, percebe-se que ela e Dulce puderam ir até as celas onde estavam os seus companheiros, que, na época, também se encontravam aprisionados no DOI-CODI/RJ, graças à ajuda de um dos responsáveis pela vigia daquela noite:

Teve uma noite... tinha um soldadinho que a gente não lembra o nome... a gente só se lembra dos ‘filhos da puta’, a gente devia lembrar dos caras que foram legais com a gente. Esse cara, por exemplo, ele soube que o marido de Dulce estava preso, o Alexandre, e que o Novaes, meu marido, estava preso. Aí, como ele ia ficar a noite toda de guarda, ele mandou os soldadinhos descerem e permitiu que Dulce fosse à cela de Alexandre e eu à de Novaes. Esse cara não saiu da minha cabeça [...] Esse cara, a gente conversando com ele, ele soube que o Novaes estava na cela do lado e que o Alexandre estava numa outra cela ali perto, e ele deixou: Dulce foi para a cela de Alexandre e eu para a de Novaes... Assim, rapidinho, né? Demos a mão, um beijo assim [beija a própria mão para demonstrar]. O cara se expôs mesmo, né? E tinha

outros que entregavam, né? Entregavam os bilhetes! Era um vendaval de bilhetes durante a madrugada. Os caras se expunham, mesmo, entendeu? Tinha coisas bonitas ali, apesar daquele clima de terror, tinha pessoas assim, solidárias. E esses nomes a gente não lembra, né? Devia lembrar [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Conforme analisado no primeiro capítulo, tais carcereiros, que integravam as *turmas auxiliares* do DOI-CODI/RJ, não eram oficiais de informações treinados especialmente para trabalhar junto à repressão política, eram soldados que, em 1970, serviam ao quartel do 1º BPE⁵². Logo, eram passíveis de sentir solidariedade, já que muitos deles não estavam servindo ao DOI-CODI/RJ por algum tipo de vocação, estavam ali somente para cumprir com o serviço militar do quartel. Afinal, apesar de haver entre eles alguns que se identificassem com a função e até almejassem tornar-se agentes de informações, os integrantes dessas *turmas auxiliares* não trabalhavam nos interrogatórios dos presos e, conseqüentemente, não estavam diretamente relacionados com as torturas. Portanto, pode-se dizer que no DOI-CODI/RJ existia compaixão entre soldados e prisioneiros.

A partir disso, evidencia-se como o indivíduo tem um papel primordial para essa análise. Afinal, ao considerar sua memória como fonte para a história, torna-se possível perceber aqui algumas de suas idiossincrasias, ou seja, peculiaridades comportamentais capazes de interferir na percepção sobre o cotidiano vivido no DOI-CODI/RJ de 1970. Afinal, a ajuda que o soldado deu a Dulce e Cecília é um exemplo típico de como as peculiaridades individuais são capazes de atribuir contrastes e inconstâncias à interpretação de uma realidade do passado. Desse modo, entende-se perfeitamente o porquê de Marshall Sahlins afirmar, em *História e Cultura* (2006), que os indivíduos

⁵² Para mais informações sobre a hierarquia militar, ver o Anexo II.

representam um feixe único, resultado de uma ligação peculiar entre infinitos traços culturais e sociais que não conseguem ser captados por análises generalizantes.

Uma vez que, a partir de ações como a desse soldado, pode-se afirmar que o cotidiano prisional do DOI-COI/RJ de 1970 não era formado unicamente pela repressão e pela violência dos militares que ali representavam o Estado, como uma generalização ou uma redução de variáveis poderia fazer crer. Havia também compaixão até mesmo entre lados aparentemente opostos.

As formas de lidar com o tempo

Para sobreviver ao cotidiano do DOI-CODI/RJ não bastava ser resistente fisicamente, também era necessário manter a mente em equilíbrio. Essa preocupação acompanhava o prisioneiro em todas as fases da prisão, mas, principalmente quando ele estava sozinho. Afinal, a solidão trazia a sensação de que o tempo não passava e, em meio ao violento cotidiano a que era submetido, o preso do DOI-CODI/RJ percebia mais facilmente sinais que lhe causavam medo e desespero.

Cecília Coimbra e Dulce Pandolfi ressaltam que, mesmo quando estavam em celas coletivas com a companhia de outras presas, percebiam muitos desses sinais. Ficavam em pânico, pois, na maior parte das vezes, significavam que seriam levadas novamente à “sala roxa”. Quando sozinhas, a sensação de pavor, por não ser compartilhada, provavelmente era ainda mais intensa:

[...] a gente ficou tão traumatizada com o barulho de chave, que quando a gente ouvia, a gente dizia: “- Eles vêm para cá, vêm pegar alguma de nós!” Era uma loucura, era um clima de terror [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

[...] toda vez que um soldado abria a cela, trazia o capuz. Era até uma cena muito dramática, porque todo mundo começava a tremer de medo, porque se

sabia que, se o capuz estava ali, era porque alguém ia descer, alguém ia circular, e descer, normalmente, significava ser torturada. Então era assim uma coisa bem dramática, bem traumática também, porque quando abriam a cela e retiravam o capuz, a gente pensava: “- pronto, alguém vai agora pro cacete!” (Pandolfi, 5 fev. 2003)

Para manterem suas mentes sãs, os prisioneiros do DOI-CODI/RJ, quando sozinhos, utilizavam alguns artifícios. Dulce, em sua narrativa, relata ter ficado algum tempo sozinha em uma cela coletiva, onde se ocupava em frear a impressão de vagarosidade do tempo e os maus pensamentos de diversas maneiras, tais como:

[...] eu lembro de duas coisas que eu fazia como exercício para passar o tempo. Os colchões, que eram horríveis, eram colchões de crina, eu tirava aquelas palhas de dentro do colchão e ficava fazendo tranças, fazia várias tranças e contava, uma trança, duas tranças, e ia montando uma na outra. Fazia filas de tranças, depois eu desmanchava tudo, eu lembro que eu até tinha medo: “- Se esses caras descobrirem isso, vão mandar costurar o colchão!” Depois eu tirava tudo e guardava de novo lá dentro do colchão. No dia seguinte, eu começava outra vez. Eu dizia: “- eu não posso enlouquecer, então, eu tenho que ocupar a minha cabeça com alguma coisa!” Porque eu não tinha nada, nada, nada para fazer! Outra atividade que eu fazia também... Como [...] o chão da cela era como se fosse de umas lajotas, de uns azulejos, sei lá o quê, eu contava aqueles quadrados todos, multiplicava, fazia milhares de contas. Fazia um jogo no chão do quarto, contava para frente, para trás, multiplicava e naquilo ali eu ficava horas, naquelas contas matemáticas, naquelas multiplicações, naquelas somas, naqueles ladrilhos [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

A execução de tais métodos, certamente, contribuía para aumentar a possibilidade de sobrevivência e sanidade do prisioneiro do DOI-CODI/RJ. Porém, o preso dependia de sua capacidade e habilidade para usar recursos que o beneficiassem e que ajudassem a se opor aos mecanismos desestruturadores e despersonalizadores sobre ele empregados. Nessa situação, assim como Elizabeth Ferreira na obra *Mulheres, Militância e Memória*

(1996: 65), acredita-se que o sentimento de auto-estima gerado nos presos políticos pelo seu ideal político e social é um elemento crucial de resistência. Através desse sentimento, normalmente, tais presos costumam sustentar a esperança na mudança, o que lhes gera força e até mesmo uma criatividade para suportar o sofrimento maior que a de presos comuns.

As roupas e as refeições

Como o DOI-CODI/RJ de 1970 não era um presídio, havia acabado de ser montado dentro de um prédio do quartel do 1º BPE para abrigar temporariamente os presos políticos que pudessem contribuir com suas investigações, lá não existiam refeitórios, visitas, banho de sol ou mesmo uniformes. Além da falta de uma estrutura que propiciasse uma rotina normal de presídio, esse diferencial era importante para o procedimento investigativo do DOI-CODI/RJ. Afinal, havia ali a necessidade do preso ficar incomunicável, já que, quanto maior seu isolamento, maior seria sua fragilidade, e esta se relacionava diretamente com sua capacidade em conceder informações. No mais, esse isolamento também estava relacionado com a preocupação em proteger a instituição de acusações de maus tratos, uma vez que, caso os ferimentos dos presos fossem notados, poderiam ser vinculados a torturas e, conseqüentemente, denunciados. Dessa forma, os prisioneiros do DOI-CODI/RJ não podiam nem mesmo tomar sol, pois poderiam ser vistos por pessoas dos prédios vizinhos e funcionários da fábrica da Brahma, localizada atrás do pátio do 1º BPE.

As refeições eram, portanto, servidas nas próprias celas pelos soldados da *turma auxiliar* de plantão. Para colocarem cada uma das quatro refeições a que cada preso tinha direito, esses abriam a cela de manhã cedo, no início e no fim da tarde e à noite. Segundo a narrativa dos presos, no café da manhã, costumavam trazer um pão com

pasta de amendoim e um café com leite na caneca para cada preso. No almoço, uma bandeja de alumínio com um prato que, normalmente, continha repolho, arroz, angu e, algumas vezes, um pedaço de carne. Durante a tarde deixavam um bule de mate com um pedaço de pão na cela e, no fim do dia, repetiam para o jantar a mesma comida do almoço.

As comidas servidas em 1970 aos prisioneiros do DOI-CODI/RJ são mais alguns exemplos de detalhes do cotidiano que só podem ser abordados por meio da memória de quem viveu aquele passado. Diante disso, é interessante perceber aspectos que justificam o fato dessas refeições terem marcado as memórias dos prisioneiros a ponto de nelas sobreviverem por cerca de três décadas:

[...] a gente até brincava que eles deviam ter uma plantação de repolho ali, porque era repolho todo dia, repolho cru, repolho assado, mas na hora do almoço, normalmente vinha nessa bandeja de alumínio e era repolho, um pouco de arroz, feijão e, às vezes, um pedaço de carne, era uma comida bem horrrosa [...] (Pandolfi, 5 fev. 2003)

[...] A comida era péssima, era aquela comida do rancho, parecia uma lavagem de porco, uma coisa horrrosa [...] Eu fiquei com a pele toda ‘fodida’, porque a única coisa que eu conseguia comer era o angu [...] (Coimbra, 30 nov. 2004)

Portanto, o conteúdo das refeições do DOI-CODI/RJ, além de ter ficado marcado na memória dos prisioneiros pelo aspecto sensorial, ou seja, pelo gosto e apresentação ruins, permaneceu também pela relação com a vaidade feminina e pelo fato de remeter a momentos que foram compartilhados. O angu marcou Cecília por ter feito mal a sua pele, já que, como é uma comida gordurosa, lhe causou espinhas, abalando ainda mais a sua aparência física, já degradada por aquele cotidiano prisional. O repolho, por sua vez, deixou marcas na memória de Dulce por ser motivo de deboche entre as presas, pois sua

presença recorrente nos pratos ocasionava uma espécie de piada entre elas e trazia um pouco de descontração.

Outro aspecto do cotidiano do DOI-CODI/RJ de 1970, também alcançado por meio dos detalhes trazidos pelas memórias de ex-prisioneiros, são as roupas. Como não existiam uniformes institucionais, na maior parte do tempo, as roupas eram as mesmas que eles vestiam no dia em que entraram no 1º BPE. Dessa forma, quando já estavam em celas coletivas, os presos muitas vezes lavavam-nas e, então, voltavam a vesti-las. Depois de algum tempo, afinal, as famílias acabavam descobrindo onde eles estavam presos e algumas roupas eram deixadas no Palácio Duque de Caxias, antigo prédio do Ministério do Exército, no Centro da cidade do Rio de Janeiro para serem enviadas e entregues no 1º BPE aos prisioneiros.

No entanto, até isso chegar a acontecer demorava, pois fazia parte da segurança institucional tentar manter, num primeiro momento, sigilo sobre seus presos. Assim, Cecília, presa em agosto de 1970, lembra que, por ter sentido muito frio durante o seu primeiro mês no DOI-CODI/RJ, ela e suas companheiras de cela costumavam improvisar formas de protegerem os pés:

[...] a minha mãe ia até o Ministério do Exército e ela dizia: “- Minha filha está lá na PE!” Aí, quase um mês depois, a minha mãe conseguiu mandar roupa para mim. Até então, minha filha, era um loucura, né? A gente fedia, sabe?! A gente tomava banho de chuveiro e botava a mesma roupa, a gente lavava a roupa... e era mês de agosto, e ainda estava frio! Era um frio que a gente sentia, que a gente enrolava jornal nos pés, porque não tinha nenhuma coisa, nada! Era no colchão puro que a gente dormia! (Coimbra, 30 nov. 2004).

Quando as famílias conseguiam descobrir onde estavam, enviavam além de roupas, alguns mantimentos, como frutas, por exemplo. Essas vinham, muitas vezes,

embrulhadas em jornais velhos que serviam para alguns como proteção para o corpo e para outros como distração, conforme pode-se constatar na narrativa de Antônio, ao lembrar que ele e seus companheiros de cela passavam o tempo lendo as notícias velhas contidas em tais jornais:

Eu me lembro também que quando alguns presos recebiam frutas essas coisas embrulhadas em papel jornal, jornal velho, a gente lia o jornal e ficávamos um bom tempo lendo aqueles jornais com datas de um mês, três meses atrás, mas era sempre bom para a cabeça da gente ficar lendo as notícias mesmo velhas [...] (Carvalho, 8 fev. 2003)

Como já aqui ressaltado, a cumplicidade que existia entre os presos do DOI-CODI/RJ ajudava a construir mecanismos que os protegiam das mais diversas dificuldades. Segundo Dulce, para amenizar a escassez de roupa a que eram submetidas num primeiro momento dentro do DOI-CODI/RJ, as presas do “coletivo das mulheres” estabeleceram uma espécie de acordo. Através dele, ficou determinado que quem de lá saísse deixaria algumas peças para quem ainda ficasse: *tinha uma espécie de rotina entre as mulheres, que quem saía deixava alguma roupa lá* (Pandolfi, 5 fev. 2003). Assim, através desse tipo de cumplicidade, elas ajudavam a diminuir o sofrimento diário umas das outras, uma vez que as peças deixadas na cela, possibilitavam que as presas conseguissem manter a higiene e amenizar a sensação do frio.

Percebe-se, portanto, que, de fato, o dia-a-dia do DOI-CODI/RJ de 1970 era atípico, pois este não era um presídio e sim um órgão de repressão política. Assim, uma das poucas semelhanças com a rotina de um presídio comum era basicamente a privação da liberdade. Porém, apesar de ofuscado pela tortura e pelo pavor, ali existia um cotidiano que abarcava outros aspectos muito interessantes. Afinal, estes são capazes de

muito esclarecer sobre o funcionamento prático desse importante órgão de repressão da ditadura militar brasileira e também sobre diversos tipos de reações e relações humanas do passado e do presente.

Conclusão

Quando o muro separa, uma ponte une
Se a vingança encara, o remorso pune
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é tua, ela um dia é nossa

Olha o muro, olha a ponte
Olha o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós
Olha aí...

Você corta um verso, eu escrevo outro
Você me prende vivo, eu escapo morto
De repente... olha eu de novo
Perturbando a paz, exigindo o troco
Vamos por aí, eu e meu cachorro

Olha um verso, olha o outro
Olha o velho, olha o moço chegando
Que medo você tem de nós
Olha aí...

O muro caiu, olha a ponte
Da liberdade guardiã
O braço do Cristo, horizonte
Abraça o dia de amanhã
Olha aí...

Maurício Tapajós & Paulo César Pinheiro
(*Pesadelo*, 1972)

Diante do exposto ao longo desta dissertação, conclui-se que a formulação da Doutrina de Segurança Nacional, feita pela ESG em colaboração com o IPES e o IBAD cerca de vinte anos antes do surgimento dos DOI-CODI, tinha por base uma teoria de guerra que nortearia a atuação repressora desses órgãos. Essa teoria interpretava os movimentos de oposição que vinham crescendo desde o início dos anos 1960 como uma espécie de *guerra revolucionária*. Todos os cidadãos brasileiros passavam então a ser encarados como suspeitos e foi esta percepção que estimulou o governo militar a planejar a Segurança Nacional e, por conseguinte, criar um centralizado e articulado aparato de informações internas junto a um eficiente órgão repressivo de controle armado, os DOI-CODI.

Além disso, constatou-se que a consolidação dos DOI-CODI por todas as Regiões Militares do país substanciou-se também através da alta *legalidade autoritária* e das medidas tomadas pelo governo para conter as *cizânias militares*. Afinal, o governo ditatorial brasileiro, na medida em que arbitrou leis a fim de legalizar o seu poder político e suprimir direitos antes garantidos à população, construiu uma sustentação jurídica necessária à formação de um aparato de segurança cada vez mais forte e centralizado. Grande parte dessas leis autoritárias foi usada como artifício para acalmar os ânimos na *caserna*, responsáveis por importantes conflitos internos que ameaçavam a união militar, as chamadas *cizânias militares*. As leis arbitrárias serviam então tanto para conter a oposição política quanto para ceder às reivindicações por poder vindas da *caserna*. Completava-se, dessa forma, um cenário legal capaz de suportar um organismo de repressão onde os militares de médias e baixas patentes trabalhariam com autonomia, uma das bases para a formação e atuação dos DOI-CODI.

Diante disso, viu-se também que não foi à toa que a estrutura e o funcionamento do SISSEGIN e dos seus órgãos foram instituídos e regulamentados por meio de

decretos sigilosos, o que incluiu a experiência da Oban, criada em São Paulo em meados de 1969, e, no ano seguinte, a institucionalização dos DOI-CODI por todo o país. Afinal, a justificativa para esse sigilo estava justamente na maior mobilidade e autonomia de ação que traria para a atuação repressora desses organismos, pois, em segredo, podiam agir sem grandes limitações, não esbarrando em questões externas às decisões militares, tal como o respeito aos direitos humanos.

Os DOI-CODI destacavam-se principalmente pela independência financeira e pela centralização hierárquica que os constituíam, essenciais para a alta eficiência de suas investigações e ações. Tais atributos evitavam que suas operações fossem suscetíveis à duplicidade de tarefas, a competições e a conflitos de interesses, maximizando os seus resultados. Eram então organismos de excelência, a sofisticação da repressão.

Entretanto, essa sofisticação também vinha do distanciamento mantido entre os militares do governo e os que agiam nesses órgãos, já que a ditadura, ao mesmo tempo em que sancionava a tortura nessa instituição, estrategicamente negava a sua existência perante a sociedade, isentando governo do país de qualquer ligação com ela. Em complemento a essa ideia, o sistema funcional dos DOI, responsáveis por ações que englobavam as prisões e os interrogatórios dos presos políticos, apresentava-se complexo e informal. Dessa forma, as brechas para que a aparente falta de controle fosse exercida eram amplas, a fim de que métodos violentos ilegais tivessem ali uma legitimidade excepcional. Justifica-se assim como a versão oficial dos militares ainda possa ser a de que a tortura jamais resultou de qualquer ordem ou orientação superior.

Evidenciou-se, porém, a incoerência desta versão, já que ficou claro que em todos os organismos militares, nos DOI inclusive, existiam uma forte hierarquia a ser cumprida. Mesmo com a estrutura complexa ali existente, qualquer ação deveria ser remetida a um superior, logo, a questão da responsabilidade sempre poderia ser

resgatada. Percebeu-se que, em geral, apesar de velada, a tortura era do conhecimento de toda a hierarquia militar, inclusive dos generais à frente do governo.

Durante todo o trabalho, a intervenção do presente (2002-2004) sobre as memórias do passado (1970) foi conferida nas narrativas dos ex-prisioneiros políticos entrevistados. Percebeu-se que o contexto político e social vivido no presente e o momento da vida pessoal de cada um tiveram uma contribuição importante na forma como os ex-presos construíram suas memórias. Além disso, a forma como a rede de entrevistados foi desenhada e as condições em que as entrevistas foram realizadas também concorreram para essa intervenção no relato que fizeram sobre o passado. Enfim, um dos principais elementos para a análise crítica exercida aqui sobre essas memórias foi sem dúvida o reconhecimento dessa influência do presente sobre o passado.

A trajetória prisional dos entrevistados, os grupos opositores que integravam, as ações de que participaram, o momento da prisão, o tempo que permaneceram presos e as funções que exerciam no presente foram aspectos aqui ressaltados por mostrarem um pouco da história de vida e, por meio desta, a personalidade, ou seja, as idiossincrasias de cada um deles. Dessa forma, foi possível aproximar-se do aspecto individual de suas memórias, único a cada ser, entendendo um pouco mais as bases de suas construções.

Tornou-se, assim, viável analisar essas memórias e colocá-las em diálogo com o conteúdo levantado a partir da análise historiográfica e da monografia sobre o DOI escrita pelo coronel Pereira em 1978, possibilitando uma caracterização do cotidiano prisional vivido pelos presos do DOI-CODI/RJ em 1970. O trabalho organizacional dos DOI-CODI/RJ foi visto, portanto, de forma prática. As funções de cada setor e seção, teorizadas principalmente por meio da monografia do coronel, foram analisadas a partir

do ângulo dos prisioneiros, o que viabilizou a percepção de detalhes que constituíam a rotina daquela instituição.

Ficou claro que a violência era a principal forma de extração de informações e o elemento-chave para a eficiência conferida pela instituição com relação ao combate aos opositores políticos da época. A tortura e o medo dela ocupavam um espaço significativo no cotidiano ali impetrado aos prisioneiros, uma vez que, eles estavam no DOI-CODI/RJ para serem a ela submetidos de forma a fornecerem mais facilmente informações que levassem os agentes dos DOI a outros suspeitos. Porém, verificou-se que a tortura não era a única face do cotidiano do DOI-CODI/RJ.

Afinal, este trabalho mostrou outros aspectos que constituíam a rotina dos presos dentro desse órgão que até então não havia sido alcançada pela historiografia. Percebeu-se aqui outros elementos que, apesar de pouco destacados pelas memórias dos entrevistados, muito têm a dizer sobre aquele cotidiano: as fases prisionais, as refeições, as roupas, as formas de resistência, o convívio ente prisioneiros e até mesmo algumas ações solidárias efetuadas por soldados em benefício dos presos políticos.

Constatou-se como a memória pode enriquecer a percepção que se tem sobre um passado, revelando faces não evidenciadas em documentos oficiais, e também como é importante para levar até o presente um passado doloroso, mas que deve ser encarado a fim de ser perdoado e ultrapassado. Uma movimentação nesse sentido vem acontecendo no Brasil, com as *Caravanas da Anistia* e, principalmente, com a recente aprovação da *Comissão da Verdade*, conforme pontuado anteriormente.

A atualidade dessas iniciativas, inclusive, estimulou esta pesquisa, impulsionada pela curiosidade sobre as memórias do passado vivido nos “porões da ditadura”. Logo, o tema da presente dissertação foi pautado pela crença na necessidade de uma ampla revelação sobre o que ocorreu na época de forma a contribuir para que a reconciliação

do presente com o passado seja um dia alcançada, uma vez que defende-se aqui, tal como Paul Ricoeur (2008: 507), que é no caminho da crítica histórica que a memória encontra o seu sentido de justiça. Dessa forma, tem-se o cidadão como destinatário do texto histórico, cabendo a ele tornar a discussão pública, fazendo um balanço entre história e memória, a fim de que se perceba o sofrimento do outro e daqueles que continuam a sofrer pelas mãos do mesmo mal repressor do passado. A partir disso, a reconciliação entre o passado e presente se tornará efetiva, contribuindo para que no futuro a democracia esteja plenamente consolidada.

Fontes

1. Arquivo/Documentos Pessoais

Ana de Miranda Batista:

- Requerimento de indenização enviado ao Secretário de Estado de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro por Ana de Miranda Batista em outubro de 2004;
- PEREIRA, Freddie Perdigão. *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Exército Brasileiro. Histórico papel de combate à subversão: situação atual e perspectivas*. S./L., Monografia 1137, Escola de Comando e Estado - Maior do Exército (ECEME), 1978.

2. Documentos Institucionais

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro:

- Documentos do DOPS relativos a Cecília Maria Bouças Coimbra;
- Documentos do DOPS relativos a Fernando Palha Freire;
- Documentos do DOPS relativos a Padre Mário Prigol.

Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro:

- Tombamento municipal, lei n.º 1954, de 29 de março de 1993. N.º do processo: 12/004336/92.

3. Fonte Cinematográfica

- CIDADÃO Boilesen. Direção de Chaim Litewski. Brasil, 2009 (92 min.), son., color. Documentário.

4. Fontes Orais

- BATISTA, Ana de Miranda. Entrevista concedida à autora em 17 de novembro de 2004.
- CARVALHO, Antônio Leite de. Entrevista concedida à autora em 12 de setembro de 2002.
- CARVALHO, Antônio Leite de. Entrevista concedida à autora em 8 de fevereiro

- de 2003.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Entrevista concedida à autora em 30 de novembro de 2004.
 - FREIRE, Fernando Palha. Entrevista concedida à autora em 28 de junho de 2004.
 - PANDOLFI, Dulce Chaves. Entrevista concedida à autora em 5 de fevereiro de 2003.
 - PRIGOL, Mário [Padre]. Entrevista concedida à autora em 28 de setembro de 2004.

5. Fontes Visuais

- BETTAMIO, Rafaella. *Foto N.º1*. Dez. 2004. 1 álbum (4 fotos): color.; 10X15cm.
- BETTAMIO, Rafaella. *Foto N.º2*. Dez. 2004. 1 álbum (4 fotos): color.; 10X15cm.
- BETTAMIO, Rafaella. *Foto N.º3*. Dez. 2004. 1 álbum (4 fotos): color.; 10X15cm.
- BETTAMIO, Rafaella. *Foto N.º4*. Dez. 2004. 1 álbum (4 fotos): color.; 10X15cm.

6. Periódicos

- CAMAROTTI, Gerson. *O País: Nota do Exército sobre caso Herzog causa crise*. O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2004.
- CHICARINO, Carlos. *Mergulhos na História*. ÉPOCA. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2000, 104.
- COMPARATTO, Fábio Konder. *A Lei de Anistia de 1979 perante a Ética e o Direito*. GTNM: Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Rio de Janeiro, setembro de 2004.
- MARANHÃO, Aluizio. *Caderno Prosa & Verso: Nos Bastidores da Ditadura*. O GLOBO. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2002.
- PELEGRINO, Hélio. *A Tortura Política*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 5 de junho de 1982, 3.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura e democracia: questões e controvérsias”. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

_____. Ditadura militar: esquerdas e sociedades. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____; SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda, 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. “Os anos de chumbo: memória da guerrilha”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: abordagens e uso da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, 15-32

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. “Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile”. In: Fico, Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes e Araújo, Maria Paula (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARQUIDIOSCE DE SÃO PAULO. “Os Funcionários”. Tomo II. *Projeto Brasil: Nunca Mais*. 1985. Arquivo do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro – GTNM/RJ.

ARQUIDIOSCE DE SÃO PAULO. “Perfil dos atingidos”. Tomo III. *Projeto Brasil: Nunca Mais*. 1985. Arquivo do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro – GTNM/RJ.

ARQUIDIOSCE DE SÃO PAULO. “A Tortura”. Tomo V. *Projeto Brasil: Nunca Mais*. 1985. Arquivo do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro – GTNM/RJ.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 219-229.

BERQUÓ, Alberto de Aguiar. *O seqüestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BETTAMIO, Rafaella. *O Castelo do terror: memória e cotidiano de ex-prisioneiros políticos do DOI-CODI carioca (1970-1979)*. Orientada pela Professora Doutora Icléia Thiesen. Rio de Janeiro, 2005. Monografia (graduação em História). Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. “O DOI-CODI do Rio de Janeiro no memória de ex-prisioneiros políticos”. In: THIESEN, Icléia (org.). *Imagens da Clausura na Ditadura de 1964: Informação, Memória e História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. “Efeitos de Lugar”. In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CATROGA, Fernando. “A representação do Ausente: memória e historiografia”. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº2, Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2010, 64-89.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. “Gênero, Militância e Memória”. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre, RS: PUC-RS, 2004.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares, Confissões: Histórias Secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. *O movimento dos trabalhadores católicos: a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO)*. Orientado pela Professora Doutora Jessie Jane Vieira de Souza. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres: Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História, Tempo Presente e História Oral”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, dez. 2002, 314-332.

_____; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____; ARAÚJO, Maria Paula (orgs.). *1968: 40 Anos Depois – História e Memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, 103-117.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas: a Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Orientada pela Professora Doutora Lucilia de Almeida Neves. Belo Horizonte, 2003. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, 17-40.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Orientada pela Professora Doutora Maria Aparecida de Aquino. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia Volta Volver: Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEVI, Primo. *Se Isto É Um Homem*. Lisboa, Portugal: Editorial Teorema, 2001.

LIMA, Edileuza Pimenta de. “*Trabalhador: arme-se e liberte-se*”: *A Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira*. Orientada pelo Professor Pós-doutor Marco Aurélio Santana. Rio de Janeiro, 2007. Monografia (graduação em História). Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOURENÇO, Oswaldo. *Companheiros de Viagem*. Vol. 1. São Paulo: Editora Maturidade, 2005.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Orientado pelo Professor Doutor Décio Azevedo Marques de Saes. Campinas, 1993. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura: caso Herzog*. São Paulo: Barcarolla, 2006.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Revista Projeto História*. História & Cultura. São Paulo: PUC/SP – Programa de Pós-Graduação em História, n.º 10, dezembro de 1993, 7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, n.º3, 1989, 3-15.

_____. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 5, n.º 10, 1992, 200-212.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Tempo*, vol. 1, n.º 2. Rio de Janeiro: 1996, 59-72.

PORTO Jr., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

PRIGOL, Mário. *Mário Prigol: educador da fé entre trabalhadores e militantes populares*. Rio de Janeiro: MTC, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo: Vértice, 1988.

REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2008.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas revolucionárias e luta armada”. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009. v. 1 e 2.

SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, MG: UFMG, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra. Bispos, e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os Filhos Rebeldes de um Velho Camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969)*. Orientada pelo Professor Doutor Daniel Aarão Reis. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Guia dos Bens Tombados da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Exped, 2001.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da Ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

VAN ZYL, Paul. *Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos*. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. N.1. Brasília, DF: Ministério da Justiça, jan./jun. 2009.

1. Bibliografia digital

BRASIL. Ato Institucional N.º2, de 27 de outubro de 1965. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 28 nov. 2010].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm

BRASIL. Ato Institucional N.º5, de 13 de dezembro de 1968. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 28 nov. 2010].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 15 de março de 1967. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 13 out. 2011].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm

BRASIL. Rio de Janeiro. Decreto estadual N.º31.995, de 10 de outubro de 2002. Regulamenta a Lei N.º3744, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reparação às pessoas torturadas, entre 1º de abril de 1964 e 15 de agosto de 1979, por atividades políticas nas condições que menciona e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro [acesso em 25 jan. 2012].

Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/ca382ee09e6ab7f803256a11007e6769/c3754bb8c1b9e42b03256c52005d3d1b?OpenDocument>

BRASIL. Decreto-lei N.º898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 12 jan. 2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm

BRASIL. Decreto-lei N.º1002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 18 dez. 2011].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De1002.htm

BRASIL. Lei N.º6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 05 fev. 2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

BRASIL. Lei N.º9.140, de 04 de novembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 13 nov. 2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140.htm

BRASIL. Lei N.º10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 13 nov. 2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm

BRASIL. Lei N.º12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Ministério da Casa Civil da Presidência da República [acesso em 27 jan. 2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 1998 [acesso em 15 jun. 2011]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

ESCOLA de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro: Divisão de Tecnologia da Informação, 2011 [acesso em 29 jan. 2012]. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/>

GRUPO Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro: GTNM, 2008 [acesso em 07 ago. 2009]. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>

HOSPITAL Central do Exército. Rio de Janeiro: Seção de Informática do Hospital Central do Exército, s./d. [acesso em 28 jan. 2012]. Disponível em: <http://www.hce.eb.mil.br/>

JOFFILY, Mariana. *Luzes e sombras da memória nacional: os 40 anos da Oban*. In: Caros Amigos [periódico na internet]. São Paulo, 14 set. 2009. [acesso em 04 maio 2011]. Disponível em: http://carosamigos.terra.com.br/index_site.php?pag=materia&id=129

MEMORIAL da Resistência de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, s./d. [acesso em 27 jan. 2012]. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br>

Anexo: I - Glossário de Siglas

ACO – Ação Católica Operária

ADI – Áreas de Defesa Interna

ALN – Ação Libertadora Nacional

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

1ºBPE – 1º Batalhão da Polícia do Exército

Condi – Conselho de Defesa Interna

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEP – Centro de Estudos de Pessoal

CGI – Comissão Geral de Investigações

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONDI – Conselhos de Defesa Interna

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEOPS – Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo

DGPC – Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro

DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército

ESG – Escola Superior de Guerra

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

EsNI – Escola Nacional de Informações

Fafich – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Belo Horizonte

FUEC – Frente Unida dos Estudantes do Calabouço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GTNM/RJ – Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro

HCE – Hospital Central do Exército

IBRADES – Instituto Brasileiro de Estudos Sociais

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IHTP – Instituto de História do Tempo Presente

IPCM – Instituto Penal Cândido Mendes

IPM – Inquérito Policial Militar

JOC – Juventude Operária Católica

LOC – Liga Operária Católica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MTC – Movimento dos Trabalhadores Cristãos

N-SISA – Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica

Oban – Operação Bandeirantes

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PT – Partido dos Trabalhadores

SADI - Sub-Áreas de Defesa Interna

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

SIM – Serviço de Informações da Marinha

SNI – Serviço Nacional de Informações

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SISSEGIN – Sistema de Segurança Interna

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

ZDI – Zona de Defesa Interna

Anexo: II - A Hierarquia do Exército Brasileiro⁵³

| Círculos Hierárquicos⁵⁴ | Hierarquização | Patentes do Exército |
|---|---|--|
| Círculo de oficiais | Círculo de oficiais-generais | <ul style="list-style-type: none"> • Marechal • General de Exército • General de divisão • General de brigada |
| | Círculo de oficiais superiores | <ul style="list-style-type: none"> • Coronel • Tenente-coronel • Major |
| | Círculo de oficiais intermediários | <ul style="list-style-type: none"> • Capitão |
| | Círculo de oficiais subalternos | <ul style="list-style-type: none"> • Primeiro-tenente • Segundo-tenente |
| Círculo de praças | Círculo de suboficiais, subtenentes e sargentos | <ul style="list-style-type: none"> • Subtenente • Primeiro-sargento • Segundo-sargento • Terceiro-sargento |
| | Círculo de cabos e soldados | <ul style="list-style-type: none"> • Cabo e taifeiro-mor • Soldado e taifeiro-de primeira classe • Soldado-recruta e taifeiro-de-segunda-classe |
| Círculo de praças especiais | Frequentam o círculo de oficiais subalternos | <ul style="list-style-type: none"> • Aspirante-a-oficial |
| | Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo de oficiais | <ul style="list-style-type: none"> • Cadete (aluno da Academia Militar) • Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército • Aluno de Órgão de Formação da Reserva |
| | Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo de suboficiais, subtenentes e sargentos | <ul style="list-style-type: none"> • Aluno da Escola ou Centro de Formação de Sargentos |
| | Frequentam o círculo de cabos e soldados | <ul style="list-style-type: none"> • Aluno de Órgão de Formação de Praças da Reserva |

⁵³ LEIRNER: 1997, 74-75.

⁵⁴ Os “Círculos hierárquicos” são o âmbito de convivência entre os militares da mesma categoria. Esses “círculos” são incorporados a fundo na conduta militar, de forma que a divisão acima exposta é seguida no ambiente de trabalho, salas, refeitórios e banheiros da instituição, conforme demonstra Piero de Camargo Leirner em estudo antropológico sobre a instituição militar, *Meia Volta Volver* (1997, 74-76)